

Sumário

Número de notícias: 61 | Número de veículos: 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatório da Reforma Tributária acata mais de 600 emendas no Senado - CAPITAL S/A 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL 15/2024: riscos para a indústria e segurança jurídica (Artigo) 8

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma: relator propõe 'cashback' para imposto pago nas contas de telefonia e internet 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer estatais menos dependentes do Tesouro 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Brasília é uma extensão da União" 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Idade mínima maior para se aposentar a partir do dia 1º 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
SEGURIDADE SOCIAL

Instituições já podem aderir ao cartão Meu INSS Vale+ 17

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Meu INSS Vale+: saiba as regras de adesão de bancos 18

DIÁRIO DE PETRÓPOLIS - RJ - OPINIÃO
ANFIP

Isenção do IR pode beneficiar 20 milhões de contribuintes 19

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS - ON LINE - BRASIL
ANFIP

Isenção de IRPF para até R\$ 5 mil pode dobrar número de beneficiados 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Em 2025, será preciso ter mais pontos para se aposentar pelo INSS. Simule na calculadora do GLOBO 23

DIÁRIO DE SUZANO ONLINE - SP
ANFIP

Isenção de IRPF para R\$ 5 mil (Editorial) 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Avanço do governo sobre o BPC pode derrubar o PL do corte de gastos no Congresso? 26

PORTAL UOL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Militares mantêm benefícios mesmo gerando rombo de R\$ 50 bi na Previdência 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Imposto do pecado" para arma e munição 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para pagar emendas, governo edita portaria 32

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Insatisfação ameaça corte de gastos 34

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária tem mudanças 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças em relatório no Senado levam alíquota do IVA para 28,1% 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ganhos com aluguel acima de R\$ 240 mil por ano poderão ser tributados 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impasse sobre liberação de emendas trava votação de pacote na Câmara 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: mudanças levam alíquota para 28,1% 41

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo acelera pagamento de R\$ 6,4 bi em emendas para evitar atrito com o Congresso
..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da Câmara analisa mudanças 45

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator reduz tributação de imóveis e inclui armas no Imposto Seletivo 46

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
REFORMA TRIBUTÁRIA

No ano teste, imposto vai ser somente destacado 47

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação menor nos imóveis e Imposto do Pecado em armas 48

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dino mantém regras para as emendas 50

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula discute com Lira e Pacheco 52

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta de faixa de isenção para aluguéis 53

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator inclui armas em Imposto Seletivo 54

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária reduz alíquota para imóveis 55

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alteração na reforma tributária inclui armas no imposto do pecado 56

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para pagar emendas, governo editará portaria 59

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAJUS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária entre tapiocas, pré-cozidos e manobras no Senado 61

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto deve publicar regras nesta terça para orientar liberação de emendas e destravar pacote fiscal 62

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto sobre a gorjeta? Saiba como será o tributo sobre bares e restaurantes na Reforma Tributária 63

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: Relatório será lido hoje na CCJ, diz senador Eduardo Braga 67

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Decisão de Dino e promessa de driblar via portaria: entenda o impasse sobre emendas que ameaça pacote fiscal do governo 68

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB mais sensível a ciclo econômico acelera e expõe pressão sobre BC 70

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nas diversas medidas, desigualdade de renda continua alta 72

A TRIBUNA - ES - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Envelhecer é cansar-se de si mesmo - DOUTOR JOÃO RESPONDE 74

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresários cobram novas regras para o Bolsa Família 75

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma da tutela penal 77

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar renova recorde histórico e encerra dia cotado em R\$ 6,082 78

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Apostas em Selic a 12% 79

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

O "x" é arrumar a Previdência do jeito certo - RAUL VELLOSO 81

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Decretos dão fôlego a estatais 82

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Futuro da economia nas mãos do BC e do congresso 83

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O mercado entendeu o pacote fiscal (Editorial) 84

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Mercado esperava ajuste e IR gerou sinal invertido" 86

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeções de alta para a Selic já chegam a até 1 ponto 88

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Cenário favorece consolidação fiscal, dizem economistas 90

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Condições financeiras pioram após pacote e trazem risco à atividade 93

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Gestão financeira é maior desafio para empreendedor 95

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Pobreza e corrupção preocupam brasileiro mais que inflação 97

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Audiência pública no STF debate vínculo entre apps e motoristas 99

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Erros nas projeções do mercado e do PIB potencial (Artigo) 100

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Ritmo de expansão supera o do PIB global 102

Terça-Feira, 10 de Dezembro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Estresse no mercado leva juro futuro a 15% 103

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado eleva previsão do PIB para 3,39% em 2024 105

Relatório da Reforma Tributária acata mais de 600 emendas no Senado - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** na CCJ do Senado, acatou 645 emendas das quase 2 mil sugestões apresentadas pelos senadores. As mudanças no texto atendem a uma série de pleitos do setor produtivo. O senador Izalci Lucas (PL/DF) teve acolhidas 46 emendas do seu relatório, feito pela CAE, sobre o PLP 68/2024. "Embora o relator na CCJ tenha acatado muitas das nossas emendas, o texto ainda está longe do ideal", criticou Izalci.

Cashback de 100% para telecomunicações

Braga atendeu o pedido do setor de telecomunicações. Incluiu a conectividade entre os serviços que terão cashback de 100% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e 20% do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Para Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis, a medida permitirá que ainda mais famílias de baixa renda tenham acesso a serviços de telecomunicações, que hoje fazem parte da cesta de serviços básicos dos brasileiros. "Isso tem impacto praticamente nulo no IVA nacional e terá um grande impacto social", reforçou.

Bares e restaurantes: exclusão da gorjeta na base de cálculo

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) obteve uma vitória no relatório. Conseguiu a exclusão da gorjeta da base de cálculo, limitada a 15%, "garantindo maior justiça tributária", segundo a entidade. Foi assegurada também a retirada dos valores relativos a serviços de terceiros, como as taxas cobradas por plataformas de delivery, que não integram o faturamento do setor.

Desconto na alíquota

Além disso teve a definição de uma alíquota com desconto de 40% em relação à alíquota padrão. Inicialmente, a proposta previa uma alíquota fixa de 16,7%, conforme apuração da **Receita Federal**, mas com o desconto obtido, o setor ficará abaixo desse valor.

Accioly na inauguração da Bodytech Asa Sul

A Bodytech, rede de academias de luxo, inaugura sua quinta unidade em Brasília, desta vez na Asa Sul, com coquetel marcado para hoje a noite. O evento contará com a presença de Alexandre Accioly, empresário à frente da rede (na foto com Aécio Neves, na Bodytech do Leblon). Com 3.000 m², a nova unidade oferece infraestrutura moderna e modalidades exclusivas como Hyrox e Infinity Bands. Localizada na EQS 110/111, onde ficava o Cine Karim.

*

Sistema Fecomércio encerra 2024 com resultados recordes

Foi realizada, na noite de sexta-feira, a tradicional confraternização do Sistema Fecomércio-DF, que integra o Sesc, Senac, Instituto Fecomércio e a Federação do Comércio do Distrito Federal. O evento marcou as últimas reuniões do ano da diretoria e dos conselhos do Sesc e Senac, nas quais foram apresentados os balanços de resultados e as principais ações realizadas em 2024.

Crescimento do setor

"De janeiro a setembro, tivemos um crescimento de 5,5% no comércio e 4,5% nos serviços. Já no campo da empregabilidade, os números impressionam. O setor de serviços gerou quase 21 mil novas vagas de trabalho e o comércio criou mais de 5 mil postos formais no mesmo período", destacou o presidente da Fecomércio, José Aparecido Freire.

2 milhões de Kg foi a arrecadação de alimentos do Sesc Mesa Brasil no DF

*

Presenças

Após as reuniões, o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, recebeu autoridades de governo, parlamentares, empresários, representantes do setor produtivo e colaboradores em uma celebração de encerramento do ano. Entre os presentes, a vicegovernadora Celina Leão e o presidente do Correio, Guilherme Machado e o 1º vice-presidente da Fecomércio, Sebastião Abritta.

E representantes dos 27 sindicatos empresariais associados.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6735/10-12-2024.html?all=1>

PL 15/2024: riscos para a indústria e segurança jurídica (Artigo)

Édson José de Vasconcelos

Édson José de Vasconcelos Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep)

A votação do Projeto de Lei (PL) 15/2024 na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, sob relatoria do deputado Danilo Forte (União-CE), é motivo de grande preocupação para o setor industrial, especialmente quanto à caracterização do "devedor contumaz". A proposta do Poder Executivo busca estabelecer as regras para classificação de empresas como devedores contumazes e suas respectivas sanções, porém, o texto apresenta falhas estruturais que ameaçam a competitividade, a segurança jurídica e a manutenção de milhões de empregos no País.

O texto adota critérios amplos e subjetivos que podem penalizar contribuintes de boa-fé, incluindo aqueles que enfrentam dificuldades financeiras ou contestam cobranças tributárias na esfera administrativa e judicial. Ainda, atribui responsabilidade tributária solidária às empresas que eventualmente se relacionem comercialmente com aquelas enquadradas como devedores contumazes.

A generalização proposta desvia o foco do combate às práticas fraudulentas e pune empresas que em circunstâncias normais contribuem regularmente com suas obrigações tributárias, sem qualquer distinção entre criminosos, que direcionam a sua atividade para fazer do inadimplemento uma prática comum, e contribuintes temporariamente em dificuldades.

Em parecer técnico encomendado pela Fiep, o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel aponta que o projeto desrespeita preceitos constitucionais e jurisprudência consolidada pelo STF ao criar punição que pode configurar sanção política e ignorar a necessidade de demonstrar o intuito doloso do contribuinte.

O parecer ainda destaca que, longe de combater práticas criminosas, o PL desestimula o ambiente de negócios, fragilizando a confiança nas relações entre o Fisco e os contribuintes.

A Federação reafirma sua posição favorável à criação de mecanismos robustos para coibir práticas

fraudulentas dos verdadeiros devedores contumazes, sem que isso comprometa a legítima atividade empresarial.

É urgente que o capítulo destinado ao devedor contumaz seja reformulado, a fim de garantir o equilíbrio entre a arrecadação eficaz, a livre concorrência e o fortalecimento do ambiente de negócios.

Apoiamos a aprovação de uma legislação que seja rigorosa com os maus pagadores e justa com aqueles que temporariamente se encontram em dificuldades.

Assim poderemos construir um sistema tributário equilibrado, que respeite os princípios constitucionais e promova a segurança jurídica indispensável ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Texto apresenta falhas estruturais que ameaçam competitividade, segurança jurídica e manutenção de milhões de empregos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma: relator propõe 'cashback' para imposto pago nas contas de telefonia e internet

O relator da regulamentação da **reforma tributária**, Eduardo Braga (MDB-AM), propôs que a população de baixa renda passe a ter direito a receber de volta o imposto pago nas contas de serviços de telecomunicações - como planos de telefonia e internet - por meio do "cashback".

O relatório de Braga foi divulgado na manhã desta segunda-feira (9) e pode ser votado pelo Senado na quarta-feira (11).

O "cashback" é um mecanismo que permite a devolução, para famílias de baixa renda, do imposto pago em alguns serviços e produtos, como fornecimento de energia elétrica, água e gás.

A novidade é a inclusão dos serviços de telecomunicações e internet - que não haviam entrado na proposta quando tramitou pela Câmara dos Deputados.

A reunião sobre o projeto de regulamentação da tributária nesta segunda (9) foi cancelada pelo presidente em exercício, Marcos Rogério (PL-RO), por falta de quórum. O texto não chegou a ser votado.

Relator da **Reforma Tributária** se queixa com Pacheco de cancelamento da sessão da CCJ; veja vídeo Segundo o relatório de Braga devolução será de: 100% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); 20% do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A entidade que representa as operadoras de telecomunicações, a Conexis Brasil Digital, disse que avalia o relatório como "uma vitória para a inclusão digital do Brasil".

"O cashback de 100% da CBS e 20% do IBS dos serviços de telecom vai reduzir em 0,5 ponto percentual a carga tributária das famílias que ganham até meio salário mínimo", disse o presidente-executivo da Conexis, Marcos Ferrari.

De acordo com Ferrari, a inclusão desses serviços nas regras do cashback tem "impacto praticamente nulo" no Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Ainda segundo o parecer de Braga, as devoluções serão feitas no momento da cobrança, no caso dos seguintes serviços: energia elétrica, telecomunicações, abastecimento de água, esgotamento sanitário, gás canalizado, botijão de gás de até 13 kg.

Para receber cashback, o consumidor deve ter renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Como esse dinheiro vai ser repassado e o calendário dos pagamentos ainda será definido posteriormente pela **Receita Federal**.

O projeto diz que essa devolução precisará estimular a "a formalização do consumo das famílias destinatárias, por meio da emissão de documentos fiscais" para evitar a sonegação O QUE ESTÁ EM JOGO NA REFORMA A proposta relatada por Braga estabelece diretrizes para a cobrança dos novos **impostos** sobre o consumo - IBS, CBS e Imposto Seletivo - que substituirão os atuais PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, em um processo de transição até 2033.

Entre os principais pontos do relatório estão: Isenções e reduções tributárias: Carnes, frangos, peixes e medicamentos terão isenção ou redução de alíquotas, enquanto serviços essenciais, como energia elétrica e telecomunicações, contarão com devolução de parte dos **tributos** para famílias de baixa renda.

Imposto Seletivo ("imposto do pecado"): Armas, munições, bebidas alcoólicas, cigarros e apostas estão entre os itens que sofrerão tributação adicional.

Nudanças sociais: Redutores tributários para imóveis populares, ampliação de benefícios para pessoas com deficiência e inclusão da figura do "nanoempreendedor" para isenção de tributo.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6400>

Governo quer estatais menos dependentes do Tesouro

KAROLINI BANDEIRA
karolini.bandeira@bsb.oglobo.com.br BRASILIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem três decretos que visam modernizar a governança das empresas estatais e reduzir a dependência do Tesouro Nacional.

Atualmente, 17 estatais são dependentes do Tesouro. A lista inclui empresas como a Embrapa, que realiza pesquisas na área agropecuária; a Codevasf, responsável por obras públicas em cidades do interior do país; e a Conab, que gerencia os estoques públicos de produtos agrícolas.

Um dos decretos prevê programa de formação continuada de conselheiros e dirigentes das estatais. Outro cria uma rede que reúne todos os 16 ministérios supervisores e todas as estatais, a fim de facilitar uma ação coordenada. O terceiro altera a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), composta por Casa Civil, Fazenda e Gestão, que fixa diretrizes para a atuação das estatais federais.

O governo também vai contratar, junto com as estatais, consultorias para ajudar no processo de reestruturação.

- Nem todas as empresas vão se tornar independentes (do Tesouro). Mas a ideia é aumentar a receita - afirmou a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, após reunião no Palácio do Planalto.

As medidas vão na linha de dois projetos enviados pelo governo federal em outubro ao Congresso. Os PLs abrem possibilidade de as receitas geradas pelas estatais que dependem do Tesouro Nacional serem mantidas dentro do caixa da empresa, em vez de repassadas aos cofres da União. Com esses recursos, as estatais poderiam financiar parte de seus investimentos.

Pela proposta, as estatais dependentes que demonstrarem condições de alcançar autonomia financeira deixariam de compor o chamado Orçamento Fiscal e da **Seguridade Social**, sujeito ao limite de gastos.

A ideia é que aquelas que firmarem um "contrato de gestão" migrem para o Orçamento de Investimentos, onde estão as empresas independentes, como a Petrobras e o BNDES, mesmo que ainda dependam do Tesouro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Brasília é uma extensão da União"

ANA DUBEUX - ANA MARIA CAMPOS

Entrevista | Carlos Velloso | ex-presidente do STF

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso emitiu, sem custo, um parecer jurídico ao Governo do Distrito Federal (GDF) em que sustenta as peculiaridades de Brasília como uma unidade da Federação que é extensão da União e dela sempre será dependente para manter a qualidade administrativa, de seus moradores e daqueles que passam por aqui a serviço. O fundamento, segundo o ministro aposentado, está na própria Constituição Federal que estabelece caber à União organizar e manter a segurança pública da capital.

Para Velloso, antes de pensar em reduzir repasses por meio do Fundo Constitucional (FCDF), como está em discussão na Câmara dos Deputados, em projeto de lei de autoria do líder do governo, José Guimarães (PT-CE), o Executivo deveria cortar privilégios, como isenções e incentivos fiscais bilionários, além de emendas parlamentares ao Orçamento. Para o magistrado que vive em Brasília, a qualidade dos serviços, especialmente de segurança pública, é fundamental para a manutenção da capital. Ele ressalta - sem citar descoberta pela Polícia Federal de plano para assassinar o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, com vistas a um golpe de Estado - que autoridades públicas têm sido alvo de ameaças de todo tipo.

O ministro afirma não acreditar que haja uma espécie de retaliação federal ao DF pelo episódio de 8 de janeiro de 2023, mas, se houver, a saída não é destruir os serviços de segurança. "Convém acentuar que segurança pública é ponto sensível, sobretudo em Brasília. Se há desgosto, é colocar as cartas na mesa e debater com as autoridades locais as falhas que teriam ocorrido, a fim de aperfeiçoar o sistema de segurança pública e não colaborar para o pior", afirma.

Qual foi o fundamento para a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)?

O fundamento está na Constituição Federal, que estabelece que cabe à União organizar e manter a Polícia Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao DF para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio (CF, art. 21, XIV). O Fundo foi instituído pela Lei 10.633, de 2002, no

governo de Fernando Henrique Cardoso, que compreendeu que o DF é, na realidade, uma extensão da União. Brasília, que em termos de desenvolvimento econômico, mudou a cara do Brasil, e isso devemos ao presidente Juscelino Kubitschek, é o cartão-postal do Brasil. Aqui estão os poderes da República, as representações diplomáticas.

E Brasília, tal qual Washington, DC, é uma cidade administrativa.

Não é um polo industrial. É cidade planejada para uma população de no máximo um milhão de habitantes, que hoje passa de dois milhões. Muitos brasileiros querem viver aqui, porque Brasília tem qualidade de vida inigualável.

E tem o que nenhuma cidade desse porte tem, que é boa segurança pública. Aqui, como proclamou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, no Congresso Nacional, podemos andar na rua sem maiores preocupações, o que não acontece no Rio e São Paulo e na maioria das demais capitais dos estados.

O governo fala em ajuste fiscal e mira o fundo que mantém a capital do Brasil.

Daria para começar cortando privilégios reais?

Sim. Privilégios devem ser eliminados.

Leiam recente artigo de Everardo Maciel (ex-secretário da **Receita Federal**), em que ele, dos mais lúcidos comentaristas do sistema fiscal e tributário, aborda o tema com mestria. Há muito que cortar de privilégios que custam caro ao contribuinte. O Congresso poderia colaborar com as emendas ao orçamento, emendas que os jornais vêm denunciando há mais de dois anos. E atenção para as isenções e os incentivos fiscais, que somam bilhões.

Enfim, é preciso cortar gastos, gastos que o governo fez, e que é necessário cortar, mas sabendo cortar. O ministro (Fernando) Haddad (da Fazenda) tem adquirido cabelos brancos nessa luta, tendo contra ele gente do próprio partido. É uma pena.

» Entrevista | Carlos Velloso | ex-presidente do STF
Por que esse embate contra Brasília, na sua opinião?

Não vejo nada mais que uma escolha equivocada. O governo afirma que a segurança pública é

preocupação do governo. E vão cortar gastos em detrimento justamente da segurança pública da cidade que é cartão postal da República?

Ora, começar a preocuparse com a segurança pública adotando medida que vem atrapalhar o que está funcionando bem? E mais, a União deve prestar assistência financeira ao DF para a execução de serviços públicos de saúde e educação. O corte vem em detrimento também desses serviços essenciais cuja prestação é obrigatória, está na Constituição.

a correção do FCDF por variação da receita líquida guardaria analogia com o FPE e o FPM, que são financiados por percentuais de **tributos** federais, e nessa hipótese alterar o critério poderia ser visto como violação do pacto federativo, que integra cláusula pétrea constitucional?

Perfeito. Aliás, em entrevista recente, o ex-presidente Michel **Temer** abordou o tema, ele que sempre foi professor de direito constitucional.

O DF integra o sistema federativo, quer dizer, o DF é uma unidade federada. O corte no Fundo Constitucional do DF abala o sistema que o legislador, cumprindo a disposição constitucional, instituiu. Atenta-se, assim, contra a forma federativa de Estado, que constitui cláusula pétrea (CF, art. 60, § 4º, I), porque atenta-se contra a autonomia administrativa e política do DF, que nada seria sem a autonomia financeira, ou que não passaria, com o corte, de unidade federativa simplesmente nominal.

se for uma violação, caberia uma ação direta de inconstitucionalidade, caso a proposta venha a ser aprovada?

Sim, claro que caberia uma ação direta de inconstitucionalidade.

O ex-presidente **Temer**, constitucionalista como o senhor, e Everardo Maciel consideram um erro a proposta do ministro Haddad de corte do FCDF. O senhor se juntará a eles para defender essa causa?

Estou de acordo com **Temer** e com Everardo Maciel, pelos quais tenho admiração. Acrescento que o DF tem bons advogados públicos, a Procuradoria Jurídica do DF é das melhores do Brasil. E partidos políticos certamente que cuidariam do tema. Em assunto semelhante forneci, há alguns anos, parecer jurídico à Procuradoria do DF, por solicitação do governo de então. A condição que impus para fornecer o parecer é que ele seria sem custos, isto é, gratuito. Assim procedi como forma de agradecer ao DF a qualidade de vida que o os habitantes do DF têm desfrutado.

Mudar a forma de cálculo da correção do FCDF agora será uma porta aberta para a instabilidade nos repasses?

Antes da Lei 10.633, de 2002, o DF dependia, para se manter, de repasses com interferência política.

Numa palavra, o DF ficava com o pires na mão a depender da boa vontade da política e do governo federal.

acredita que esse movimento seja uma retaliação política?

Acredito que não. Como mencionei.

Trata-se apenas de uma decisão que pode ter sido tomada até com intenção boa, mas que é equivocada, a meu ver.

Por qual motivo? acha que Brasília tem algum privilégio?

Se se entendeu que Brasília goza de privilégio, é porque não se pensou, por exemplo, que Brasília constitui cartão-postal da República.

Conforme mencionei, Brasília sedia os poderes da República e as embaixadas dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

Brasília não é um polo industrial. Brasília é uma cidade administrativa, repito. Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 são demonstrativos de que Brasília precisa de órgãos mantenedores da segurança pública dos melhores. O ministro Ricardo Lewandowski (da Justiça) elogiou, no Congresso, os órgãos da Segurança Pública de Brasília. Convém acentuar que segurança pública é ponto sensível, sobretudo em Brasília.

Se há desgosto, é colocar as cartas na mesa e debater com as autoridades locais as falhas que teriam ocorrido, a fim de aperfeiçoar o sistema de segurança pública e não colaborar para o pior. Mas eu penso que terá ocorrido simplesmente decisão equivocada.

Brasília tem sido assolada, nos últimos tempos, por ameaças golpistas e terroristas, bem como pela incursão de facções do crime organizado. Como a redução do FCDF poderia impactar, negativamente, esse cenário potencialmente explosivo?

Acrescento que há autoridades públicas, em Brasília, sob ameaças de todo tipo. Felizmente, já não sou autoridade pública. Falo como cidadão, como jurista. Fazer cortes justamente no Fundo Constitucional que

financia a segurança pública do DF, é claro que vai resultar em enfraquecimento das forças de segurança. Considero fundamental a segurança de autoridades públicas, tanto quanto dos cidadãos que vivem em Brasília, e não somente dos que aqui vivem, mas dos brasileiros de modo geral, porque Brasília recebe brasileiros de todos os rincões do Brasil. Brasília é o centro do poder e Brasília é dos brasileiros.

E deve ser considerada, ademais, a prestação dos demais serviços, saúde, educação, dentre outros (CF, art. 21, XIV).

a proposta do governo federal argumenta que usar os mesmos critérios para contemplar o DF e os outros Estados seria estabelecer a justiça federativa.

Mas é possível desconsiderar o fato de Brasília ser a capital do Brasil?

Apenas há equívoco na interpretação fiscalista. Realizar a igualdade está justamente, e busco em Ruy Barbosa a lição sempre atual, implica tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. Há um pequeno grande livro de um jurista notável, Celso Antônio Bandeira de Melo, "O conteúdo jurídico do princípio da igualdade", que explica bem a matéria. Ora, parece que demos as razões por que o DF deve ser tratado da forma como é tratado. O constituinte originário deu-lhe forma de unidade federativa e os meios de subsistência como tal. Podese até discordar da autonomia política do DF, mas o certo é que assim manda a Constituição que seja observado e há de ser cumprido.

Brasília é uma cidade administrativa com características próprias. Nessa situação, a população está contente, porque Brasília ainda tem a melhor qualidade de vida das grandes cidades brasileiras. Houve um tempo em que as pessoas aqui chegavam com a intenção de retornar e retornavam.

Hoje, as pessoas querem viver em Brasília. **Servidores públicos** se aposentam e aqui ficam.

Os parlamentares têm que sair nos fins de semana para visitar as suas bases, justifica-se. O importante é o povo ter voz para pugnar por serviços públicos cada vez melhores. Para isto, Brasília tem uma Câmara Distrital, onde os brasileiros estão representados e o governador é também eleito pelo povo de Brasília.

Não existe um certo desconhecimento e leviandade em retirar recursos de um fundo estabelecido na Constituição a cada dificuldade de ajuste fiscal, colocando sob ameaça permanente o FCDF?

Eu penso que há simplesmente decisão equivocada. O

ministro Haddad precisa ter ao seu lado um assessor jurídico versado no direito constitucional administrativo.

Hoje, com a constitucionalização do direito, a Constituição, o livrinho do presidente Dutra - quem se lembra do livrinho do Dutra? - tem que estar sempre à mão do administrador público.

Não é contraditório um governo que tem como lema reduzir as desigualdades sociais tomar uma medida que agravará as referidas desigualdades sociais na terceira maior metrópole do país?

Por tudo que disse acima, creio que já deixei claro o que acho. Encerro a entrevista louvando o Correio Braziliense, que pugna pelo direito e pelos interesses dos brasileiros.

E termino com uma expressão do Lucas, meu neto adolescente.

Valeu!

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6735/10-12-2024.html?all=1>

Idade mínima maior para se aposentar a partir do dia 1º

Francine Spinassé

Cinco anos após a aprovação da Reforma da Previdência, as regras estabelecidas para o período de transição continuam a sofrer alterações.

A partir de janeiro de 2025, há aumento na idade mínima para a aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), assim como no sistema de pontos, que combina tempo de contribuição com idade.

Outras duas regras para aposentadoria - por idade e do pedágio - não sofrem alterações.

A advogada previdenciária e diretora científica adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Maria Regina Couto Uliana, explicou que a Reforma da Previdência - aprovada em 2019 - estabeleceu que quem começou a contribuir após sua publicação se aposentará por idade aos 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).

Contudo, a reforma trouxe regras de transição para quem já contribuía. "Na regra de transição por pontos - que é o somatório de tempo de contribuição e idade - em 2025 os homens se aposentam ao atingirem 102 pontos e, as mulheres, 92 pontos".

Até esse ano, era necessário chegar a 101 pontos no caso de homens e 91 para mulheres.

A advogada e presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo (OAB-ES), Mariana Pimentel Miranda dos Santos, destacou que outra regra que passa por alterações em 2025 é a da idade mínima progressiva, que sobe 6 meses a cada ano, até 2033.

"Na regra de transição com idade progressiva, a mulher precisa ter, a partir de 1º de janeiro de 2025, 30 anos de contribuição e 59 anos de idade. Já o homem precisa de 35 anos de contribuição e 64 anos de idade".

Este ano, a regra exigia idade mínima de 58 anos e seis meses para as mulheres e 63 anos e seis meses para os homens começarem a receber o benefício.

A advogada e professora universitária Aline Simonelli

explicou que as mudanças refletem o ajuste gradual estabelecido pela reforma da Previdência.

Ela destacou que as situações de direito adquirido permanecem as mesmas, ou seja, quem já tinha direito a se aposentar não muda o tempo. "A regra que será mais vantajosa varia muito e precisa ser analisada caso a caso".

APLICATIVO MEU INSS: alterações são previstas na reforma de Previdência de 2019, para ocorrerem ano após ano

Nova reforma é vista como uma "questão de tempo"

Mesmo ainda no período de transição das novas regras da previdência, novos ajustes no sistema previdenciário voltaram a ser tema de debate entre especialistas. Muitos veem como uma questão de tempo uma nova reforma.

Entre os motivos, está o envelhecimento da população e a necessidade de redução de desequilíbrios entre benefício e arrecadação.

Em meados do ano, lideranças da Câmara dos Deputados começaram a falar sobre a necessidade de se debruçar sobre uma nova reforma, a partir de 2025.

A advogada previdenciária e diretora científica adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Maria Regina Couto Uliana, afirmou que apesar da sinalização de voltar a discutir outra reforma, não considera necessário e nem prudente.

"Isso gera uma desconfiança do contribuinte com o sistema. Acabamos de aprovar uma reforma que impactou muito a vida dos segurados e trouxe abalos nas suas expectativas".

CÂMARA dos Deputados: debate

ENTENDA

Reforma da previdência

A REFORMA DA Previdência - aprovada em 2019 - fez uma série de alterações no sistema previdenciário.

A REFORMA criou novos requisitos para se

aposentar: idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. E, ainda, tempo de contribuição de 30 anos para elas e 35 anos para eles.

PARA QUEM JÁ estava no mercado de trabalho quando a Reforma foi aprovada, no entanto, foram criadas regras de transição.

0 que muda em 2025

PARA QUEM ESTÁ NO MERCADO de trabalho há mais tempo, algumas regras de transição foram criadas.

DUAS DELAS - o sistema de pontos e a idade mínima progressiva -, as exigências ficam mais rígidas a cada ano, até igualar a regra de idade e tempo de contribuição para todos.

1 Idade mínima progressiva

NESSA REGRA, é preciso ter tempo de contribuição - 30 anos para mulheres e 35 para homens -, além de uma idade mínima para poder solicitar o benefício.

ESSA IDADE segue uma tabela progressiva, aumentando seis meses a cada ano até que seja atingido o patamar de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

EM 2024, A IDADE MÍNIMA para essas regras é de 58 anos e seis meses para mulheres e 63 anos e seis meses para homens.

JÁ PARA 2025, passa a ser de 59 anos para mulheres e 64 anos homens.

A IDADE MÍNIMA FICA ASSIM:

ANO MULHERES HOMENS

2025 59 anos 64 anos

2026 59 anos e 6 64 anos e meses seis meses

2027 60 anos 65 anos

2028 60 anos e 6 65 anos

2029 61 anos 65 anos

2030 61 anos e 6 65 anos

2031 62 anos 65 anos

2 Sistema por pontos

OUTRA REGRAS que pode ser usada para se

aposentar é a de pontos.

NELA. É SOMADO o tempo de contribuição do trabalhador - que deve ser de, no mínimo, 30 anos para mulheres e 35 para homens - e a sua idade para chegar à pontuação indicada.

EM 2024, a soma da idade e do tempo de contribuição deve 91 pontos para mulheres e 101 pontos para homens.

ASSIM, uma mulher que tenha 30 anos de contribuição poderia se aposentar se tivesse 61 anos

EM 2025.

PONTUAÇÃO FICA ASSIM:

ANO MULHER HOMEM

2025 92 102

2026 93 103

2027 94 104

2028 95 105

2029 96 105

2030 97 105

2031 98 105

2032 99 105

2033 100 105

3 Aposentadoria por idade

NESSE CASO, NADA MUDA Existe a opção de se aposentar por idade, sendo estabelecido 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

PARA ISSO, o tempo de contribuição mínimo é de 15 anos.

NESSE CASO, O VALOR recebido, por conta do tempo de contribuição baixo, não é de 100%.

4 Pedágio

OUTRA REGRA que não mudará em 2025 a do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição.

OU SEJA, QUEM faltava pouco para se aposentar, terá de cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que trabalhar antes da reforma. São 35 anos

de tempo de contribuição para homens e 30 para
mulheres.

Instituições já podem aderir ao cartão Meu INSS Vale+

As instituições financeiras já podem fazer adesão para oferecer o cartão Meu **INSS** Vale +, que permite o adiantamento de até R\$ 150 de benefícios e auxílios permanentes pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social. O serviço será feito sem cobrança de juros ou taxa para os beneficiários.

Pelas regras publicadas ontem pelo Ministério da Previdência no Diário Oficial da União, poderão participar da modalidade instituições com no mínimo 12 meses de experiência com o serviço de antecipação salarial e que tem celebrado convênio com o **INSS** para esse fim. Após receberem de como oferecer o adiantamento, terão até 30 dias para começar a operar com o cartão, que será emitido sem cobrança de anuidade para o segurado.

Com o cartão, beneficiários poderão obter o valor em até cinco dias úteis após a solicitação. Caso tenha mais de um benefício, o segurado poderá liberar a quantia em cada um deles. A expectativa é que ao menos 38 milhões de pessoas utilizem o Meu **INSS** Vale+.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Meu INSS Vale+: saiba as regras de adesão de bancos

O Ministério da **Previdência Social** publicou ontem regras para os bancos aderirem ao programa **Meu INSS Vale+**, que visa oferecer adiantamento de até R\$ 150 nos benefícios do **INSS**. Lançado no fim de novembro, o Meu **INSS Vale+** é uma espécie de consignação.

A diferença é que o valor oferecido será descontado - em parcela única - direto do benefício do segurado sem juros e taxas no mês seguinte ao adiantamento.

Segundo o instituto, a iniciativa visa cobrir necessidades imediatas do beneficiário, como remédios, comida, gás de cozinha e transporte, a fim de evitar que aposentados e pensionistas recorram a empréstimos para pagar pequenas despesas. O limite de R\$ 150 poderá ser reajustado ou revisto após 90 dias do lançamento da antecipação.

Pelas regras publicadas ontem no Diário Oficial da União (DOU), poderão participar da nova modalidade as instituições financeiras com no mínimo 12 meses de experiência com o serviço de antecipação salarial e que tenham celebrado convênio e/ou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o **INSS** para esse fim.

Para tanto, as instituições financeiras que manifestarem interesse na iniciativa deverão firmar um aditivo ao ACT com o **INSS** para operar a nova modalidade de antecipação salarial.

Após receberem as instruções de como disponibilizar o adiantamento, elas terão o prazo de até 30 dias para começar a operar a nova modalidade.

O prazo poderá ser prorrogado por igual período, caso ocorram atrasos e dificuldades de adequação sistêmica.

Somente após a realização do aditivo ao ACT, os segurados poderão aderir à modalidade de adiantamento. Segundo o **INSS**, ainda serão publicadas as regras de adesão para segurados.

Outro ponto importante é que as instituições financeiras que aderirem à iniciativa terão que emitir um cartão físico com chip, sem custo para os segurados, ou seja, sem anuidade ou mensalidades, para que o beneficiário efetue a antecipação. Além disso, o cartão deve indicar a melhor data para a

realização da antecipação prevista. O cartão não permite fazer saque.

A portaria com as regras determina ainda que, após o segurado contratar o Meu **INSS Vale+**, a instituição financeira terá até cinco dias úteis para a liberação do valor no cartão de antecipação. O valor antecipado não será considerado para cálculo da margem das demais modalidades de empréstimo consignado.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/13037/10-12-2024.html>

Isenção do IR pode beneficiar 20 milhões de contribuintes

O número de trabalhadores com carteira assinada que não precisam pagar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) deve dobrar em 2026, uando deverá estar em vigor a faixa e isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, conforme prometido pelo governo federal na "reforma da renda" que deverá tramitar no Congresso Nacional no próximo ano.

_A projeção de contribuintes beneficiados é do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos So-cioeconômicos (Dieese), fornecida à Agência Brasil. Segundo a entidade, atualmente 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do tributo. Com a proposta, a faixa de isenção deverá passar dos atuais R\$ 2.824 (dois salários mínimos) para R\$ 5 mil, assim serão adicionadas mais 10 milhões de pessoas dispensadas da tributação.

A isenção do imposto favorecerá os trabalhadores de menor rendimento e também alcançará assalariados da classe média em outras faixas de rendimento. "Entre os que têm renda mensal entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil, também há o impacto positivo da redução das tarifas, e este grupo representa por volta de 16 milhões de pessoas", calcula Mariel Angeli Lopes, supervisora técnica do escritório regional do Dieese no Distrito Federal.

Crescimento econômico

Os dados do Dieese divergem dos números da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, a Unafisco. Em estudo feito em setembro, a associação estimou alcance maior: 30,6 milhões de contribuintes estariam desobrigados de pagar o IRPF se a tabela de tributação fosse atualizada com a correção integral da **inflação**. Nesse cálculo, o valor limite para ter isenção no recolhimento do imposto seria um pouco maior do que o proposto posteriormente pelo governo, R\$ 5.084,04.

A Unafisco trabalha na atualização dos dados para dezembro, mas prevê ingresso ae R\$ 50 bilhões no bolso dos trabalhadores com a liberação do imposto de renda, aumento de consumo e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com o presidente da associação, Mauro Silva, 65% do **PIB** brasileiro vem do consumo das famílias.

Para ele, a isenção do IRPF acabará por dinamizar a

economia. "Essa faixa de renda tem uma poupança muito pequena. Acaba consumindo tudo que ganha. Essas pessoas vão reformar suas casas e utilizar

mais serviços. Vai haver um trans-bordamento para as famílias de menor poder aquisitivo também".

Fora da meta

O economista João Leme, analista de contas públicas da Tendências Consultoria, concorda que haverá aceleração da atividade econômica. "A demanda mais alta acaba pressionando a oferta e faz com que a atividade gire", explica. O especialista, no entanto, teme que o aumento de consumo possa pressionar a **inflação**.

"Algumas casas [de avaliação econômica] já estão olhando aqui o IPCA [índice de Preço ao Consumidor Amplo] de 2024 indo fora da meta, e para o ano que vem também já se vê [a **inflação**] descolando um pouco do centro da meta estabelecida pelo Comitê Monetário Nacional", ressalta o economista. Para ele, eventual ciclo inflacionário poderá forçar "aperto monetário" e aumento da taxa de juros.

Outro temor de João Leme é o impacto da isenção do IRPF nas contas públicas, calculado entre R\$ 35 a R\$ 45 bilhões. Para ele, essas projeções levaram "à deterioração de expectativas, justamente porque o

governo falava de um plano de corte e despesas de mais ou menos R\$ 70 bilhões divididos em R\$ 30 bi para 2025 e R\$ 40 bi para 2026."

Sobre os efeitos nas contas públicas, o governo argumenta que a compensação dos recursos não tributados com isenção serão compensados com a ampliação da contribuição efetiva para quem ganha acima ae R\$ 50 mil mensais (R\$ 600 mil

por ano).

"A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais", explicou o ministro da Fazenda Fernando Haddad, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 27 de novembro.

Efeito distributivo

No pronunciamento, Haddad salientou que a reforma da renda, combinada com a **reforma tributária**, "fará com que grande parte do povo brasileiro não pague nem imposto de renda, nem imposta sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne. Corrigindo grande parte da inaceitável injustiça tributária, que aprofundava a desigualdade social em nosso país."

O economista Ricardo Gonçalves, do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), e doutorando de Economia na Unicamp, salienta que a isenção do IRPF sem a compensação teria efeito concentrador, porque mesmo as pessoas de maior renda teriam um desconto de R\$ 5 mil no pagamento do imposto.

"Toda vez que aumenta a faixa de isenção por si só, sem mudar a tabela progressiva de imposto de renda, gera um efeito concentrador. A minha preocupação é que, além das faixas de 27,5% [hoje alíquota máxima] tivesse outras taxas mais elevadas para as pessoas mais ricas, para ter essa compensação. (Agência Brasil - EBC)

Site:

<http://www.diariodepetropolisdigital.com.br/EdicaoAssinante/02140#p=1>

Isenção de IRPF para até R\$ 5 mil pode dobrar número de beneficiados

Por Gilberto Costa/Agência Brasil | Foto: Reprodução

O número de trabalhadores com carteira assinada que não precisam pagar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) deve dobrar em 2026, quando deverá estar em vigor a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, conforme prometido pelo Governo Federal na "reforma da renda" que deverá tramitar no Congresso Nacional no próximo ano.

A projeção de contribuintes beneficiados é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), fornecida à Agência Brasil. Segundo a entidade, atualmente 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do tributo. Com a proposta, a faixa de isenção deverá passar dos atuais R\$ 2.824 (dois salários mínimos) para R\$ 5 mil, assim serão adicionadas mais 10 milhões de pessoas dispensadas da tributação.

A isenção do imposto favorecerá os trabalhadores de menor rendimento e também alcançará assalariados da classe média em outras faixas de rendimento. "Entre os que têm renda mensal entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil, também há o impacto positivo da redução das tarifas, e este grupo representa por volta de 16 milhões de pessoas", calcula Mariel Angeli Lopes, supervisora técnica do escritório regional do Dieese no Distrito Federal.

Crescimento econômico

Os dados do Dieese divergem dos números da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, a Unafisco. Em estudo feito em setembro, a associação estimou alcance maior: 30,6 milhões de contribuintes estariam desobrigados de pagar o IRPF se a tabela de tributação fosse atualizada com a correção integral da **inflação**. Nesse cálculo, o valor limite para ter isenção no recolhimento do imposto seria um pouco maior do que o proposto posteriormente pelo governo, R\$ 5.084,04.

A Unafisco trabalha na atualização dos dados para dezembro, mas prevê ingresso de R\$ 50 bilhões no bolso dos trabalhadores com a liberação do imposto de renda, aumento de consumo e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com o presidente da associação, Mauro Silva, 65% do **PIB** brasileiro vem do consumo das famílias.

Para ele, a isenção do IRPF acabará por dinamizar a economia. "Essa faixa de renda tem uma poupança muito pequena. Acaba consumindo tudo que ganha. Essas pessoas vão reformar suas casas e utilizar mais serviços. Vai haver um transbordamento para as famílias de menor poder aquisitivo também".

Fora da meta

O economista João Leme, analista de contas públicas da Tendências Consultoria, concorda que haverá aceleração da atividade econômica. "A demanda mais alta acaba pressionando a oferta e faz com que a atividade gire", explica. O especialista, no entanto, teme que o aumento de consumo possa pressionar a **inflação**.

"Algumas casas [de avaliação econômica] já estão olhando aqui o IPCA [índice de Preço ao Consumidor Amplo] de 2024 indo fora da meta, e para o ano que vem também já se vê [a **inflação**] descolando um pouco do centro da meta estabelecida pelo Comitê Monetário Nacional", ressalta o economista. Para ele, eventual ciclo inflacionário poderá forçar "aperto monetário" e aumento da taxa de juros.

Outro temor de João Leme é o impacto da isenção do IRPF nas contas públicas, calculado entre R\$ 35 a R\$ 45 bilhões. Para ele, essas projeções levaram "à deterioração de expectativas, justamente porque o governo falava de um plano de corte de despesas de mais ou menos R\$ 70 bilhões divididos em R\$ 30 bi para 2025 e R\$ 40 bi para 2026."

Sobre os efeitos nas contas públicas, o governo argumenta que a compensação dos recursos não tributados com isenção serão compensados com a ampliação da contribuição efetiva para quem ganha acima de R\$ 50 mil mensais (R\$ 600 mil por ano).

"A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais", explicou o ministro da Fazenda Fernando Haddad, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 27 de novembro.

Efeito distributivo

No pronunciamento, Haddad salientou que a reforma da renda, combinada com a **reforma tributária**, "fará com que grande parte do povo brasileiro não pague nem imposto de renda, nem imposto sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne. Corrigindo grande parte da inaceitável injustiça tributária, que aprofundava a desigualdade social em nosso país."

beneficiados/

O economista Ricardo Gonçalves, do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), e doutorando de Economia na Unicamp, salienta que a isenção do IRPF sem a compensação teria efeito concentrador, porque mesmo as pessoas de maior renda teriam um desconto de R\$ 5 mil no pagamento do imposto.

"Toda vez que aumenta a faixa de isenção por si só, sem mudar a tabela progressiva de imposto de renda, gera um efeito concentrador. A minha preocupação é que, além das faixas de 27,5% [hoje alíquota máxima] tivesse outras taxas mais elevadas para as pessoas mais ricas, para ter essa compensação."

A economista Clara Brenk, professora da UFMG e coordenadora da área de política fiscal do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP, concorda com a necessidade de combinar a isenção com o aumento da tributação sobre quem tem mais renda. "Isso faz com que a gente tenha uma redução da desigualdade", pondera.

Brenk traçou os distintos perfis econômicos de quem se beneficia com a isenção e quem terá de pagar mais **impostos**. "A gente olhou aqui pelos dados da PNAD [Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar] e mais de 70% dessas pessoas que ganham até R\$ 5 mil são trabalhadores. Ao contrário de quando a gente olha para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês, quase a metade são donos de empresas".

O economista João Leme concorda que a reforma da renda terá "efeito distributivo". "A progressividade tributária não só é uma coisa que é boa por ser moralmente correta, mas também por ser uma determinação da própria Constituição. Ter uma estrutura de tributação progressiva faz com que, de fato, a gente consiga ter um maior bem-estar social. As pessoas que podem mais pagam mais."

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, ressalva que um número muito pequeno de pessoas tem renda acima de R\$ 50 mil e terão de pagar mais IRPF. "Se eu for considerar aqueles que hoje declaram como rendimento tributável mais de R\$ 50 mil, aí eu acho que não dá nem 100 mil pessoas", estima.

Site: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/isencao-de-irpf-para-ate-r-5-mil-pode-dobrar-numero-de->

Em 2025, será preciso ter mais pontos para se aposentar pelo INSS. Simule na calculadora do GLOBO

Aprovada em 2019, a Reforma da **Previdência Social** criou regras de transição para quem já estava no mercado de trabalho antes da mudança na lei. Essas regras se tornam mais rígidas a cada virada de ano. Em 2025, o sistema de pontos, uma das modalidades possíveis para se aposentar, vai subir em um patamar: serão exigidos 92 pontos para as mulheres e 102 pontos para os homens. A calculadora do GLOBO mostra se essa regra é a melhor para você ou não. Clique aqui e confira:

O sistema de pontos soma a idade do trabalhador com os anos de contribuição ao **INSS**. Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de 86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Essa tabela sobe um ponto a cada ano. Quem optar por este modelo precisará ter contribuído por, pelo menos, 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens).

Mas esta não é a única regra possível para pedir aposentadoria pelo **INSS** nas regras de transição do **INSS**. Há até cinco regras de transição possíveis para os trabalhadores do setor privado. O GLOBO criou uma calculadora que mostra, para cada um, de acordo com o ano em que começou a trabalhar (ou seja, seu tempo de contribuição), sua idade atual e gênero, as opções mais vantajosas para se aposentar.

O resultado mostra o tempo que falta para se aposentar e qual será o valor do benefício em cada uma das modalidades possíveis de aposentadoria. E sinaliza qual das regras vai proporcionar um ganho maior e qual vai permitir que o trabalhador se aposente em menos tempo.

Clicando em cada uma das respostas, o trabalhador pode entender melhor as regras e saber quanto receberia e em quanto tempo se aposentaria caso a caso.

Diferença para a simulação do **INSS**

O **INSS** também ofereceu ao trabalhador uma simulação de aposentadoria. Basta estar logado no gov.br e clicar na opção Simular Aposentadoria. Mas a ferramenta do **INSS** mostra as exigências e quanto tempo falta para se aposentar pelas regras atuais, ou

seja, pelos parâmetros de idade mínima e sistema de pontos previstos para o atual momento.

Ou seja, ao consultar o simulador do **INSS** em 2024, o trabalhador consegue ver qual idade e quanto tempo de contribuição ele precisaria ter em 2024 para se aposentar em 2024. No ano que vem, esse simulador será atualizado para as regras de 2025 e assim por diante. É uma simulação do momento presente.

A ferramenta do GLOBO projeta as exigências para o futuro, já que a Reforma da Previdência criou uma escadinha, com parâmetros cada vez mais rígidos nas regras de transição a cada ano. Ou seja, a calculadora do GLOBO mostra quanto tempo falta, de fato, de contribuição e idade para o trabalhador se aposentar considerando que, em 2025, as regras serão mais rígidas, em 2026, a exigência seria ainda maior e, assim por diante.

A ferramenta faz um cálculo efetivo, já considerando as regras no futuro, e mostra com precisão quando será possível pedir a aposentadoria e em que condições.

Servidores e professores

A calculadora também mostra as regras para os **servidores públicos** e para os professores, que são diferentes das aplicadas aos demais trabalhadores.

Na calculadora do GLOBO, basta inserir a sua idade e o seu tempo de contribuição para saber quanto tempo falta para você se aposentar por essa regra e pelas demais.

Idade mínima progressiva

Outra regra da aposentadoria que passará por mais alterações em 2025 é a da idade mínima progressiva, que a cada ano sobe seis meses. Nessa modalidade, também é preciso ter 30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos para o homem.

Em 2025, a idade mínima para as mulheres se aposentarem sobe para 59 anos. No caso dos homens, sobe para 64 anos.

E, a cada virada de ano, a exigência aumenta, até chegar aos 62 anos para as mulheres em 2031 e os 65 anos para os homens em 2027 - quando então ambos cumprirão a mesma regra válida para os brasileiros que começaram a trabalhar após a promulgação da reforma.

Na calculadora do GLOBO, é possível fazer essa simulação.

Demais regras

Para quem tem mais de 60 anos (homens) ou 57 anos (mulheres), há ainda a regra do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição - ou seja, tem que cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que cumprir antes da reforma. São 35 anos de tempo de contribuição para homens e 30 para mulheres.

Há ainda a regra de aposentadoria por idade, que exige porém um mínimo de 15 anos de contribuição, mas que costuma ser mais vantajosa apenas para quem não conseguiu se manter no mercado de trabalho contribuindo regularmente ao **INSS** de forma contínua. Nesse caso, é preciso ter 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres)

Servidores públicos e professores

A Reforma da Previdência alcançou os funcionários públicos. A calculadora do GLOBO também faz simulações sobre tempo da aposentadoria para os servidores. Nesse caso, se uma servidora de 35 anos, que começou a trabalhar em 2008 e entrou para o serviço público em 2010, poderá se aposentar com a totalidade do benefício a que tem direito em 2048, aos 60 anos.

A calculadora também mostra como fica a situação dos professores tanto na rede privada quanto na pública. Uma professora de 45 anos, que começou a trabalhar aos 24 anos em sala de aula em escola privada vai conseguir se aposentar em 2036, aos 58 anos, ganhando a totalidade do benefício que poderia receber (vai depender do salário de contribuição) pelo sistema de pontos.

Se ela quiser se aposentar um ano mais cedo, vai receber 98% do rendimento se optar pelo regime de idade e tempo de contribuição.

Se for um professor da rede pública, também com 45 anos e começando a dar aulas na rede pública aos 24 anos, vai se aposentar com o benefício integral em 2040, aos 60 anos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/10/em-2025-sera-preciso-ter-mais-pontos-para-se-aposentar-pelo-inss-simule-na-calculadora-do-globo.ghtml>

Isenção de IRPF para R\$ 5 mil (Editorial)

Por editoracao

Nas últimas semanas, o governo federal divulgou informação de que o número de trabalhadores com carteira assinada que não precisam pagar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) deve dobrar em 2026, quando deverá estar em vigor a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, conforme prometido pelo governo federal na "reforma da renda" que deverá tramitar no Congresso Nacional no próximo ano.

De acordo com reportagem da Agência Brasil, a projeção de contribuintes beneficiados é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Ainda segundo a reportagem, atualmente 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do tributo. Com a proposta, a faixa de isenção deverá passar dos atuais R\$ 2.824 (dois salários mínimos) para R\$ 5 mil, assim serão adicionadas mais 10 milhões de pessoas dispensadas da tributação.

A isenção do imposto favorecerá os trabalhadores de menor rendimento e também alcançará assalariados da classe média em outras faixas de rendimento. "Entre os que têm renda mensal entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil, também há o impacto positivo da redução das tarifas, e este grupo representa por volta de 16 milhões de pessoas", calcula Mariel Angeli Lopes, supervisora técnica do escritório regional do Dieese no Distrito Federal.

Os dados do Dieese divergem dos números da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, a Unafisco. Em estudo feito em setembro, a associação estimou alcance maior: 30,6 milhões de contribuintes estariam desobrigados de pagar o IRPF se a tabela de tributação fosse atualizada com a correção integral da **inflação**. Nesse cálculo, o valor limite para ter isenção no recolhimento do imposto seria um pouco maior do que o proposto posteriormente pelo governo, R\$ 5.084,04.

A Unafisco trabalha na atualização dos dados para dezembro, mas prevê ingresso de R\$ 50 bilhões no bolso dos trabalhadores com a liberação do imposto de renda, aumento de consumo e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com a associação, 65% do **PIB** brasileiro vem do consumo das famílias.

A isenção do IRPF acabará por dinamizar a economia,

conforme a entidade.

Site:

<https://www.diariodesuzano.com.br/editorial/isencao-de-irpf-para-r-5-mil/82189/>

Avanço do governo sobre o BPC pode derrubar o PL do corte de gastos no Congresso?

É bastante raro que uma temática específica da população com deficiência mobilize de maneira tão intensa o poder público e a imprensa como tem sido com as propostas do governo federal para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que fazem parte do pacote de corte de gastos (Projeto de Lei nº 4.614/2024), em trâmite no Congresso Nacional.

Instituições que representam a população com deficiência temem um provável cancelamento em massa do BPC e a retirada da única renda mensal fixa de milhares de famílias de pessoas com deficiência, mas nas articulações entre Legislativo e Executivo, a principal preocupação parece ser muito mais com a repercussão política e não com os efeitos sociais dessa medida.

Na proposta do governo para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), passam a contar a renda do cônjuge ou do companheiro que não mora na mesma casa, e também a de irmãos, filhos e enteados que vivem na mesma residência, solteiros ou casados.

Continua obrigatória a atualização de cadastros sem renovação há mais de dois anos (24 meses) e para benefícios concedidos administrativamente, sem Código Internacional de Doenças (CID).

Foi incluída a biometria obrigatória para novos benefícios e atualizações cadastrais. E se alguém da família já recebe o BPC, isso volta a contar como renda para uma possível concessão a outro integrante dessa mesma família.

O valor repassado mensalmente permanece vinculado ao salário-mínimo e não pode ser menor do que esse montante. Está dentro das regras quem é pessoa com deficiência e comprovar renda por pessoa do grupo familiar igual ou menor do que 25%, ou 1/4, do salário-mínimo (R\$ 1.412,00 ÷ 4 = R\$ 353,00), apresentar avaliação médica e social no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), independentemente da quantidade de moradores na mesma residência.

Preocupante - Entre os pontos que mais preocupam

estão as exigências de atualização cadastral periódica e suspensão de benefícios por descumprimento de prazos, restrições à definição da deficiência que ignoram o modelo social previsto na Lei Brasileira de Inclusão e na Lei Berenice Piana, exclusão da proteção que desconsiderava rendas de benefícios da seguridade para o cálculo do BPC, limitação do número de famílias unipessoais beneficiárias do Bolsa Família porque muitas pessoas com deficiência vivem sozinhas e condicionamento do reconhecimento da deficiência à inclusão do código CID em sistemas de informação.

Pobreza - O Setorial Nacional das Pessoas com Deficiência do Partido dos Trabalhadores manifestou profunda preocupação com as propostas. O Benefício de Prestação Continuada é um instrumento essencial de combate à pobreza, à fome e à exclusão social. Qualquer tentativa de restringir seu acesso ou de subverter os fundamentos que o garantem é uma afronta aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana .

Retrocessos - A Rede Apae Brasil, composta pela Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), 26 federações estaduais e 2.264 unidades municipais, também repudia as propostas sobre o BPC e aponta retrocessos da medida. Viola princípios fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, na Constituição Federal de 1988 e na Lei Brasileira de Inclusão .

Ameaças - A Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD) afirma que a proposta do governo federal ameaça conquistas históricas de direitos da população com deficiência e quer a interrupção imediata do trâmite na Câmara. Em ofício enviado no último dia 4/11 aos ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Macaé Evaristo, dos Direitos Humanos e da Cidadania, a instituição pede a ambos que atuem firmemente para barrar ou reformular o PL, garantindo que os direitos conquistados sejam mantidos e ampliados . O documento foi encaminhado também para senadores e deputados aliados da causa.

Unidos - A Coalizão Nacional Inclusiva pelo Autismo (CONIA), formada por seis entidades nacionais de defesa dos direitos das pessoas autistas (Associação Brasileira de Autismo, Movimento Orgulho Autista Brasil, Onda Autismo, FENAPAES, FENAPESTALOZZI e UMANAS), afirma que a partir desta terça-feira, 10, Dia Internacional dos Direitos Humanos, vai se encontrar em Brasília com parlamentares que apoiam a causa do autismo para reforçar o pedido de retirada do PL da pauta da Câmara. A CONIA assinou a manifestação de repúdio às propostas do governo sobre o BPC apresentada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) com o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Dignidade - Em artigo publicado no Estadão em 3/12, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, a senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) faz um apelo aos meus colegas parlamentares, gestores públicos e toda a sociedade para refletirem sobre o impacto de suas decisões. Estamos diante de um momento crucial, em que precisamos escolher entre aprofundar a exclusão ou garantir uma sociedade minimamente justa. Não é hora de limitar o BPC. Pelo contrário, precisamos ampliar as condições de acesso e assegurar que ninguém fique para trás .

Segundo informações enviadas a Vencer Limites pela equipe da parlamentar, Mara Gabrilli está em contato com a liderança do PSD na Câmara para articulação contra as medidas.

Leia a íntegra da nota da parlamentar.

A proposta do governo de alterar os critérios para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), como parte do pacote de ajuste fiscal enviado ao Congresso, é um ataque direto aos direitos das pessoas com deficiência e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade extrema. Para milhões de brasileiros, o BPC é a única garantia de renda e dignidade, permitindo acesso a necessidades básicas como alimentação, medicamentos, transporte e cuidados especializados.

A senadora considera inaceitáveis as mudanças sugeridas, como a inclusão da renda de cônjuges ou familiares distantes no cálculo de elegibilidade, desconsiderando as particularidades de muitas famílias que enfrentam abandono, altos custos com tratamentos e a precariedade de acesso a serviços essenciais.

Essas alterações ignoram a realidade de quem já vive com o mínimo. O BPC é um direito que garante a sobrevivência e a dignidade de milhões de brasileiros, e não permitiremos que ele seja desmontado. Estou determinada a fazer o que for necessário para impedir

que essas propostas avancem.

Mara Gabrilli já está em contato com a liderança do PSD na Câmara dos Deputados, onde o pacote de cortes será analisado primeiro, para construir uma articulação sólida contra essas medidas.

Estamos falando de pessoas que já enfrentam inúmeras barreiras sociais, econômicas e estruturais. Reduzir o acesso ao BPC é condenar essas famílias a escolhas impossíveis, como decidir entre comprar comida ou pagar por um remédio. Não podemos aceitar esse retrocesso.

A senadora também destaca que o BPC não é apenas uma política social essencial, mas uma medida que impulsiona a economia local. Estudos comprovam que cada real investido no benefício tem efeito multiplicador, gerando impacto positivo no **PIB** e no consumo básico.

Além de proteger vidas, o BPC movimenta a economia de pequenas comunidades e ajuda a reduzir desigualdades. Tratar esse direito como um peso no orçamento, além de cruel, é equivocado.

Mara Gabrilli reafirma seu compromisso em lutar pela preservação e ampliação do BPC, defendendo a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência e idosas.

Como mulher com deficiência, sei o que significa depender de cuidados e enfrentar barreiras diárias. Estou mobilizada para que essas mudanças não sejam aprovadas e para que possamos avançar na inclusão, em vez de retroceder .

Site: <https://www.terra.com.br/nos/avanco-do-governo-sobre-o-bpc-pode-derrubar-o-pl-do-corte-de-gastos-no-congresso,193ceb9b3b98c412bdddce8bbd5a795lxs20hb.j.html>

Militares mantêm benefícios mesmo gerando rombo de R\$ 50 bi na Previdência

Wanderley Preite Sobrinho

O governo Lula deixou praticamente intocados benefícios das Forças Armadas no pacote para conter gastos públicos, apesar de a aposentadoria militar responder por um rombo de R\$ 50 bilhões e ser, proporcionalmente, o maior déficit da Previdência.

Privilégios das Forças Armadas foram alvo de críticas após divulgação de vídeo da Marinha. A peça institucional intercala imagens de oficiais de baixa patente em treinamento militar com a de cidadãos civis em momentos de lazer. O vídeo termina com a pergunta: "Privilégios?". A peça foi ajustada de última hora para reagir à inclusão militar nos cortes do governo, apurou a colunista do UOL Raquel Landim.

No fim das contas, a proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mexe pouco nos benefícios das Forças Armadas. Elas devem contribuir com R\$ 2 bilhões dos R\$ 70 bilhões que serão economizados em dois anos. O ajuste atinge apenas três pontos:

Idade mínima para entrar na reserva. Se o pacote de Haddad for aprovado, os militares precisarão ter 55 anos para entrar na reserva com salário integral, mas com um prazo de transição até 2032.

Especialista vê mudanças "muito tímidas". "Mesmo a questão da morte ficta, que é moralizante, me parece uma nuvem de poeira", afirma o economista Pedro Fernando Nery, professor do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino).

Pedro Fernando Nery, economista

Além dos benefícios que serão alvo do ajuste, há outros. Eles envolvem sobretudo acúmulo de adicionais ao salário militar e a manutenção do soldo após a ida para a reserva, ou aposentadoria. Além do soldo, a remuneração dos militares é composta por adicionais de:

Esses adicionais mais do que dobram os salários no topo da hierarquia militar. O soldo para o general do Exército, tenente-brigadeiro do ar ou almirante de esquadra é de R\$ 13,4 mil, mas pode chegar a R\$ 28,3 mil com os aditivos.

Os adicionais causam rombo no sistema

previdenciário. Diferentemente de servidores civis e trabalhadores da iniciativa privada, que em geral recebem aposentadoria proporcional à média dos salários ao longo da carreira, os militares vão para a reserva ganhando integralmente seu último soldo, acrescido dos adicionais a que tinham direito.

Reforma em 2003 acabou com a integralidade para servidores civis. "Ela ainda existe para os que entraram no serviço público até 2003, mas, depois dessa data, o cálculo foi ficando proporcional", afirma Nery. "Para o **INSS**, não existe nada parecido. O ideal ia ser fazer agora algo parecido: quem já entrou antes da mudança segue com o direito, e muda daqui para frente. Gradualmente, o déficit diminui."

Os militares se aposentam cedo e, na reserva, recebem os mesmos reajustes concedidos aos da ativa. Até que a proposta de Haddad seja aprovada pelo Congresso, o militar não tem idade mínima para se aposentar. Ele vai para a reserva com o salário integral, se tiver servido por 35 anos. O ajuste do governo prevê que o militar precisará ter 55 anos para se aposentar, mas só a partir de 2032. Hoje é comum militares se aposentarem na casa dos 40 anos.

Na iniciativa privada, é preciso cumprir regras de idade mínima e de anos de contribuição. As mulheres precisam atingir 30 anos de contribuição e 62 anos de idade mínima, e homens, 35 de contribuição e 65 de idade mínima.

O rombo previdenciário é a principal dor de cabeça das contas federais. Somados os déficits dos setores privado, público e militar, o rombo com aposentadoria ficou em torno de R\$ 420 bilhões em 2023.

Proporcionalmente, o maior déficit é da previdência militar. Embora os R\$ 49,7 bilhões de déficit da categoria equivalham a 11,6% do total, o rombo per capita é 16 vezes superior ao do **INSS**. Enquanto cada aposentado ou pensionista do **INSS** gera R\$ 9.400 de déficit por pessoa ao ano e os **servidores públicos** civis geram rombo de R\$ 69 mil, os militares têm déficit de R\$ 159 mil por beneficiário, segundo relatório de junho do TCU (Tribunal de Contas da União), que alertou sobre os "privilégios" dos aposentados das Forças Armadas.

A arrecadação do setor militar não cobre quase nada

das suas despesas. A do setor privado cobriu 65%, a dos servidores civis 41,9%, e "o sistema dos militares arrecadou apenas R\$ 9,1 bi e gastou R\$ 58,8 bi, perfazendo a extremamente pequena proporção de 15,47% da despesa que causa ao erário", comparou em julho o ministro do TCU Walton Alencar.

Dono do quinto maior orçamento da Esplanada, o orçamento do Ministério da Defesa é quase todo comprometido com salários. 78% de seus R\$ 127,9 bilhões pagam o soldo dos 362.574 militares da ativa, 235.416 pensionistas e 169.793 inativos (aposentados), segundo o Portal da Transparência.

Proporcionalmente, a folha de pagamento dos militares brasileiros é três vezes a dos Estados Unidos, a maior potência militar do mundo. Por lá, os salários consomem 22% do orçamento militar, segundo dados da Peter G. Peterson Foundation, entidade que acompanha as contas públicas nos EUA.

"O militar recebe muito mais do que contribui", diz Nery. "E isso é particularmente verdade para a massa que se 'aposenta' mais cedo: os de patentes mais altas ficam até uns 60 anos trabalhando. Então, boa parte do custo [previdenciário] vem dos militares que não alcançam o topo da carreira, porque eles saem aos 40 e poucos anos e vão passar mais tempo 'aposentados' do que em atividade."

A classe ainda goza de outros benefícios :

A última grande movimentação ocorreu em março. As mudanças atingiram 75 oficiais, incluindo 11 generais, que receberam, em média, R\$ 100 mil cada, segundo reportagem da Folha de S.Paulo . Como o principal fator é o salário, a verba infla as remunerações no topo da carreira, em prejuízo de praças, por exemplo.

O UOL procurou o Ministério da Defesa, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem. Os militares também têm alguns direitos restringidos: eles não têm direito de fazer greve, não podem se candidatar a cargo público quando na ativa e não recebem horas extras e adicional de periculosidade.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/12/10/forcas-armadas-privilegios-salario-soldo-aposentadoria-adicionais-ajuste.htm>

"Imposto do pecado" para arma e munição

» **RAFAELA GONÇALVES**

O relatório do projeto principal de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/24) inclui armas e munições no imposto seletivo (IS), o chamado "imposto do pecado". Das mais de 2 mil emendas apresentadas, 642 foram acatadas no parecer protocolado, ontem, pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

De acordo com o parlamentar, a inclusão das armas foi feita por uma "convicção pessoal".

"Não é sensato desonerar armas num país onde se mata mais do que uma guerra. Não tenho arma, não uso, não tenho aptidão.

A questão da segurança precisa ser resolvida pelo aparato do Estado, e não em caráter privado.

É uma convicção que tenho. Minha razão não é ideológica, é de consciência", frisou.

O dispositivo havia sido retirado do texto na Câmara dos Deputados por pressão da "bancada da bala", frente parlamentar que defende o armamento civil.

Da maneira como estava, itens díspares como armas, munições, fraldas infantis, perfumes e roupas tinham a mesma alíquota -padrão de imposto.

Braga admitiu que não sabe se a medida será mantida. Na última votação na Câmara, a emenda apresentada pela federação PSol-Rede para incluir as armas no "imposto do pecado" foi rejeitada por 316 x 155, com duas abstenções. A tributação extra será imposta a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O relator manteve a isenção de **tributos** a carnes, frangos e peixes tal como veio da Câmara.

A incorporação das proteínas na cesta básica contrariou a equipe econômica do governo.

Os medicamentos para tratamento de câncer e de doenças raras terão alíquota zero de imposto sobre o consumo, disse Braga. A versão da Câmara previa isenção conforme uma lista de princípios ativos. O parecer substituiu a lista por grupos de doenças.

Segundo o relator, os fármacos que receberam benefício fiscal serão definidos, posteriormente, por

um novo projeto de lei. Os medicamentos serão decididos em conjunto pelo Comitê Gestor e pelo Ministério da Fazenda, a partir de sugestões do Ministério da Saúde, e terão de ser votados no Congresso.

"A sugestão é que seja elaborada a lista com o Comitê Gestor, Fazenda e Saúde para isso não ser um cheque em branco e dar medicamento para o que a gente não sabe nem para que serve", salientou.

Todas as compras públicas de medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS) têm previsão de isenção. A nova versão do texto estabelece, ainda, por meio de regimes diferenciados, a inclusão das fraldas na lista de produtos de higiene pessoal, do homecare e da esterilização na lista de produtos hospitalares.

Segundo Braga, as mudanças no projeto representam um impacto de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Considerando os cálculos do Ministério da Fazenda sobre as alterações no texto feitas pela Câmara - que apontavam uma elevação da alíquota média de 26,5% para 27,97% -, a alíquota média passará a 28,1%.

O parecer ainda obriga o governo a enviar um projeto de lei complementar propondo medidas que reduzam o percentual do IVA a patamar igual ou inferior a 26,5%. A nova versão do texto estabelece que o período de testes começa em 2026 e o sistema entra em operação plenamente em 2030. Será realizada uma fase de testes sem recolhimento do tributo.

Prazo apertado O relatório de Braga era para ser lido, à tarde, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Mas foi cancelada por falta de quórum, em reação à negativa do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), em aceitar os argumentos da Advocacia-Geral da União (AGU) para tornar menos rigorosas as regras de liberação de emendas.

Mas, depois da reunião, no início da noite, na qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou uma solução para a liberação das emendas aos presidentes Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL), respectivamente do Senado e da Câmara, encontrou-se uma forma de o relatório de Braga ser lido hoje ainda.

-

Sessão extra ao meio-dia

Para tentar acelerar a tramitação do relatório sobre a **reforma tributária**, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúne extraordinariamente hoje, ao meio-dia, para a leitura do projeto de lei elaborado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). Ao mesmo tempo, na Câmara, uma comissão se formará para analisar as alterações no Senado, antes que o PL volte para a Casa a fim de mexer ou manter as alterações realizadas pelo senadores. Dessa forma, a expectativa é de que a reforma seja aprovada até 19 de dezembro.

Mais cedo, a suspensão da sessão da CCJ tinha acendido a luz vermelha no Palácio do Planalto (leia mais na página 3).

"Se o governo estivesse preocupado com a reforma, tinha de colocar presença", criticou o senador Marcos Rogério, vice-presidente da CCJ. Além dele, compareceram à sessão Efraim Filho (União-PB), Rogério Carvalho (PT-SE), Augusta Brito (PT-CE), Ciro Nogueira (PP-PI), Esperidião Amin (PP-SC) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

Até então, a próxima reunião da CCJ seria somente amanhã, em cuja pauta estão as sabatinas de cinco indicados para ministros do Superior Tribunal Militar (STM), além das inquirições aos novos nomes para comporem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Na avaliação de parlamentares ouvidos pelo Correio, já era considerada a hipótese de se fechar um acordo para a leitura do relatório - tal como aconteceu após a reunião no Palácio entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Rodrigo Pacheco (PSD -MG) e Arthur Lira (PP-AL). Caso o parecer do senador Eduardo Braga (MDB-AM) passe na CCJ, pode ir à votação no plenário do Senado no mesmo dia.

"Não é sensato desonerar armas num país onde se mata mais do que uma guerra.

Não tenho arma, não uso. A questão da segurança precisa ser resolvida pelo aparato do Estado, e não em caráter privado.

É uma convicção que tenho. Minha razão não é ideológica, é de consciência" Senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária**

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6727/09-12-2024.html?all=1>

Para pagar emendas, governo edita portaria

» *fabio grecchi* » *edla lula* » *Julia porTela* » *mayara souTo*

O governo federal deve publicar, até amanhã, uma portaria para liberar ainda este ano o pagamento de R\$ 3 bilhões em emendas Pix.

Foi a forma encontrada para contornar a crise que se potencializou, dentro do Congresso, com a rejeição pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), dos argumentos da Advocacia-Geral da União (AGU) para que reconsiderasse e tornasse menos rigorosa as regras que impôs para o repasse de recursos federais para o pagamento de emendas parlamentares. No fim da tarde de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não apenas para informá-los da solução arquitetada pelo Palácio do Planalto, mas para, também, pedir-lhes empenho na aprovação da **reforma tributária** e do pacote de cortes do governo.

O Palácio recebeu, ontem, um duro recado sobre a insatisfação dos parlamentares em relação às regras definidas por Dino para as emendas. A sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na qual seria lido o relatório da **reforma tributária**, elaborado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi suspensa por falta de quórum poucos minutos depois de aberta.

No encontro no Palácio, Pacheco e Lira pediram a Lula um "gesto de boa vontade" em relação às emendas para que as votações no Congresso desemperrem.

A saída, a princípio, é o decreto, assinado conjuntamente pela Casa Civil e pela AGU, que faz uma interpretação da decisão de Dino com o cuidado de não descumprir a decisão do ministro.

Da reunião participaram os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), além dos líderes do governo no Congresso (senador Randolfe Rodrigues, PT-AP), no Senado (Jaques Wagner, PT-BA) e na Câmara (José Guimarães, PT-CE).

Segundo interlocutores de Lula e dos ministros, a AGU também divulgará um parecer, com orientações sobre a decisão de Dino, para os ministérios que têm emendas parlamentares.

Representa que as pastas pagarão as emendas, principalmente as de comissão - consideradas obscuras, de destinação incerta e sem identificação do parlamentar que a propôs - conforme as regras estabelecidas pelo ministro.

A medida teria sido bem recebida por Pacheco e Lira.

Ao chegar no Ministério da Fazenda, Fernando Haddad admitiu que Lula conseguira encaminhar uma boa solução junto a Pacheco e a Lira para destravar as votações no Congresso. "O presidente Lula se reuniu com os presidentes das casas [Pacheco e Lira]. Ele pactuou um encaminhamento que, do meu ponto de vista, atende aos anseios dos parlamentares.

Quem está fazendo conta sabe que as medidas estão indo na direção correta", salientou Haddad.

Os presidentes do Senado e da Câmara se comprometeram a levar as soluções encontradas pelo Palácio aos líderes de partido e de bancada no Congresso.

E a se esforçarem no convencimento de que o governo está se empenhando para contornar a situação provocada pela decisão de Dino. Isso porque, entre os parlamentares - sobretudo os do Centrão -, pairava a desconfiança de que havia um jogo combinado entre o Palácio e o ministro do STF para dificultar a liberação de emendas.

Haddad disse, ontem, que a cada momento que as medidas do pacote fiscal são esclarecidas, há uma maior compreensão de que as propostas são "razoáveis".

Ele deu a declaração ao ser questionado sobre o risco de o próprio PT desidratar o pacote enviado pelo governo. "A cada momento que se esclarece os números, e o porquê das medidas, se compreende que nós estamos falando de coisas razoáveis. Colocar ordem em cadastro, adequar o perfil do beneficiário à intenção do legislador, isso são coisas muito razoáveis", disse.

"O presidente Lula se reuniu com os presidentes das casas [Pacheco e Lira]. Ele pactuou um encaminhamento que, do meu ponto de vista, atende aos anseios dos parlamentares. Quem está fazendo conta sabe que as medidas estão indo na direção correta" Ministro Fernando Haddad, da Fazenda

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6727/09-12-2024.html?all=1>

Insatisfação ameaça corte de gastos

O pacote de corte de gastos do governo pode não ser votado neste ano diante da crise das emendas parlamentares envolvendo congressistas e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em resposta, o governo deu início a uma força-tarefa no Congresso Nacional e prometeu liberar as emendas com a edição de portarias, diante da ameaça de deputados e senadores de enterrar a votação do pacote fiscal neste ano.

No meio da tarde, quando a votação do projeto que regulamenta a **reforma tributária** já tinha sido adiada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Lula se reuniu no Palácio do Planalto com os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com líderes do governo.

Segundo relatos, tanto Lira como Pacheco disseram ao presidente que o clima no Congresso ficou ainda pior, diante da decisão de ontem do ministro Flávio Dino, do STF, que manteve as regras mais duras para o pagamento das emendas.

Lula pediu um esforço dos presidentes para garantir a votação do pacote neste ano, mas ouviu, como resposta, que o governo precisa fazer gestos para melhorar a relação com deputados e senadores.

Da parte do governo, foram apresentadas duas soluções patrocinadas pelo ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, para aplacar os ânimos dos parlamentares.

A primeira é uma portaria do ministério orientando as pastas a respeito da decisão de Dino, de forma a acelerar a execução de emendas de comissão.

Em outra frente, há uma portaria dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Relações Institucionais sobre a liberação desses recursos.

Uma minuta do texto já começou a circular na tarde desta segunda entre parlamentares, e os presidentes das Casas e líderes que estiveram na reunião com Lula já levaram os ajustes necessários para o texto.

De acordo com auxiliares palacianos, a portaria deve ser publicada hoje. O texto prevê a liberação imediata das emendas Pix, com apresentação dos planos de trabalho com um prazo maior.

Logo após a reunião entre Lula, Lira e Pacheco, o número dois do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, foram à Câmara dos Deputados tratar do pacote de gastos com os deputados.

Durigan afirmou estar confiante de que o pacote fiscal ainda será votado pelo Congresso até o fim da semana que vem.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18356>

Reforma tributária tem mudanças

Anova versão da **reforma tributária** divulgada ontem permite a devolução dos novos **tributos** para pessoas do Cadastro Único do Governo Federal sobre serviços de telecomunicações, a inclusão de armas e plásticos no Imposto Seletivo e tributação ainda menor para o setor imobiliário.

O relator no Senado do principal projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/2024), senador Eduardo Braga (MDB-AM), divulgou uma nova versão do texto. Ele acatou, parcial ou integralmente, 645 emendas das quase 2.000 sugestões apresentadas pelos senadores para mudar o texto aprovado na Câmara.

As novas mudanças adicionadas ao projeto vão elevar a alíquota dos setores sem privilégios para 28,10%.

Uma das principais mudanças foi a inclusão de armas e munições, salvo se destinadas às Forças Armadas ou a órgãos públicos de segurança, no Imposto Seletivo - para produtos que causam danos à saúde ou ao meio ambiente.

O objetivo é manter a tributação atual, que já é mais elevada em relação à maioria dos produtos nacionais.

O texto anterior poderia reduzir a carga sobre armas dos atuais 75% no Rio de Janeiro e 63% em São Paulo para menos de 30%.

A avaliação do governo é que essa tributação deve passar no Senado, mas há chances de ser derrubada na Câmara, que também precisa analisar a mudança.

Itens plásticos descartáveis de uso único, como sacolas, talheres, canudos, copos, pratos e bandejas de isopor foram considerados "extremamente prejudiciais ao meio ambiente" e incluídos na base do imposto.

Também estão no Imposto Seletivo veículos, embarcações e aeronaves, fumo, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, bens minerais e concursos de prognósticos (inclusive bets) e fantasy sport.

Falta de quórum

A reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na qual Braga leria o relatório da regulamentação da **reforma tributária** foi cancelada por falta de quórum - o que significa uma derrota para o governo, que quer aprovar a regulamentação o

quanto antes.

O plano inicial era de o texto ser lido ontem para que os senadores fizessem um pedido de vista coletivo.

O debate seria retomado, então, amanhã, quando o texto poderia ser votado. A tramitação nesta semana, agora, fica comprometida.

A CCJ estava marcada para às 16h e só registrou a presença de seis senadores.

Eduardo Braga esperou por 11 minutos.

Quando for votado na comissão, o projeto segue para apreciação no Plenário.

Se for aprovado, o texto volta para deliberação na Câmara dos Deputados por causa das modificações (Da Folhapress e Agência Brasil).

Sítio:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18356>

Mudanças em relatório no Senado levam alíquota do IVA para 28,1%

FERNANDA TRISOTTO, VICTOR OHANA e AMANDA PUPO/BRASÍLIA

Relator no Senado do principal projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária**, Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou ontem seu relatório com mudanças em relação ao texto aprovado na Câmara.

Se aprovadas, as novas emendas vão representar um impacto extra de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai substituir os atuais **tributos** sobre o consumo. Com isso, a alíquota média subiria de 27,97% (considerando o texto que saiu da Câmara) para 28,1%.

Atualmente, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o maior percentual é cobrado pela Hungria, que tem uma taxa de 27%. Braga avalia que a alíquota final pode cair com a esperada redução da sonegação e automatização das cobranças, já que a reforma deve abrir caminho para simplificação do sistema.

"O aperfeiçoamento que nós fizemos na simplificação e segurança jurídica me leva a crer que teremos uma redução brutal da sonegação e do contencioso jurídico tributário.

Portanto, eu acho que a redução na líquida-padrão será muito maior do que 0,13 (ponto)", afirmou ele. "Nós estamos confiantes de que teremos uma redução significativa a partir do avanço que nós conseguimos nesta área que era fundamental." O relatório apresentado ontem trouxe mudanças em pontos como tributação de imóveis e a inclusão de armas e munição no chamado "imposto do pecado". Das 1.998 emendas apresentadas pelos senadores, Braga incluiu 645 ao texto (mais informações na pág. B2).

Ao Estadão/Broadcast, técnicos ponderaram que, como a tendência é o IVA ficar acima do patamar de 26,5%, considerado como uma trava pelos deputados, o governo terá de apresentar propostas para equalizar a taxa já na primeira revisão.

O período de testes começará em 2026, e a previsão é de que o sistema entre em operação plena em 2030. Para esses técnicos, a tendência é de que haja

ganhos que diminuirão a alíquota, com a redução da sonegação e automatização das cobranças. Ainda assim, se for necessária uma revisão, o governo deverá apresentar a primeira proposta em 2031, para que passe a valer em 2032.

SEM QUÓRUM. A expectativa era de que Braga fizesse ontem mesmo a leitura do seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas a sessão acabou sendo cancelada por falta de quórum. O cancelamento da reunião representou uma derrota para o governo, que quer ver o texto aprovado em plenário ainda neste ano. "Se o governo estivesse preocupado com a **reforma tributária**, teria colocado presença", afirmou o senador Marcos Rogério (PL-RO), vice-presidente da CCJ. Ainda não está certo se a votação do texto no colegiado acontecerá amanhã, como era a previsão inicial.

"MEXEU POUCO". O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, elogiou ontem o trabalho de Braga. Em sua avaliação, o parecer "mexeu muito pouco" com a alíquota-padrão e que, por isso, a taxa calculada pela Fazenda mudará também "muito pouco". "Está bem controlado", disse. Haddad afirmou que haverá um acompanhamento da alíquota e que o patamar final dependerá em parte do nível de evasão fiscal.

"A sonegação de imposto é muito elevada no Brasil. Mas acreditamos que o sistema de digitalização dos **tributos** vai fazer com que essa alíquota caia muito, porque vai ser mais difícil sonegar."

"O aperfeiçoamento na simplificação e segurança jurídica me leva a crer que nós teremos uma redução brutal da sonegação e do contencioso jurídico tributário" Eduardo Braga (MDB-AM) Relator da reforma no Senado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ganhos com aluguel acima de R\$ 240 mil por ano poderão ser tributados

O relator da regulamentação da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), mudou trechos importantes em relação ao texto aprovado pela Câmara. Entre as alterações, Braga previu em seu relatório a taxaço de pessoas físicas que tenham rendimento acima de R\$ 240 mil por ano com aluguel, cessão e arrendamento de mais de três imóveis. O senador também acatou emenda que inclui as armas e munições no Imposto Seletivo - apelidado de "imposto do pecado" -, que vai incidir sobre produtos considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

De acordo com o relatório apresentado ontem, no caso das transações imobiliárias, o texto prevê que se a pessoa física comercializar mais de três imóveis em um ano ou mais de um adquirido nos últimos cinco anos, também estará sujeita à tributação.

Os critérios de taxaço para esse tipo de operação são novos e foram inseridos por Braga no Senado. O texto que havia sido aprovado na Câmara, em julho, não atribuía critérios objetivos para a taxaço de pessoas físicas no caso de transações com imóveis. Tributaristas ouvidos pelo Estadão avaliam que, grosso modo, era possível escapar do tributo; agora, não.

Segundo Breno Vasconcelos, sócio de Mannrich e Vasconcelos Advogados e professor do Insper, o texto da Câmara era "nebuloso" sobre a tributação de pessoas físicas em operações com imóveis.

"Na ocasião, o Ministério da Fazenda havia **comunicado** que pessoas físicas que negociassem bens imóveis de forma eventual não seriam tributadas pelas atividades imobiliárias.

Já as pessoas que faziam disso uma atividade recorrente seriam tributadas pelo IBS (IVA dos Estados e municípios) e pela CBS (IVA da União)", afirmou.

Para caracterizar a recorrência, o texto da Câmara afirmava que a tributação atingiria a pessoa física que já fosse contribuinte (pelo desenvolvimento de outras atividades econômicas) e cujo rendimento do imóvel fosse preponderante sobre o recebido de outras atividades.

Um advogado ou dentista que alugam imóveis

poderiam pagar, por exemplo. Agora, caso o relatório de Braga seja aprovado como está, pessoas físicas como um todo (não só os que já seriam alvo da tributação dos novos **tributos**), desde que inseridas nos critérios objetivos, poderão ser tributadas.

O texto poupa a incidência da tributação sobre imóveis que estiverem no patrimônio da pessoa há mais de cinco anos ou que tenham sido objeto de herança há mais de cinco anos.

Segundo assessores que acompanharam a elaboração do texto de Braga, o objetivo do senador foi definir melhor os critérios de tributação, reduzindo a margem de interpretação do Fisco. A alegação era de que se uma pessoa aposentada que recebe R\$ 1,5 mil e um aluguel de R\$ 1,8 mil, o aluguel poderia ser enquadrado como "renda preponderante" e o contribuinte ser taxado.

O advogado Marcel Alcades, sócio da área tributária do escritório Mattos Filho, afirma que o texto da Câmara deixava aberta a possibilidade de tributação e que nem todas as pessoas físicas seriam atingidas. "A mudança é ruim porque vai onerar a atividade e terá impacto no custo de locação. Vai aumentar o valor do aluguel", diz.

ARMAS. Ao incluir armas e munições no "imposto do pecado, Braga isentou operações de compra feitas para as Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública. "Inicialmente, quanto à hipótese de sua incidência, incluímos as armas e munições, salvo se destinadas às Forças Armadas ou aos órgãos de segurança pública. Essa ressalva também se aplica à incidência da exação sobre veículos, aeronaves e embarcações para uso das Forças Armadas e segurança pública", diz o texto.

MARIANA CARNEIRO, FERNANDA TRISOTTO E VICTOR OHANA

*

Como ficou - Veja outras alterações feitas no Senado

I Cashback

O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) traz mudanças em relação ao cashback, mecanismo de

devolução de **tributos** para as famílias mais pobres, que estão no Cadastro Único. O benefício agora também contempla serviços de telecomunicações, como internet e telefonia

I Trava do IVA em 26,5%

O texto reforça a obrigação de o Poder Executivo enviar medidas que reduzam a alíquota-padrão do IVA para até 26,5%. Se a soma das alíquotas de referência estimadas resultar em percentual superior a 26,5%, o governo federal terá de encaminhar projeto de lei complementar ao Congresso Nacional propondo a diminuição de alíquotas

I Motoristas de aplicativo

Braga também acatou uma emenda que muda a receita bruta para motoristas de aplicativos.

O relator já estudava a medida, sob o ponto de vista da "suavização" do conceito de nanoempreendedor. No relatório, Braga passou a considerar como receita bruta dos motoristas 25% do valor bruto mensal recebido

I Bares, restaurantes, hotéis e parques

A alíquota de bares e restaurantes, hotéis, parques de diversão e parques temáticos foi reduzida a 40% da padrão

I Cesta básica

O relatório do senador manteve os itens da cesta básica aprovados pela Câmara, mas com ajustes de redação e de especificação técnica, de acordo com as Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCM). Braga acatou uma emenda que inclui o óleo de milho na alíquota reduzida de 60%

I Transporte público

Nas rotas interestaduais e intermunicipais de transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário haverá a incidência de uma alíquota equivalente a 40% da alíquota padrão. No transporte aéreo de carga, Braga também decidiu aplicar o redutor alegando que há regiões em seu Estado, no Amazonas, onde produtos perecíveis e alimentos só chegam de avião

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Impasse sobre liberação de emendas trava votação de pacote na Câmara

DANIEL WETERMAN ALVARO GRIBEL BRASÍLIA | COLABORARAM AMANDA PUPO e GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

Decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) - que mantém algumas exigências para a liberação de emendas parlamentares -, ameaça a votação do pacote de corte de gastos na Câmara. Ontem, Dino rejeitou integralmente um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU), que pedia a revisão das exigências. Isso gerou insatisfação no Congresso, onde os parlamentares se queixam da falta de liberação de recursos de seu interesse.

O ministro liberou o pagamento de emendas parlamentares que estavam travadas desde agosto, mas colocou algumas exigências com as quais o Congresso não concordou.

Por exemplo: o governo só deve pagar emenda Pix quando o prefeito que receber o recurso falar onde vai usar o dinheiro e quando algum ministério do Poder Executivo concordar. O magistrado abriu uma exceção para os pagamentos pendentes de 2024.

Diante da reação dos parlamentares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu à tarde, no Palácio do Planalto, com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de líderes do governo no Palácio do Planalto, na tentativa de costurar um novo acordo.

Depois disso, à noite, o governo passou a acenar com a publicação de uma portaria permitindo o pagamento de R\$ 6,4 bilhões em emendas parlamentares neste ano, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

Com isso, a expectativa era de que a votação pudesse ser destravada no Congresso.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o presidente Lula pactuou um acordo com Lira e com Pacheco, em relação às emendas parlamentares.

"O presidente Lula se reuniu com o presidente das duas Casas e pactuou um entendimento que, no meu ponto de vista, atende aos anseios dos parlamentares", disse Haddad à imprensa antes de se dirigir para a residência oficial do presidente do Senado.

"COISAS IMPORTANTES". "O que nós vamos compreender é o seguinte. Nós temos uma chance de terminar o ano com coisas importantes. Firmamos o acordo com a União Europeia, temos condição de votar a **reforma tributária**. Depois de 40 anos de espera, podemos votar a **reforma tributária** finalmente", disse o ministro.

Haddad defendeu que o impacto de economia fiscal gerado pelo pacote de medidas de contenção de despesas não está superestimado e que o conjunto de ações poupará um nível de recursos "importante" para ajudar a ancorar as expectativas.

Segundo o ministro, cálculos de alguns bancos já começaram a se aproximar dos números divulgados pela Fazenda.

"Quem está fazendo contas sabe que as medidas vão na direção correta e não há um impacto pequeno, é um impacto importante que pode, sim, ajudar a ancorar as expectativas", afirmou a jornalista, acrescentando que as propostas buscam conter o gasto para melhorar as contas públicas.

Haddad disse também ser preciso compreensão dos Poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário para uma melhor organização das finanças e, com isso, "deixar para trás" o clima de desconfiança que, segundo ele, cresceu nos últimos meses.

O ministro afirmou que é necessário "coordenação" para atingir os objetivos, tarefa que não pode ser apenas da Fazenda.

"(Deve ser tarefa) Do governo também, mas tem de ser uma associação em torno dessa finalidade, passar confiança para as pessoas."

"Quem faz contas sabe que as medidas vão na direção correta e não há um impacto pequeno, é um impacto importante que pode, sim, ajudar a ancorar as expectativas. (...) (Deve ser tarefa) Do governo, mas tem de ser uma associação em torno dessa finalidade" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Premissa Pela decisão do ministro do STF, prefeito precisa informar onde vai usar dinheiro de emendas Pix

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Tributária: mudanças levam alíquota para 28,1%

VICTORIA ABEL victoria.abel@bsb.oglobo.com.br
BRASILIA

As mudanças na regulamentação da **Reforma Tributária** no Senado anunciadas ontem pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) representam um impacto de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota do imposto que será criado após o texto entrar em vigor. Com isso, a alíquota padrão do sistema poderia chegar a 28,12%, considerando cálculos do Ministério da Fazenda sobre as alterações promovidas pela Câmara no texto. O projeto ainda será analisado pelos senadores e voltará para votação dos deputados antes de seguir para sanção presidencial.

Mesmo com o aumento da alíquota, o relator prevê que a taxa deve cair conforme a transição entre sistemas tributários for ocorrendo, com a diminuição da sonegação fiscal.

-O aperfeiçoamento que fizemos na simplificação e segurança jurídica me leva a crer que vamos ter uma redução brutal na sonegação e nos contenciosos jurídicos. Portanto, a redução na alíquota-padrão será muito maior que o 0,13 ponto -disse Braga.

A alíquota-padrão de referência do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) criado com a reforma será determinada pelo Senado, por meio de resolução, no último ano de vigência da transição entre os sistemas de **impostos**, em 2032. Braga manteve a trava de alíquota máxima em 26,5%, colocada pela Câmara dos Deputados e acrescentou um trecho que obriga o governo a enviar um projeto de lei complementar cortando benefícios, caso a previsão de alíquota na época esteja acima desse limite.

LEITURA SERÁ HOJE

Braga iria ler o parecer apresentado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem para formalizar a tramitação. Mas a sessão acabou sendo adiada após uma manobra da oposição -e devido à insatisfação de senadores com a falta de pagamento de emendas parlamentares e a negativa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino à Advocacia-Geral da União (AGU) para liberar as verbas. A leitura será feita hoje, e a votação pode ocorrer na quinta-feira.

Essa mesma insatisfação tem colocado em dúvida a

tramitação rápida do pacote fiscal, que o governo esperava ver aprovado ainda este ano.

O relatório manteve os itens da cesta básica com imposto zero adicionados pela Câmara, incluindo carnes e queijos, mas retirou o óleo de milho. O texto ainda incluiu as contas de telefone e internet da população de baixa renda no cashback, a devolução dos **impostos** pagos.

Nos medicamentos, o relator retirou a lista de princípios ativos que seriam isentos de tributo, substituindo-a por grupos de doenças a serem atendidas. Terão imposto zero: tratamentos oncológicos, doenças raras, DST (doenças sexualmente transmissíveis) e Aids, e doenças negligenciadas. Entre os medicamentos e dispositivos que terão 60% de desconto na alíquota, o relator incluiu produtos de home care, aqueles usados no tratamento domiciliar de idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de serviços de esterilização e instrumentação cirúrgica.

Braga acrescentou novamente as armas e munições no Imposto Seletivo (também chamado de "imposto do pecado"), que irá recair sobre produtos ou serviços que trazem prejuízos à saúde e ao meio ambiente. Os itens estavam no texto original do governo, mas foram retirados pelos deputados durante a tramitação na Câmara.

- Essa é uma convicção pessoal minha, não sei se terá votos no Senado para aprovar, ou na Câmara - disse o relator.

Também foi mantido o Imposto Seletivo para apostas on-line ou física, veículos, embarcações, aeronaves e bebidas açucaradas.

TAXA SOBRE IMÓVEIS

O relator também elevou o desconto sobre a alíquota geral do imposto para 50% nas transações do mercado imobiliário. Antes, a redução de alíquota prevista no texto da Câmara era de 40%. Braga também criou um limite para que pessoas físicas que tenham imóveis para aluguel fiquem isentas do imposto.

As pessoas físicas que tenham imóveis para aluguel

não precisarão recolher o IVA se arrecadarem menos de R\$ 240 mil por ano com as locações e tenham menos de três imóveis alugados. A partir desses limites, o locador, mesmo sendo pessoa física, terá de incluir o IVA sobre o cálculo da locação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo acelera pagamento de R\$ 6,4 bi em emendas para evitar atrito com o Congresso

Renan Trujfi, Fábio Murakawa, Flávia Maia, Isa-dora Peron, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Jéssica San t'Ana

Diante da insatisfação no Congresso com as exigências do Supremo Tribunal Federal (STF) para liberar o pagamento de emendas parlamentares ao Orçamento, o governo federal comprometeu-se a editar medidas para acelerar o pagamento de R\$ 6,4 bilhões indicados pelos congressistas. A sinalização foi dada na segunda-feira (9) horas depois de o ministro Flávio Dino, do STF, negar um pedido da União para que ele alterasse decisão que impôs uma série de condições para que os repasses represados desde agosto fossem liberados. O movimento colocou em xeque o andamento da agenda legislativa do governo, como o pacote de contenção de gastos e a **reforma tributária**.

A crise fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) convocar os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para uma reunião no Palácio do Planalto. O Valor apurou que, no encontro, Lula pediu ajuda dos dois para concluir as votações das propostas fiscais ainda este ano, mas ouviu, em resposta, que o clima está "muito ruim" no Congresso. A edição da portaria também foi tratada na reunião.

Ao longo do dia, parlamentares deram sinais de que a crise afetaria o andamento das propostas. Na Câmara, o pacote fiscal está travado e não deve ser votado nesta semana, que será dedicada exclusivamente à pauta da segurança pública. No Senado, a base governista não deu quórum na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a sessão caiu e impediu a leitura do relatório sobre o projeto de regulamentação da **reforma tributária** (ver também páginas A10 e A11).

Entre os deputados, havia a leitura ao longo do dia de que essa será uma semana para "amaciar a carne", com o objetivo de tentar construir um ambiente político mais propício para a votação de medidas importantes.

O Valor apurou que, ao ouvir dos presidentes da Câmara e do Senado que a situação no Parlamento é adversa, o governo encaminhou dois acordos. O primeiro é que a gestão petista irá editar uma portaria que busca acelerar o pagamento das chamadas

"emendas Pix", como são chamadas as transferências especiais para o caixa de Estados e municípios.

A segunda decisão foi que a Advocacia-Geral da União (AGU) irá emitir um parecer para orientar os ministérios sobre o pagamento dos outros tipos de emendas, após o ministro Flávio Dino decidir impor novas regras para o pagamento desse tipo de verba.

Após o encontro, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que a regulamentação vai permitir o pagamento de R\$ 6,4 bilhões em emendas. O documento não havia sido publicado até o fechamento desta edição.

"Está sendo emitida agora à noite [segunda-feira], no máximo amanhã de manhã [terça-feira], uma decisão de força executória da AGU e uma portaria, que criará as condições para pagar R\$ 6,4 bilhões em emendas", disse Randolfe em entrevista ao Valor ao gl.

A decisão de Dino foi uma resposta a um recurso protocolado pela AGU no STF pedindo uma revisão da determinação que estabeleceu condições para a liberação das verbas indicadas pelos congressistas. Na semana passada, o magistrado autorizou os repasses, mas estabeleceu critérios como a indicação do parlamentar responsável pelas indicações e fixou uma regra de reajuste diferente da que havia sido fixada no projeto de lei aprovado no Congresso e sancionado por Lula.

No pedido da semana passada, a AGU pediu alterações. Além da exigência de identificação nominal do parlamentar nas emendas de bancada e de comissão e do critério de crescimento das despesas, o órgão solicitou a revisão na exigência prévia de plano de trabalho para as chamadas "emendas Pix" (transferências especiais).

No despacho de segunda-feira, o ministro argumenta que a decisão - validada pelo colegiado do STF - atende aos "primados da transparência e da rastreabilidade". Por isso, mantém o crescimento do valor das emendas vinculado ao parâmetro que tiver menor índice de acréscimo: ou arcabouço fiscal ou variação da Receita Corrente Líquida ou a evolução das despesas discricionárias do Executivo. O Congresso havia aprovado que o aumento seria equivalente ao do arcabouço fiscal, que prevê um

crescimento real das despesas entre 0,6% e 2,5% acima da inflação.

Dino argumentou que foi enunciado na reunião entre os Poderes, em 20 de agosto de 2024, que o teto para o crescimento futuro das emendas parlamentares deveria estar atrelado ao aumento das despesas discricionárias do Executivo e, portanto, os parâmetros previstos estão dentro do acordo e da legislação aprovada no Congresso. "Isto é, foi o próprio Poder Legislativo que, corretamente, determinou a equivalência de tratamento jurídico. Afinal, existe apenas um Orçamento-Geral da União, e não dois, de modo que a LC n- 210/2024 é compatível com a Constituição Federal".

Quanto à necessidade de apresentação prévia dos planos de trabalho para liberação das "emendas Pix", Dino ressaltou que o documento é indispensável e está de acordo com a LC 210/2024 e a Constituição Federal.

Já em relação à identificação dos parlamentares de emendas de comissão e de bancada, parlamentares do PT buscaram convencer o Centrão de que, nesse caso, o pedido por alterações foi parcialmente atendido.

Dino determinou, na primeira decisão, que os valores fossem individualizados e que a indicação das emendas de comissão não poderia ser "monopólio" do líder partidário. "Tais emendas devem ser deliberadas nas respectivas bancadas e comissões, sempre com registro detalhado em Ata, na qual deve conter, inclusive, a identificação nominal do(s) parlamentares) "solicitante(s)" ou autor(es) da(s) proposta(s)", afirmou na semana passada.

Na nova decisão, de segunda-feira, o ministro abriu caminho para que o real autor continue sob sigilo. "A obrigatoriedade de identificação do(s) parlamentar(es) "solicitante(s)" não coloca em xeque o caráter coletivo das emendas RP 7 e RP 8, promovendo a sua individualização. É evidente que as "emendas de bancada" e as "emendas de comissão", uma vez aprovadas, reproduzem o resultado da vontade coletiva da bancada estadual e da comissão", disse.

No caso das emendas de bancada, Dino cobrou que seja divulgado o nome do parlamentar solicitante. Isso, no entanto, não tornará obrigatório revelar o autor da indicação na fase de execução - ou seja, aquele que informa ao governo federal ou estadual como e onde o dinheiro deve ser gasto, já que a previsão no Orçamento é genérica.

Para as emendas de comissão, o ministro reforçou que não pode haver monopólio, "pois não podem

existir Deputados ou Senadores com mais prerrogativas legislativas ("parlamentares de lidasse") e outros com menos ("parlamentares de 2º classe)". Mas frisou "que os "solicitantes" poderão ser os líderes partidários ou qualquer outro parlamentar".

Com isso, na prática o ministro autorizou que a comissão omita o nome do real autor da indicação e liste como responsável o líder do partido - o que já estava na lei aprovada.

Lula pediu a ajuda de Lira e Pacheco para concluir votações das propostas fiscais

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1>

Grupo da Câmara analisa mudanças

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Os integrantes do antigo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação da **reforma tributária** se reunirão nesta terça-feira, às 9h, com técnicos do Legislativo para discutir mudanças feitas pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) na proposta.

A Câmara aprovou a regulamentação em julho e enviou para o Senado. Braga apresentou um relatório na segunda-feira (9) e a expectativa dos senadores é que o projeto seja votado no plenário ainda nesta semana, mas já houve um primeiro atraso e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) caiu por falta de quórum, sem que fosse feita a leitura do parecer.

O emedebista, entre outras coisas, coloca armas de fogo no imposto seletivo, reduz a tributação sobre o setor de móveis, unifica as alíquotas para bares, restaurantes e setor de turismo, muda a lista de medicamentos e alimentos com alíquota zero ou reduzida e prevê o cashback (devolução de **impostos**) para serviços de telecomunicações.

Na reunião desta terça, os assessores técnicos da Casa farão um relato detalhado de cada uma das mudanças e seus impactos.

O encontro não deve ter caráter deliberativo, já que o texto ainda será debatido pelo Senado e pode ser mais alterado. Mas já seria uma preparação para permitir que os deputados votem rapidamente a proposta no plenário na próxima semana, caso o texto seja concluído pelos senadores a tempo. A palavra final sobre o conteúdo será da Câmara.

O Congresso deve fazer sua última sessão deliberativa no dia 20 (sexta-feira), antes de entrarem recesso até fevereiro. A intenção do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é que a Casa analise as alterações ainda em dezembro e envie para sanção presidencial.

Braga já teve uma reunião prévia, na semana passada, com Lira e com o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que participou do GT e foi escolhido relator da matéria em plenário, para apresentar as principais alterações e cronograma planejado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188064?page=1§ion=1>

Relator reduz tributação de imóveis e inclui armas no Imposto Seletivo

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou ontem seu parecer da regulamentação da **reforma tributária** com diversas alterações do texto aprovado na Câmara dos Deputados. Entre elas, mudanças nos descontos de alíquotas para o setor imobiliário e inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo. Ao mesmo tempo, manteve as carnes em cesta básica isenta.

O projeto cria as regras que vão viabilizar um imposto sobre valor agregado (IVA) dual, com a substituição de cinco **tributos** (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) por três: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de nível federal; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de nível estadual e municipal; e o Imposto Seletivo, de nível federal.

O desconto em relação a alíquota-padrão para as operações de administração e intermediação de imóveis e serviços de construção civil passa de 40% para 50%. "É cediço que os investimentos imobiliários envolvem um longo período de maturação. Destarte, é crucial que o PLP (projeto de lei complementar) estipule regras de transição que arrefeçam o impacto na carga tributária incidente sobre empreendimentos já contratados, em atenção à segurança jurídica", disse o relator, em seu parecer.

E Braga acatou emenda que inclui as armas e munições no Imposto Seletivo. Mas o tributo não incide se as armas e munições forem destinadas às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública. "Após ouvirmos atentamente vários especialistas durante as audiências públicas da Comissão de Constituição e Justiça e analisarmos quase 200 emendas apresentadas sobre o tema, propomos algumas sugestões relevantes e que, temos certeza, aperfeiçoam o regime do Imposto Seletivo", diz o parecer.

O relator incluiu também o home care e serviços de esterilização e instrumentação cirúrgica na faixa de redução de alíquota de 60% em razão da "necessidade de avanço em relação à tributação dos produtos e medicamentos". E Braga propôs que a população de baixa renda tenha direito a receber de volta o imposto pago nas contas de serviços de telecomunicações. _

O texto é a espinha dorsal da regulamentação da **reforma tributária**. Recebeu 1.998 sugestões de emendas e foram feitas 13 audiências públicas.

Foi entregue ao Congresso em abril, com a regulamentação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, que ficará com a União), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, a ser repartido entre Estados e municípios), o Imposto Seletivo (que incide sobre produtos que fazem mal à saúde e ao ambiente) e disposições sobre a Zona Franca de Manaus, áreas livres de comércio e outros.

A proposta foi aprovada na Câmara em julho, com a criação de uma trava para a alíquota do futuro tributo, além da ampliação do rol de produtos com alíquota diferenciada na cesta básica, incluindo a carne.

Havia projeção inicial de que o parecer de Eduardo Braga seria lido e votado na quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A depender do horário, o plenário do Senado poderia analisar o projeto no dia.

Como houve modificações em relação à proposta aprovada pelos deputados, o texto ainda precisa passar pelo crivo da Câmara antes de seguir para sanção presidencial.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241210&edicao=30609>

No ano teste, imposto vai ser somente destacado

Do Estadão Conteúdo

Relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) explicou no período da tarde desta segunda-feira, 9, que seu parecer estabeleceu que, em 2026, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) serão implementados sem a necessidade de recolhimento, mas apenas com o cumprimento de obrigações acessórias. É uma espécie de alíquota "este" para o ano, uma vez que é preciso experimentar o funcionamento do split payment. "É uma brutal inovação tecnológica", classificou Braga sobre o instrumento.

"Nós achamos prudencial que em 2026 o ano teste seja com obrigações acessórias, o imposto será destacado mas não será cobrado. Será assim porque vamos implementar o sistema, vai poder ser avaliado quanto ele está tendo de impacto tributário, por isso tem a alíquota teste", disse o senador em coletiva à imprensa sobre o parecer apresentado mais cedo. "Por exemplo, na nota fiscal está R\$ 1000 de CBS, só que isso não vai gerar débito fiscal, isso é uma obrigação acessória, o contribuinte não precisa emitir Darf e pagar sobre isso", explicou Braga.

"O sistema de nota fiscal eletrônica ganhará um campo para cada um desses novos **impostos**, lá estará dito o tamanho do imposto, mas isso não será dívida fiscal, é só a título de teste. O Split precisa provar que vai funcionar, para isso preferimos fazer com obrigações acessórias do que com dívida fiscal, porque pode ser que não esteja em nível operacional tão bom", alegou Braga, que com isso quer espantar inseguranças operacionais com a alíquota teste.

TELECOM

O relator afirmou ainda que os serviços de telecomunicações foram incluídos no cashback. O texto menciona os serviços referentes à internet e à telefonia e diz que são "de suma importância". "Outra questão com relação ao cashback é a questão de telecom. Telecom foi incluído, com a anuência do Ministério da Fazenda, ao cashback", afirmou.

E continuou: "Óbvio que obedecido o critério do CadÚnico, obedecido o critério da renda per capita de meio salário mínimo, por membro da família, enfim,

todas as regras do CadÚnico."

ENERGIA ELÉTRICA

Braga afirmou também que, em operações de energia elétrica, houve um ajuste técnico sobre o recolhimento de **impostos**. O texto afirma que os **tributos** nessas operações serão recolhidos pela distribuidora de energia elétrica, quando ocorrer a venda para adquirente atendido no mercado cativo.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Taxação menor nos imóveis e Imposto do Pecado em armas

BRASÍLIA

A nova versão da **reforma tributária** divulgada ontem permite a devolução dos novos **tributos** a pessoas do Cadastro Único do governo federal sobre serviços de telecomunicações, a inclusão de armas e plásticos no Imposto Seletivo e tributação ainda menor para o setor imobiliário.

O relator no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), divulgou seu relatório ontem com uma nova versão do texto. Ele acatou, parcial ou integralmente, 645 emendas das quase 2.000 sugestões apresentadas.

Os benefícios adicionados ao projeto vão aumentar a alíquota dos setores sem privilégios para 28,10%. Braga inclui armas e munição, salvo se destinadas às Forças Armadas ou aos órgãos de segurança pública, no Imposto Seletivo - ou Imposto do Pecado.

O objetivo é manter a tributação, que já é mais elevada em relação à maioria dos produtos nacionais. O texto anterior poderia reduzir a carga sobre armas dos atuais 75% no Rio e 63% em São Paulo para menos de 30%.

A avaliação do governo é que essa tributação deve passar no Senado, mas há chances de ser derrubada na Câmara. Itens plásticos descartáveis de uso único foram considerados "extremamente prejudiciais ao meio ambiente" e incluídos.

Também estão no Imposto Seletivo veículos, embarcações e aeronaves, fumo, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, bens minerais e concursos de prognósticos (inclusive bets). Ele também fez mudanças na regra específica do setor de imóveis, ampliando de 40% para 50% o percentual de redução dos novos **tributos** na alienação.

Para locações, só haverá cobrança nos casos de número mínimo de três imóveis alugados e receita de pelo menos R\$ 240 mil anuais. Para alienações, somente se houver a venda de mais de três operações no ano calendário a pessoa será enquadrada como contribuinte.

Em manobra da oposição, o senador Marcos Rogério (PL-RO) cancelou a sessão da CCJ na qual Braga

faria a leitura do relatório. Ele alegou falta de quórum. A sessão precisava ter seis senadores com presença registrada. Havia cinco. Braga seria o sexto, mas o colega não esperou a chegada de Braga ao local.

PISTOLA e munição: tributação deve passar no Senado, mas há chances de ser derrubada pelos deputados depois

OS NÚMEROS

645 emendas

foram acatadas no texto

28,1%

alíquota dos sem privilégio

Isenção em remédios para lista de doenças

O relator Eduardo Braga também trocou a lista de medicamentos com alíquota zerada dos **impostos** para o que definiu como "linhas de cuidados". Com a mudança, ficam isentos medicamentos utilizados em tratamentos oncológicos, doenças raras, DST/AIDS, doenças negligenciadas, vacinas e soros.

Caberá ao Congresso revisar periodicamente as linhas de cuidados e não a lista de medicamentos.

Foram feitos ajustes na lista de alimentos da cesta básica que, segundo o Ministério da Fazenda, não terão impacto na alíquota dos novos **tributos**. A proposta mantém as carnes e outras proteínas animais na cesta e inclui na lista a tapioca.

Houve ampliação da lista de insumos agropecuários com direito à redução de alíquota, especialmente os relacionados aos serviços nessa atividade. Na alíquota reduzida em 60% para educação, entraram atividades complementares, como cursos de línguas estrangeiras, treinamentos e serviços de educação cultural, desportiva e recreacional.

O relator incluiu no texto trechos do segundo projeto que tratam do Comitê Gestor formado por estados e municípios, que será instituído até 31 de dezembro de 2025.

BRAGA: ajustes na cesta básica

Dino mantém regras para as emendas

BRASÍLIA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) do governo Lula (PT) que pedia mudanças na decisão do tribunal sobre as emendas parlamentares.

Na decisão, Dino diz que "não há o que reconsiderar" da decisão do plenário do Supremo porque as novas regras estipuladas "derivam diretamente" da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso tem sido atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país.

O STF autorizou na semana passada a retomada do pagamento das emendas bloqueadas desde agosto. Os ministros, porém, definiram uma série de novas regras e restrições para a destinação do dinheiro - o que fez manter a tensão entre o Supremo e o Congresso.

O governo atua desde terça-feira (3) para buscar soluções ao impasse e, assim, evitar retaliações do Congresso à pauta econômica encampada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A AGU questionava pontos específicos da decisão do STF. Ela pedia modificações, por exemplo, no trecho que previa aprovação de cada ministério antes da execução das emendas "Pix".

O governo ainda defendeu que o Congresso não identificasse o nome de cada parlamentar que pediu a liberação de emendas coletivas, como as de bancada e de comissão. Dino diz que não faz sentido ocultar o nome dos parlamentares autores dos pedidos de destinação de recursos.

A AGU ainda pediu a reconsideração do trecho que definiu um teto para as emendas. Pela regra estipulada, o crescimento anual das emendas deve ser equivalente ao menor índice entre o aumento da despesa discricionária, a variação da receita corrente líquida ou o teto do

arcabouço fiscal. Dino diz que os limites ao crescimento das emendas foram resultado de um acordo entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

"O teto para o crescimento futuro das emendas parlamentares foi expressamente enunciado na reunião entre os Poderes, em 20/08/2024, e corretamente consagrado pela Lei Complementar nº 210/2024, ao estabelecer a equivalência jurídica entre despesas discricionárias oriundas de propostas do Poder Executivo e de emendas parlamentares."

FLÁVIO DINO manteve as exigências para a liberação das emendas

Votação de pacote fiscal é adiada

Diante da divergência do Congresso com o STF em relação às regras para a liberação das emendas PLX, a pauta de votações da Câmara para esta semana passou a prever apenas discussões e votações com relação à segurança pública. Os líderes partidários decidiram que, a menos que haja alguma mudança radical, nesta semana não haverá nenhum avanço em relação ao pacote fiscal.

O presidente Lula (PT) se reuniu na noite de ontem com os presidentes da Câmara, Ardiur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tratar sobre as emendas parlamentares bloqueadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino.

Mais cedo, a leitura do parecer da **reforma tributária** foi cancelada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob a presidência do senador de oposição Marcos Rogério (PL-RO). Rogério nega que tenha sido uma retaliação e justifica o encerramento por falta de quórum. Apesar disso, três senadores da oposição e da base do governo viram um ato de protesto sobre a situação das emendas.

Parlamentares têm dito que não irão votar os projetos do pacote econômico enquanto não houver o pagamento das emendas. Por uma diferença de apenas três votos, o Executivo não sofreu uma derrota no requerimento para acelerar a tramitação do Projeto de Lei Complementar com gatilhos do arcabouço fiscal.

Na semana passada, numa tentativa de destravar a pauta da Câmara para o pacote, a Secretaria de Relações Institucionais do Palácio do Planalto ordenou a liberação de R\$ 8 bilhões em emendas. Mas desde então nada foi pago.

LIRA se reuniu com Lula no Planalto

Lula discute com Lira e Pacheco

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para reunião no Palácio do Planalto, ontem. A intenção era tratar das emendas parlamentares.

Convocada de última hora, o encontro ocorreu desde às 17h até por volta das 18h30, com a presença também de lideranças do governo, como os senadores Randolfe Rodrigues (PT-AP) e Otto Alencar (PSD-BA).

O motivo do encontro foi a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, sobre pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). O governo havia pedido que o magistrado reconsiderasse alguns pontos: a exigência de um plano de trabalho para o pagamento das emendas Pix, a identificação nominal dos parlamentares solicitantes das emendas de comissão e a regra de correção de valores das emendas a partir de 2025.

Em reação, o Congresso Nacional já demonstrou descontentamento, travando a votação da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Com receio da situação, Lula pretende tentar amenizar a situação e pensar em alternativas para contentar o Congresso. O encontro finalizou sem declaração dos presentes. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/12/lula-discute-com-lira-e-pacheco.html>

Proposta de faixa de isenção para aluguéis

O parecer do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para a regulamentação da **reforma tributária** no Senado, apresentado ontem, veio com diversas mudanças no setor imobiliário, que deve ser beneficiado com redução de **tributos** e faixas de isenção. O texto de Braga aumentou para 70% o desconto no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para as operações de aluguel. O texto aprovado pela Câmara previa desconto de 60%.

As pessoas físicas que alugam imóveis serão isentas do IVA, desde que arrecadem menos de R\$ 240 mil por ano com as locações e tenham menos de três imóveis alugados. A partir desses limites, o locador terá de incluir o imposto sobre consumo sobre o cálculo de locação, mesmo sendo pessoa física. Quem tiver vendido mais de três imóveis no ano anterior ou vendeu um imóvel construído pelo próprio alienante nos cinco anos anteriores à alienação pagará o IVA.

Braga também ampliou o redutor social, que diminui o valor do imóvel no cálculo do imposto. Segundo o parecer, a redução para aluguéis no valor de base do IVA corresponderá a R\$ 600, contra redutor de R\$ 400 aprovados pela Câmara dos Deputados em agosto.

Em relação aos imóveis, o senador aumentou de 40% para 50% o desconto em relação à alíquota padrão do IVA para algumas operações. O desconto aumentou para os serviços de construção civil e para as operações de administração e intermediação de imóveis.

TRANSIÇÃO

O parecer também criou um período de transição para operações com bens imóveis. Segundo o texto, as regras de transição ajudarão a diminuir o impacto na carga tributária sobre empreendimentos já contratados, que levam longo tempo para maturar, além de trazer mais segurança jurídica para o setor imobiliário. (Agência Brasil)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/12/proposta-de-faixa-de-isencao-para-alugueis.html>

Relator inclui armas em Imposto Seletivo

Após quase 2.000 sugestões de emendas e 13 audiências públicas, o relator da regulamentação da **reforma tributária** no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou ontem o parecer do projeto de lei complementar sobre o tema. O relatório inclui armas e munições no futuro IS (Imposto Seletivo), cobrado sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Segundo a proposta de Braga, o IS não incidirá sobre armas e munições destinadas às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública, mas será cobrado sobre os demais usuários de armas de fogo.

Durante a votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição que reformulou os **tributos** sobre o consumo, a Câmara dos Deputados retirou as armas e as munições do IS.

De acordo com o parlamentar, a decisão de sobretaxar armas e munições não seguiu orientação política ou ideológica, mas seu juízo particular.

"Essa é uma convicção pessoal minha", assinalou. "Eu não colocaria a minha cabeça no travesseiro com tranquilidade se eu não manifestasse claramente a minha posição", disse.

Conforme o anuário Brasileiro de Segurança Pública (edição 2024), sete de cada dez assassinatos no Brasil no ano passado foram cometidos com armas de fogo e quase 60% dos latrocínios (roubo seguido de morte ou de graves lesões) envolveram armas de fogo. No País, havia mais de 2 milhões de registros ativos de posse de armas e mais de 1,7 milhão de registros expirados. (da ABr)

Site: <https://www.dgabc.com.br>

Relator da reforma tributária reduz alíquota para imóveis

Parecer da regulamentação da **reforma tributária** no Senado aumentou o desconto no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), nas operações de aluguel, para 70%

AGÊNCIA BRASIL

O parecer do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para a regulamentação da **reforma tributária** no Senado, apresentado ontem (9), veio com diversas mudanças no setor imobiliário, que deve ser beneficiado com redução de **tributos** e faixas de isenção.

O texto de Braga aumentou para 70% o desconto no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para as operações de aluguel. O texto aprovado

pel a Câmara previa desconto de 60%.

As pessoas físicas que alugam imóveis serão isentas do IVA, desde que arrecadem menos de R\$ 240 mil por ano com as locações e tenham menos de três imóveis alugados. A partir desses limites, o locador terá de incluir o imposto sobre consumo sobre o cálculo de locação, mesmo

sendo pessoa física.

Quem tiver vendido mais de três imóveis no ano anterior ou vendeu um imóvel construído pelo próprio alienante nos cinco anos anteriores à alienação pagará o IVA.

Redutor social

Braga também ampliou o redutor

social, que diminui o valor do imóvel no cálculo do imposto. Segundo o parecer, a redução para aluguéis no valor de base do IVA corresponderá a R\$ 600, contra redutor de R\$ 400 aprovados pela Câmara dos Deputados em agosto.

Para a venda de imóveis, não houve alterações em relação ao texto da Câmara. O redutor continuará em R\$100 mil para construções e em R\$30 mil para lotes.

Imóveis

Em relação aos imóveis, o senador aumentou de 40% para 50% o desconto em relação à alíquota padrão do

IVA para algumas operações. O desconto aumentou para os serviços de construção civil e para as operações de administração e intermediação de imóveis.

O parecer também criou um período de transição para operações com bens imóveis. Segundo o texto, as regras de transição ajudarão a diminuir o impacto na carga tributária sobre empreendimentos já contratados, que levam longo tempo para maturar, além de trazer mais segurança jurídica para o setor imobiliário.

Armas

O relator Eduardo Braga também incluiu armas e munições no futuro Imposto Seletivo (IS), cobrado sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Segundo a proposta, o IS não incidirá sobre armas e munições destinadas às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública, mas será cobrado sobre os demais usuários de armas de fogo. Durante a votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição que reformulou os **tributos** sobre o consumo, a Câmara dos Deputados retirou as armas e as munições do IS.

De acordo com o parlamentar, a decisão de sobretaxar armas e munições não seguiu orientação política ou ideológica, mas seu juízo particular. "Essa é uma convicção pessoal minha", assinalou. "Eu não colocaria a minha cabeça no travesseiro com tranquilidade se eu não manifestasse claramente a minha posição", disse em entrevista coletiva, ontem, no Senado. Eduardo Braga ainda afirmou que não usa arma e que compete ao Estado proteger os cidadãos.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/zsxs/#p=1>

Alteração na reforma tributária inclui armas no imposto do pecado

Rafaela Gonçalves +

O relatório do projeto principal de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/24) inclui armas e munições no imposto seletivo (IS), o chamado imposto do pecado. Das mais de 2 mil emendas apresentadas, 642 foram acatadas no parecer protocolado, na última segunda-feira (9/12), pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

De acordo com o parlamentar, a inclusão das armas foi feita por uma convicção pessoal. Não é sensato desonerar armas num país onde se mata mais do que uma guerra. Não tenho arma, não uso, não tenho aptidão. A questão da segurança precisa ser resolvida pelo aparato do Estado, e não em caráter privado. É uma convicção que tenho. Minha razão não é ideológica, é de consciência, frisou.

O dispositivo havia sido retirado do texto na Câmara dos Deputados por pressão da bancada da bala, frente parlamentar que defende o armamento civil. Da maneira como estava, itens díspares como armas, munições, fraldas infantis, perfumes e roupas tinham a mesma alíquota-padrão de imposto.

Braga admitiu que não sabe se a medida será mantida. Na última votação na Câmara, a emenda apresentada pela da federação PSol-Rede para incluir as armas no imposto do pecado foi rejeitada por 316 x 155, com duas abstenções. A tributação extra será imposta a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O relator manteve a isenção de **tributos** a carnes, frangos e peixes tal como veio da Câmara. A incorporação das proteínas na cesta básica contrariou a equipe econômica do governo.

Os medicamentos para tratamento de câncer e de doenças raras terão alíquota zero de imposto sobre o consumo, disse Braga. A versão da Câmara previa isenção conforme uma lista de princípios ativos. O parecer substituiu a lista por grupos de doenças.

Segundo o relator, os fármacos que receberam benefício fiscal serão definidos, posteriormente, por um novo projeto de lei. Os medicamentos serão decididos em conjunto pelo Comitê Gestor e pelo Ministério da Fazenda, a partir de sugestões do

Ministério da Saúde, e terão de ser votados no Congresso.

A sugestão é que seja elaborada a lista com o Comitê Gestor, Fazenda e Saúde para isso não ser um cheque em branco e dar medicamento para o que a gente não sabe nem para que serve, salientou.

Todas as compras públicas de medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS) têm previsão de isenção. A nova versão do texto estabelece, ainda, por meio de regimes diferenciados, a inclusão das fraldas na lista de produtos de higiene pessoal, do homecare e da esterilização na lista de produtos hospitalares.

Segundo Braga, as mudanças no projeto representam um impacto de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Considerando os cálculos do Ministério da Fazenda sobre as alterações no texto feitas pela Câmara - que apontavam uma elevação da alíquota média de 26,5% para 27,97% -, a alíquota média passará a 28,1%.

O parecer ainda obriga o governo a enviar um projeto de lei complementar propondo medidas que reduzam o percentual do IVA a patamar igual ou inferior a 26,5%. A nova versão do texto estabelece que o período de testes começa em 2026 e o sistema entra em operação plenamente em 2030. Será realizada uma fase de testes sem recolhimento do tributo.

Para técnicos do Senado, a tendência é de que haja ganhos que diminuirão a alíquota, com a redução da sonegação e a automatização das cobranças.

O relatório de Braga era para ter sido lido, à tarde, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado - cancelada por falta de quórum. Isso ameaça atrasar a tramitação do projeto de lei, pois o calendário está apertado.

Apenas seis senadores compareceram à sessão, o que levou o vice-presidente do colegiado, Marcos Rogério (PL-RO), a encerrar os trabalhos. Ele disse que chegou à sala de reunião bem antes das 16h e que esperou por 11m. Mas a maior parte dos integrantes da CCJ não apareceu.

Para tentar acelerar a tramitação do relatório sobre a **reforma tributária**, a Comissão de Constituição e

Justiça (CCJ) se reúne extraordinariamente hoje, ao meio-dia, para a leitura do projeto de lei elaborado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). Ao mesmo tempo, na Câmara, uma comissão se formará para analisar as alterações no Senado, antes que o PL volte para a Casa a fim de mexer ou manter as alterações realizadas pelo senadores. Dessa forma, a expectativa é de que a reforma seja aprovada até 19 de dezembro.

Mais cedo, a suspensão da sessão da CCJ tinha acendido a luz vermelha no Palácio do Planalto. Se o governo estivesse preocupado com a reforma, tinha de colocar presença, criticou o senador Marcos Rogério, vice-presidente da CCJ. Além dele, compareceram à sessão Efraim Filho (União-PB), Rogério Carvalho (PT-SE), Augusta Brito (PT-CE), Ciro Nogueira (PP-PI), Esperidião Amin (PP-SC) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

Até então, a próxima reunião da CCJ seria somente amanhã, em cuja pauta estão as sabatinas de cinco indicados para ministros do Superior Tribunal Militar (STM), além das inquirições aos novos nomes para comporem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Na avaliação de parlamentares ouvidos pelo Correio, já era considerada a hipótese de se fechar um acordo para a leitura do relatório - tal como aconteceu após a reunião no Palácio entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL). Caso o parecer do senador Eduardo Braga (MDB-AM) passe na CCJ, pode ir à votação no plenário do Senado no mesmo dia.

O relatório do projeto principal de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/24) inclui armas e munições no imposto seletivo (IS), o chamado imposto do pecado. Das mais de 2 mil emendas apresentadas, 642 foram acatadas no parecer protocolado, na última segunda-feira (9/12), pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

De acordo com o parlamentar, a inclusão das armas foi feita por uma convicção pessoal. Não é sensato desonerar armas num país onde se mata mais do que uma guerra. Não tenho arma, não uso, não tenho aptidão. A questão da segurança precisa ser resolvida pelo aparato do Estado, e não em caráter privado. É uma convicção que tenho. Minha razão não é ideológica, é de consciência, frisou.

O dispositivo havia sido retirado do texto na Câmara dos Deputados por pressão da bancada da bala, frente parlamentar que defende o armamento civil. Da maneira como estava, itens díspares como armas,

munições, fraldas infantis, perfumes e roupas tinham a mesma alíquota-padrão de imposto.

Braga admitiu que não sabe se a medida será mantida. Na última votação na Câmara, a emenda apresentada pela da federação PSol-Rede para incluir as armas no imposto do pecado foi rejeitada por 316 x 155, com duas abstenções. A tributação extra será imposta a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O relator manteve a isenção de **tributos** a carnes, frangos e peixes tal como veio da Câmara. A incorporação das proteínas na cesta básica contrariou a equipe econômica do governo.

Os medicamentos para tratamento de câncer e de doenças raras terão alíquota zero de imposto sobre o consumo, disse Braga. A versão da Câmara previa isenção conforme uma lista de princípios ativos. O parecer substituiu a lista por grupos de doenças.

Segundo o relator, os fármacos que receberam benefício fiscal serão definidos, posteriormente, por um novo projeto de lei. Os medicamentos serão decididos em conjunto pelo Comitê Gestor e pelo Ministério da Fazenda, a partir de sugestões do Ministério da Saúde, e terão de ser votados no Congresso.

A sugestão é que seja elaborada a lista com o Comitê Gestor, Fazenda e Saúde para isso não ser um cheque em branco e dar medicamento para o que a gente não sabe nem para que serve, salientou.

Todas as compras públicas de medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS) têm previsão de isenção. A nova versão do texto estabelece, ainda, por meio de regimes diferenciados, a inclusão das fraldas na lista de produtos de higiene pessoal, do homecare e da esterilização na lista de produtos hospitalares.

Segundo Braga, as mudanças no projeto representam um impacto de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Considerando os cálculos do Ministério da Fazenda sobre as alterações no texto feitas pela Câmara - que apontavam uma elevação da alíquota média de 26,5% para 27,97% -, a alíquota média passará a 28,1%.

O parecer ainda obriga o governo a enviar um projeto de lei complementar propondo medidas que reduzam o percentual do IVA a patamar igual ou inferior a 26,5%. A nova versão do texto estabelece que o período de testes começa em 2026 e o sistema entra em operação plenamente em 2030. Será realizada uma fase de testes sem recolhimento do tributo.

Para técnicos do Senado, a tendência é de que haja ganhos que diminuirão a alíquota, com a redução da sonegação e a automatização das cobranças.

08054-alteracao-na-reforma-tributaria-inclui-armas-no-imposto-do-pecado.html

O relatório de Braga era para ter sido lido, à tarde, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado - cancelada por falta de quórum. Isso ameaça atrasar a tramitação do projeto de lei, pois o calendário está apertado.

Apenas seis senadores compareceram à sessão, o que levou o vice-presidente do colegiado, Marcos Rogério (PL-RO), a encerrar os trabalhos. Ele disse que chegou à sala de reunião bem antes das 16h e que esperou por 11m. Mas a maior parte dos integrantes da CCJ não apareceu.

Para tentar acelerar a tramitação do relatório sobre a **reforma tributária**, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúne extraordinariamente hoje, ao meio-dia, para a leitura do projeto de lei elaborado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). Ao mesmo tempo, na Câmara, uma comissão se formará para analisar as alterações no Senado, antes que o PL volte para a Casa a fim de mexer ou manter as alterações realizadas pelo senadores. Dessa forma, a expectativa é de que a reforma seja aprovada até 19 de dezembro.

Mais cedo, a suspensão da sessão da CCJ tinha acendido a luz vermelha no Palácio do Planalto. Se o governo estivesse preocupado com a reforma, tinha de colocar presença, criticou o senador Marcos Rogério, vice-presidente da CCJ. Além dele, compareceram à sessão Efraim Filho (União-PB), Rogério Carvalho (PT-SE), Augusta Brito (PT-CE), Ciro Nogueira (PP-PI), Esperidião Amin (PP-SC) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

Até então, a próxima reunião da CCJ seria somente amanhã, em cuja pauta estão as sabatinas de cinco indicados para ministros do Superior Tribunal Militar (STM), além das inquirições aos novos nomes para comporem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Na avaliação de parlamentares ouvidos pelo Correio, já era considerada a hipótese de se fechar um acordo para a leitura do relatório - tal como aconteceu após a reunião no Palácio entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL). Caso o parecer do senador Eduardo Braga (MDB-AM) passe na CCJ, pode ir à votação no plenário do Senado no mesmo dia.

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/12/70>

Para pagar emendas, governo editará portaria

Fabio Grecchi +

O governo federal deve publicar, até amanhã, uma portaria para liberar ainda este ano o pagamento de R\$ 3 bilhões em emendas Pix. Foi a forma encontrada para contornar a crise que se potencializou, dentro do Congresso, com a rejeição pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), dos argumentos da Advocacia- Geral da União (AGU) para que reconsiderasse e tornasse menos rigorosa as regras que impôs para o repasse de recursos federais para o pagamento de emendas parlamentares. No fim da tarde de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não apenas para informá-los da solução arquitetada pelo Palácio do Planalto, mas para, também, pedir- lhes empenho na aprovação da **reforma tributária** e do pacote de cortes do governo.

O Palácio recebeu, ontem, um duro recado sobre a insatisfação dos parlamentares em relação às regras definidas por Dino para as emendas. A sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na qual seria lido o relatório da **reforma tributária**, elaborado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi suspensa por falta de quórum poucos minutos depois de aberta.

No encontro no Palácio, Pacheco e Lira pediram a Lula um "gesto de boa vontade" em relação às emendas para que as votações no Congresso desemperrem. A saída, a princípio, é o decreto, assinado conjuntamente pela Casa Civil e pela AGU, que faz uma interpretação da decisão de Dino com o cuidado de não descumprir a decisão do ministro. Da reunião participaram os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), além dos líderes do governo no Congresso (senador Randolfe Rodrigues, PT-AP), no Senado (Jaques Wagner, PT-BA) e na Câmara (José Guimarães, PT-CE).

Segundo interlocutores de Lula e dos ministros, a AGU também divulgará um parecer, com orientações sobre a decisão de Dino, para os ministérios que têm emendas parlamentares. Representa que as pastas pagarão as emendas, principalmente as de comissão - consideradas obscuras, de destinação incerta e sem identificação do parlamentar que a propôs - conforme as regras estabelecidas pelo ministro. A medida teria sido bem recebida por Pacheco e Lira.

Ao chegar no Ministério da Fazenda, Fernando Haddad admitiu que Lula conseguira encaminhar uma boa solução junto a Pacheco e a Lira para destravar as votações no Congresso. "O presidente Lula se reuniu com os presidentes das casas [Pacheco e Lira]. Ele pactuou um encaminhamento que, do meu ponto de vista, atende aos anseios dos parlamentares. Quem está fazendo conta sabe que as medidas estão indo na direção correta", salientou Haddad.

Os presidentes do Senado e da Câmara se comprometeram a levar as soluções encontradas pelo Palácio aos líderes de partido e de bancada no Congresso. E a se esforçarem no convencimento de que o governo está se empenhando para contornar a situação provocada pela decisão de Dino. Isso porque, entre os parlamentares - sobretudo os do Centrão -, pairava a desconfiança de que havia um jogo combinado entre o Palácio e o ministro do STF para dificultar a liberação de emendas.

Haddad disse, ontem, que a cada momento que as medidas do pacote fiscal são esclarecidas, há uma maior compreensão de que as propostas são "razoáveis". Ele deu a declaração ao ser questionado sobre o risco de o próprio PT desidratar o pacote enviado pelo governo. "A cada momento que se esclarece os números, e o porquê das medidas, se compreende que nós estamos falando de coisas razoáveis. Colocar ordem em cadastro, adequar o perfil do beneficiário à intenção do legislador, isso são coisas muito razoáveis", disse. (Com Agência Estado)

O governo federal deve publicar, até amanhã, uma portaria para liberar ainda este ano o pagamento de R\$ 3 bilhões em emendas Pix. Foi a forma encontrada para contornar a crise que se potencializou, dentro do Congresso, com a rejeição pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), dos argumentos da Advocacia- Geral da União (AGU) para que reconsiderasse e tornasse menos rigorosa as regras que impôs para o repasse de recursos federais para o pagamento de emendas parlamentares. No fim da tarde de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não apenas para informá-los da solução arquitetada pelo Palácio do Planalto, mas para, também, pedir- lhes empenho na aprovação da **reforma tributária** e do pacote de cortes do governo.

O Palácio recebeu, ontem, um duro recado sobre a insatisfação dos parlamentares em relação às regras

definidas por Dino para as emendas. A sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na qual seria lido o relatório da **reforma tributária**, elaborado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi suspensa por falta de quórum poucos minutos depois de aberta.

No encontro no Palácio, Pacheco e Lira pediram a Lula um "gesto de boa vontade" em relação às emendas para que as votações no Congresso desempenhem. A saída, a princípio, é o decreto, assinado conjuntamente pela Casa Civil e pela AGU, que faz uma interpretação da decisão de Dino com o cuidado de não descumprir a decisão do ministro. Da reunião participaram os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), além dos líderes do governo no Congresso (senador Randolfe Rodrigues, PT-AP), no Senado (Jaques Wagner, PT-BA) e na Câmara (José Guimarães, PT-CE).

Segundo interlocutores de Lula e dos ministros, a AGU também divulgará um parecer, com orientações sobre a decisão de Dino, para os ministérios que têm emendas parlamentares. Representa que as pastas pagarão as emendas, principalmente as de comissão - consideradas obscuras, de destinação incerta e sem identificação do parlamentar que a propôs - conforme as regras estabelecidas pelo ministro. A medida teria sido bem recebida por Pacheco e Lira.

Ao chegar no Ministério da Fazenda, Fernando Haddad admitiu que Lula conseguira encaminhar uma boa solução junto a Pacheco e a Lira para destravar as votações no Congresso. "O presidente Lula se reuniu com os presidentes das casas [Pacheco e Lira]. Ele pactuou um encaminhamento que, do meu ponto de vista, atende aos anseios dos parlamentares. Quem está fazendo conta sabe que as medidas estão indo na direção correta", salientou Haddad.

Os presidentes do Senado e da Câmara se comprometeram a levar as soluções encontradas pelo Palácio aos líderes de partido e de bancada no Congresso. E a se esforçarem no convencimento de que o governo está se empenhando para contornar a situação provocada pela decisão de Dino. Isso porque, entre os parlamentares - sobretudo os do Centrão -, pairava a desconfiança de que havia um jogo combinado entre o Palácio e o ministro do STF para dificultar a liberação de emendas.

Haddad disse, ontem, que a cada momento que as medidas do pacote fiscal são esclarecidas, há uma maior compreensão de que as propostas são "razoáveis". Ele deu a declaração ao ser questionado sobre o risco de o próprio PT desidratar o pacote enviado pelo governo. "A cada momento que se

esclarece os números, e o porquê das medidas, se compreende que nós estamos falando de coisas razoáveis. Colocar ordem em cadastro, adequar o perfil do beneficiário à intenção do legislador, isso são coisas muito razoáveis", disse. (Com Agência Estado)

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/12/70/08117-para-pagar-emendas-governo-edítara-portaria.html>

Reforma tributária entre tapiocas, pré-cozidos e manobras no Senado

Eduardo Cucolo

A **reforma tributária** tem enfrentado mais dificuldades no Senado do que na Câmara. No ano passado, foi aprovada naquela Casa com uma margem de apenas quatro votos além dos necessários. O tempo de discussões também tem sido maior.

Esse é um fator que talvez explique a ampliação nas concessões feitas no relatório divulgado nesta segunda-feira (9) pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). Outras devem vir até a votação do texto, prevista para esta semana.

Duas mudanças foram positivas: a tentativa de manutenção da carga tributária sobre armas com a inclusão desses itens no Imposto Seletivo e a troca da lista de medicamentos com alíquota reduzida por uma focada nas doenças alvo do tratamento.

As listas de exceções contidas nos mais de 15 anexos cresceram. Óleos, tapiocas, cocos e tubérculos mudaram de lugar.

A remissão aos códigos de produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul importa complexidades para o sistema, trazendo os hortícolas "apenas pré-cozidos ou cozidos em água ou vapor" e as "frutas de casca rija".

Entre os vencedores da rodada, estão o setor imobiliário e a Zona Franca de Manaus, região do senador.

Há também um artigo que permite reduzir o "imposto do pecado" em até 25% diante de "ações de mitigação de danos ambientais ou à saúde humana", o que pode favorecer produtores de fumo, bebidas alcoólicas e açucaradas e até o setor de apostas, como as bets.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O relator promete fazer valer o limite de 26,5% para a soma das alíquotas de dois novos **tributos** (CBS federal e IBS de estados e municípios), mas as exceções da Câmara e do Senado já levam o percentual para mais de 28%.

Muitas demandas têm como base cálculos questionáveis e precipitados sobre aumento de carga tributária.

Outro sinal de dificuldade visto nesta segunda (9) foi a manobra do senador da oposição Marcos Rogério (PL-RO), que cancelou a sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na qual Braga faria a leitura do relatório.

Faltava uma pessoa para completar o quórum, o próprio relator, que estava a caminho do local quando recebeu a notícia do cancelamento. O opositor não só não o esperou como deixou de registrar a própria presença (veja o vídeo de 1 minuto e 20 segundos).

O atraso pode adiar a votação no Senado e inviabilizar a nova análise da Câmara, que terá apenas mais uma semana para dar a palavra final.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/12/reforma-tributaria-entre-tapiocas-pre-cozidos-e-manobras-no-senado.shtml>

Planalto deve publicar regras nesta terça para orientar liberação de emendas e destravar pacote fiscal

Por Gerson Camarotti

Isso porque ainda nesta terça, segundo articuladores, o governo deve publicar uma portaria para garantir a liberação das emendas parlamentares ainda neste ano no modelo definido por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino.

Com isso, seria honrado o compromisso assumido por Lula em reunião nesta segunda (9) com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - último compromisso antes dos exames e da cirurgia.

A expectativa é de que, com a liberação das emendas, a votação do pacote fiscal seja destravada na sequência.

A portaria que o Palácio do Planalto elabora deve trazer a base técnica para garantir que as emendas sejam liberadas. Isso porque, mesmo com a decisão de Dino, restaram dúvidas sobre a viabilidade de transferir os recursos.

O documento vai trazer o entendimento de que as novas regras só valem na íntegra a partir de 2025, e que haveria brechas, por isso, para honrar os pagamentos de 2024. Esse entendimento foi passado a Lira e Pacheco na reunião.

A portaria deve permitir inclusive o pagamento das emendas de comissão, um dos pontos de maior conflito. Elas serão enviadas desde que haja uma ata da sessão em que cada comissão discutiu o direcionamento dos recursos.

Também devem constar no documento regras para a liberação das chamadas emendas PIX - que vão direto para os cofres de estados e prefeituras e não são carimbadas, ou seja, não têm destino obrigatório para uma ação ou projeto.

Dino definiu, ao liberar novamente o pagamento das emendas que estava suspenso desde agosto, que as emendas de comissão deveriam trazer o nome individual do autor de cada indicação, e que as emendas PIX precisam estar acompanhadas de um

plano de trabalho.

Na avaliação do Planalto, no entanto, é possível pagar as emendas deste ano sem desrespeitar a decisão de Dino porque essas regras só valeriam a partir do ano que vem.

Nos últimos dias, deputados vinham condicionando a votação de projetos importantes à resolução do imbróglio das emendas.

Entre esses projetos estavam a regulamentação da **reforma tributária**, o Orçamento de 2025 e o próprio pacote de corte de gastos.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2024/12/10/planalto-deve-publicar-regras-nesta-terca-para-orientar-liberacao-de-emendas-e-destravar-pacote-fiscal.ghtml>

Imposto sobre a gorjeta? Saiba como será o tributo sobre bares e restaurantes na Reforma Tributária

O relatório da regulamentação da **Reforma Tributária**, apresentado nesta segunda-feira muda a forma tributação de bares e restaurantes. O texto deve ser lido nesta terça na Comissão de Constituição e Justiça do Senado antes de ser votado, provavelmente na quinta.

Eduardo Braga (MDB-AM) escolheu simplificar os cálculos do regime específica de hotelaria, turismo, bares e restaurantes. Eles foram enquadrados pelo relator na alíquota reduzida em 40%. Mas gorjetas não poderão fazer parte da base de cálculo. Como contrapartida, não é autorizada a apropriação de créditos do IBS e da CBS por quem adquirir os produtos ou serviços desses setores.

Assim, se o imposto geral for de 28,1%, esse setor pagará 16,86% de alíquota.

Trabalhadores por aplicativos

O texto ainda estabelece que os motoristas de aplicativos ou entregadores terão considerados como receita bruta para incidência de imposto apenas 25% dos ganhos com corridas. Isso porque, de acordo com relator e senadores que pediram a mudança, a maior parte do valor ganho é gasto com manutenção do veículo e combustível.

Caso esse valor, de 25% da receita, seja o equivalente a menos da metade do limite para os Microempreendedores Individuais (MEIs), ou cerca de R\$ 40 mil por ano, o trabalhador de aplicativo também se enquadrará na categoria de nanoempreendedor, que não precisa recolher o imposto sobre consumo.

Zona Franca

Eduardo Braga também confirmou a inclusão no texto de uma isenção de CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para o comércio na Zona Franca de Manaus. Hoje, o texto que veio da Câmara dos Deputados permite a isenção de CBS para quem está na Zona Franca e compra produtos de fora do local, mas não para a revenda local.

Braga explicou que se um produto for comprado por

uma empresa da Zona Franca, de outras empresas de fora, a companhia consegue uma alíquota zero de CBS, mas se a mesma empresa que comprou com isenção for revender o produto dentro da Zona Franca, seria aplicado o imposto para o consumidor final. Para ele, isso pode causar uma distorção e levar consumidores a comprarem direto de empresas de fora da Zona Franca, pelo meio virtual, por exemplo.

Alíquota elevada

As mudanças no parecer na **Reforma Tributária** no Senado Federal anunciadas pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) representam um impacto de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota do imposto que será criado após o texto entrar em vigor. Com isso, a alíquota padrão do sistema poderia chegar a 28,12%, considerando cálculos do Ministério da Fazenda sobre as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados a esse texto.

Ainda assim, o relator da proposta prevê que o percentual deve cair conforme a transição entre sistemas tributários for ocorrendo, com a diminuição da sonegação fiscal.

- Todas as mudanças do Senado representam 0,13 ponto percentual de impacto. O aperfeiçoamento que fizemos na simplificação e segurança jurídica me leva a crer que vamos ter uma redução brutal na sonegação e do contenciosos jurídicos. Portanto, a redução na alíquota padrão será muito maior que os 0,13 ponto - disse Braga.

A alíquota padrão de referência do Imposto de Valor Agregado (IVA) criado com a reforma será determinada pelo Senado, por meio de resolução, no último ano de vigência da transição entre os sistemas de **impostos**, em 2032. Eduardo Braga manteve a trava de alíquota máxima em 26,5%, colocada pela Câmara dos Deputados, e acrescentou um trecho que obriga o governo a enviar um projeto de lei complementar cortando benefícios, caso a previsão de alíquota na época esteja acima desse máximo.

- Nós reforçamos o limite de 26,5% não apenas como uma trava, mas como uma obrigação do Poder

Executivo enviar medidas que reduzam a alíquota para 26,5% - afirmou.

A transição entre sistemas começará em 2026, com a cobrança de uma alíquota teste de 0,1% do estadual Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de 0,1%, e do federal Contribuição sobre Bens e Serviço, com alíquota de 0,9%. Brava acrescentou, porém, um trecho que prevê uma cobrança simbólica do tributo durante este primeiro ano, contando apenas como uma obrigação acessória, e não será contado como débito tributário pelas empresas.

- O imposto será destacado, mas não será cobrado - explicou.

Tramitação travada

Eduardo Braga iria ler o parecer apresentado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta segunda-feira, para formalizar a tramitação. Mas a sessão foi cancelada de última hora após uma manobra da oposição e por insatisfação de senadores pela falta de pagamento de emendas parlamentares e a negativa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino à Advocacia-Geral da União (AGU) para liberar o pagamento das verbas.

A sessão foi encerrada após 11 minutos de ser aberta, por falta de quórum, pelo senador de oposição Marcos Rogério (PL-RO), que presidia o colegiado, como vice-presidente. Não há nova data para a sessão ocorrer.

Cesta básica

O relatório de Eduardo Braga manteve os itens da cesta básica adicionados pela Câmara dos Deputados, incluindo carnes e queijos. No texto original do governo para a regulamentação, a cesta básica com isenção total de **impostos** tinha 15 itens, entre eles arroz, feijão, pão e leite. Os deputados acrescentaram carnes, queijos, todos os tipos de farinha, aveia, sal e óleo de milho, somando 22 itens.

Agora, no Senado, Braga manteve a composição dessa cesta básica ampliada com isenção tributária, com a retirada do óleo de milho.

Cashback

O relatório ainda ampliou a possibilidade de cashback para população de baixa renda que comprar botijão de gás de até 13 kg.

O cashback é a devolução dos **impostos** pagos sobre produtos para população de baixa renda. O texto prevê 100% de devolução de CBS na compra de botijão de gás e no pagamento de contas de energia

elétrica, água e esgoto. Braga também incluiu as contas de telefone e internet da população de baixa renda no cashback.

Esses itens também terão no mínimo 20% de desconto de IBS, valor que pode ser ampliado por estados e municípios. Para demais compras, a devolução de imposto será de 20%.

Medicamentos e equipamentos hospitalares

O relator retirou a lista de princípios ativos que seriam isentos de tributo e substituiu por grupos de doenças a serem atendidas. Terão imposto zero: tratamentos oncológicos; doenças raras; DST e AIDS (o projeto traz esses termos); e doenças negligenciadas.

Doenças negligenciadas são aquelas que atingem, em sua maioria, população de baixa renda. O detalhamento das listas de produtos com alíquota zero será definida em outro projeto de lei a ser enviado pelo governo futuramente ao Congresso Nacional.

O relator também reduziu a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre o fornecimento de medicamentos registrados na Anvisa, quando adquiridos por órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações públicas. A isenção também vale para entidades de saúde particulares que prestem, no mínimo, 60% do serviço ao SUS. Medicamentos destinados ao Farmácia Popular também terão alíquota zero de CBS e IBS.

Entre os medicamentos e dispositivos que terão 60% de desconto na alíquota, o relator incluiu produtos de Home Care, aqueles utilizados para tratamentos de idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quando tratadas em casa; além de serviços de esterilização e instrumentação cirúrgica.

Armas e munições

Braga acrescentou novamente as armas e munições no imposto seletivo, que irá recair sobre produtos ou serviços que trazem prejuízos à saúde e ao meio ambiente. Os itens estavam no texto original do governo, mas foram retirados pelos deputados no texto aprovado na Câmara dos Deputados.

Não irão pagar imposto seletivo as armas e munições que forem destinadas às Forças Armadas ou aos órgãos de Segurança Pública.

- Essa é uma convicção pessoal minha, não sei se terá votos no Senado para aprovar, ou na Câmara. Eu não colocaria a cabeça no travesseiro, com tranquilidade, se eu não manifestasse claramente minha posição. Minha razão não é ideológica, é de consciência - disse

Braga.

Ele também manteve o imposto seletivo sobre bens minerais, deixando claro que o tributo deve ser aplicado na extração do produto, independentemente da destinação do item, com percentual máximo de 0,25%.

Para os cigarros, o relator colocou uma transição escalonada de alíquota, entre 2029 até 2033, para incorporar, progressivamente, o diferencial entre as alíquotas de ICMS incidentes sobre esses produtos.

Já em relação às bebidas alcoólicas, Braga estabeleceu que os produtores artesanais poderão ter que pagar um imposto seletivo menor, a ser estabelecido em lei ordinária.

Também foi mantido o imposto seletivo para apostas on-line ou física, veículos, embarcações, aeronaves e bebidas açucaradas.

Plásticos

Braga chegou a incluir os plásticos no Imposto Seletivo. Depois, porém, ele disse que iria apresentar uma errata para retirar esses produtos da norma.

Imóveis

O relator aumentou o desconto sobre a alíquota geral do imposto para 50% nas transações do mercado imobiliário. Antes, a redução de alíquota prevista no texto da Câmara era de 40%. O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), também criou um limite para que pessoas físicas que tenham imóveis de aluguel sejam isentas do imposto.

As pessoas físicas que tenham imóveis de aluguel serão isentas do pagamento de imposto sobre consumo, desde que arrecadem menos de R\$ 240 mil por ano com as locações e tenham menos de três imóveis alugados. A partir desses limites, o locador, mesmo sendo pessoa física, terá de incluir o IVA sobre o cálculo de locação.

Aplicativos

O texto ainda estabelece que os motoristas de aplicativos ou entregadores terão considerados como receita bruta para incidência de imposto apenas 25% dos ganhos com corridas. Isso porque, de acordo com o relator e senadores que pediram a mudança, a maior parte do valor ganho é gasto com manutenção do veículo e combustível. Caso esse valor, de 25% da receita, seja o equivalente a menos da metade do limite para os Microempreendedores Individuais (MEIs), o trabalhador de aplicativo também se

enquadrará na categoria de nanoempreendedor, que não precisa recolher o imposto sobre consumo.

Bares, restaurantes, hotéis e parques

Eduardo Braga também escolheu simplificar os cálculos do regime específica de hotelaria, turismo, bares e restaurantes. Eles foram enquadrados pelo relator na alíquota reduzida em 40%, sem contar as gorjetas na base de cálculo. Como contrapartida, não é autorizada a apropriação de créditos do IBS e da CBS por quem adquirir os produtos ou serviços desses setores.

A venda de bebidas alcoólicas não entra no cálculo de alíquota reduzida. Antes o texto da Câmara previa que os setores teriam um cálculo de alíquota variável, conforme determinação dos entes federativos.

Transporte coletivo intermunicipal e estadual

O relator também excluiu do texto a previsão de um cálculo que equiparava as alíquotas dos transportes intermunicipais e interestaduais, coletivos, com a carga tributária atual e deixou o setor com um desconto de alíquota de 40%.

Comitê gestor

O parecer de Braga também estabeleceu que o Comitê Gestor do IBS, que irá administrar o recolhimento e redistribuição dos **impostos** locais, será criado a partir da sanção da atual lei de regulamentação. Isso porque, o PLP 108 de 2024, que descreve as regras do órgão, não deve ter a aprovação finalizada neste ano pelas duas casas, Senado e Câmara.

A criação antecipada do órgão foi um pedido do Ministério da Fazenda, de acordo com Braga. Já que será necessário estruturar o quanto antes o sistema que irá formar o splitpayment, que será o processamento automático dos **impostos**.

O Comitê Gestor do IBS criado pelo PLP 68 terá validade até dezembro de 2025. A partir de 2026, passa a valer o texto do PLP 108, que deve ser aprovado ao longo do ano que vem.

Zona Franca

Eduardo Braga também confirmou a inclusão no texto de uma isenção de CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para o comércio na Zona Franca de Manaus. Hoje, o texto que veio da Câmara dos Deputados permite a isenção de CBS para quem está na Zona Franca e compra produtos de fora do local, mas não para a revenda local.

Braga explicou que se um produto for comprado por uma empresa da Zona Franca, de outras empresas de fora, a companhia consegue uma alíquota zero de CBS, mas se a mesma empresa que comprou com isenção for revender o produto dentro da Zona Franca, seria aplicado o imposto para o consumidor final. Para ele, isso pode causar uma distorção e levar consumidores a comprarem direto de empresas de fora da Zona Franca, pelo meio virtual, por exemplo.

Saneamento

Um dos setores que acabaram ficando sem benefícios com o relatório foi o saneamento . As empresas pedem equiparação do saneamento ao regime tributário para o setor de saúde.

Christianne Dias, diretora executiva da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, prevê que a carga tributária do saneamento vai passar dos atuais 9,74% para 26,50%. Isso representa um aumento de 18% na tarifa média de água e esgoto à população.

A diretora executiva da Abcon afirma que a nova carga tributária afetará de imediato cerca de 4 mil contratos entre o poder público e os operadores públicos e privados. Ela explica:

- Além do aumento de tarifa, essa carga tributária atrasa investimentos e compromete a meta de universalização dos serviços. Fomos esquecidos pelos parlamentares e pelo poder público, até mesmo pela sociedade. E isso acontece justamente no momento em que temos uma janela de oportunidade para avançar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/10/imposto-sobre-a-gorjeta-saiba-como-sera-o-tributo-sobre-bares-e-restaurantes-na-reforma-tributaria.ghtml>

Reforma Tributária: Relatório será lido hoje na CCJ, diz senador Eduardo Braga

O senador Eduardo Braga, relator da **reforma tributária**, reforçou que a leitura do relatório da **reforma tributária** está confirmada para esta terça-feira, ao meio-dia, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O presidente da comissão, senador Davi Alcolumbre, já está em Brasília para conduzir os trabalhos.

Segundo ele, a obstrução realizada pela oposição na sessão anterior atrasou o cronograma em 24 horas. Ele destacou, no entanto, que esse tipo de ação faz parte do processo legislativo:

- Foi uma ação legítima da oposição. Ontem, eles fizeram uma obstrução que não foi combinada, é verdade. Isso causou um retrato de 24 horas - disse em entrevista na GloboNews.

Site: [https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/12/reforma-tributaria-relatorio-sera-lido-
hoje-na-ccj-diz-senador-eduardo-braga.ghtml](https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/12/reforma-tributaria-relatorio-sera-lido-hoje-na-ccj-diz-senador-eduardo-braga.ghtml)

Decisão de Dino e promessa de drible via portaria: entenda o impasse sobre emendas que ameaça pacote fiscal do governo

Diante de ameaças do Congresso de travar a votação do pacote de ajustes fiscal, o governo montou ontem uma força-tarefa para tentar destravar o pagamento de emendas parlamentares. A execução dos recursos havia sido suspensa pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, que impôs novas condições, mais duras, para que a verba seja liberada e, ontem, rejeitou recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU). A preocupação no Palácio do Planalto é que o impasse perdure e impeça a aprovação das medidas necessárias para adequar o Orçamento de 2025 antes da virada do ano.

Em encontro no Palácio do Planalto na tarde de ontem, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediram um gesto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para acelerar a aprovação do pacote fiscal ainda em 2024. Na prática, o recado foi que sem uma solução para o pagamento das emendas, não haverá votação.

Após o encontro, integrantes do governo passaram a preparar uma portaria para permitir o pagamento ao menos das chamadas emendas Pix, modalidade em que o recurso cai direto na conta de prefeituras e estados, com menos burocracias. Além disso, a ideia é que o ato normativo também libere R\$ 4,1 bilhões de emendas de comissão e R\$ 2,3 bilhões para emendas de bancada, que devem começar a ser pagos nesta terça-feira.

A medida é uma tentativa de dissipar o ambiente ruim criado pelo bloqueio dos recursos por Dino. Líderes do Congresso afirmam ver uma jogada casada do Palácio do Planalto com o ministro, que foi indicado por Lula ao STF. O presidente é crítico do poder que os parlamentares têm sobre o Orçamento e tenta reduzir a fatia de emendas disponíveis.

'Clima azedo'

O líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), disse ontem que o clima no Congresso seguia azedo e colocou em dúvida, além da votação do pacote fiscal, o projeto de regulamentação da **Reforma Tributária**, ainda sem data para acontecer. Após a reunião no Palácio do Planalto, Lira e Pacheco

se reuniram com líderes da Casa.

- O governo é que sabe se vota (pacote de corte de gastos). Se eu fosse líder do governo não votava. Se votar hoje, não passa. Ninguém acredita que não há um jogo combinado (entre Supremo e governo). Pacote de corte não entra nesta semana. O clima segue azedo - disse o parlamentar.

O recado dos parlamentares começou a ser dado pelo Senado, quando o senador Marcos Rogério (PL-RO) encerrou uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) apenas 11 minutos após seu início. O término abrupto impediu que o parecer do senador Eduardo Braga (MDB-AM) sobre a **Reforma Tributária** fosse lido e o prazo para que a votação do texto pudesse começar a ser contado - pelo regimento interno do Congresso, são necessárias 48 horas para que isso ocorra.

Assim, a votação do parecer de Braga, inicialmente prevista para acontecer na quarta-feira, não deve ocorrer antes de quinta-feira. O prazo é considerado curto por governistas, uma vez que o texto ainda precisará passar pelo plenário e o Congresso entrará em recesso na semana que vem.

Já na Câmara, Lira incluiu na pauta de votações apenas projetos relacionados à segurança pública, alguns deles reivindicações da bancada da bala que vão de encontro a propostas defendidas pelo governo. Até a noite de ontem, a decisão dos líderes era por não votar nada do pacote fiscal nesta semana.

A tentativa de reverter o clima hostil envolveu também o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se reuniu à noite com líderes do Senado na residência oficial de Pacheco.

- O presidente Lula se reuniu com o presidente das duas Casas e pactuou um entendimento que, no meu ponto de vista, atende os anseios dos parlamentares - disse Haddad, ao comentar a reunião de mais cedo entre Lula, Lira e Pacheco.

Além da publicação da portaria que permitirá pagar emendas, o governo informou a Lira e a Pacheco que

a AGU irá divulgar um parecer aos ministérios com orientações sobre como proceder a partir da agora diante da decisão de Dino. O texto irá explicar, em minúcias, como as pastas poderão fazer pagamento de emendas à luz dos novos critérios definidos pelo ministro do STF, sobretudo os recursos previsto na modalidade emenda de comissão - em que há maior dificuldade de identificar o parlamentar que fez a indicação.

O impasse a respeito das emendas começou ainda em agosto, quando Dino suspendeu o pagamento dos recursos enquanto o Congresso não aprovasse regras que dessem mais transparência à execução dos recursos públicos. Após um acordo com o governo e com o próprio STF, parlamentares aprovaram novas regras no mês passado que, na visão dos congressistas, contemplou as exigências.

Ao liberar o pagamento das emendas, na semana passada, no entanto, o ministro impôs novas condições. Para as emendas Pix, por exemplo, Dino condicionou o pagamento à apresentação prévia de um plano de trabalho, contendo objeto e prazos para a obra que será contemplada pelos recursos.

Nova decisão

O mau humor do Congresso em relação ao bloqueio das emendas se acentuou após uma nova decisão de Dino sobre o tema divulgada ontem. O ministro negou um pedido de reconsideração feito pela AGU.

No recurso, a AGU pedia a revisão de três pontos: a aprovação do plano de trabalho para liberação das emendas Pix, a identificação nominal dos parlamentares solicitantes das emendas de bancada e o ponto que trata do crescimento do volume total de emendas para 2025. De acordo com o recurso, a lei sancionada já prevê o crescimento desse tipo de despesa dentro dos limites do arcabouço fiscal.

Em seu despacho, contudo, Dino diz que não há o que reconsiderar, uma vez que as determinações do ministro, que foram referendadas pelo plenário do STF, derivam diretamente da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da lei que disciplina as emendas parlamentares.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/12/10/decisao-de-dino-e-promessa-de-drible-via-portaria-entenda-o-impasse-sobre-emendas-que-ameaca-pacote-fiscal-do-governo.ghtml>

PIB mais sensível a ciclo econômico acelera e expõe pressão sobre BC

Anais Fernandes e Marcelo Osakabe De São Paulo

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil mais sensível ao ciclo econômico sobe acima das atividades menos cíclicas, colocando mais pressão sobre o nível de capacidade instalada da economia e a política monetária do Banco Central, às vésperas de mais uma decisão sobre os rumos da taxa básica de juros do país.

O valor adicionado do **PIB** cíclico subiu 3,4% no acumulado de quatro trimestres até setembro, enquanto o do **PIB** não cíclico avançou 2,4%, segundo a G5 Partners. O **PIB** não cíclico inclui setores como agropecuária e indústria extrativa. Já o **PIB** cíclico engloba atividades como indústria de transformação, construção, comércio e serviços de transporte, de informação e outros serviços, boa parte desses prestados às famílias.

O ganho do **PIB** cíclico é mais um indício de que a economia do Brasil avança pela força doméstica. Enquanto uma análise do **PIB** que separa seus componentes em absorção doméstica e demanda externa aborda o **PIB** pela ótica da demanda, porém, a análise do **PIB** cíclico e não cíclico olha para a economia pelo lado da oferta, explica Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5. O cálculo também é feito pelo valor adicionado à economia, ou seja, não inclui **impostos**.

É a primeira vez desde o primeiro trimestre de 2023 que o crescimento acumulado do **PIB** cíclico supera o do não cíclico, pelas contas da G5. Na variação trimestral interanual, porém, o **PIB** cíclico já vinha rodando acima do não cíclico ao longo de todo este ano.

"O acumulado demora um pouco para expurgar o passado. A gente vem de um crescimento muito grande da agropecuária e da indústria extrativa mineral nos últimos dois anos. O **PIB** cíclico ter cruzado agora é uma questão de nível. Mas a indicação era mesmo de que essa seria a trajetória", afirma Leal.

Solange Srour, diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, lembra que, no segundo trimestre de 2024, as previsões para o **PIB** do terceiro trimestre estavam próximas de zero.

"Toda essa surpresa que acabou levando o **PIB** do terceiro trimestre para 0,9% veio do consumo. Estamos em um momento em que todo mundo esperava que o impulso fiscal estaria menor, mas ele ainda está gerando impacto forte na economia", afirma.

Até o fim de 2024, a expectativa dos economistas é que a trajetória ascendente do **PIB** cíclico prossiga. "A economia, realmente, não teve a parte cíclica mais fraca no terceiro trimestre, que era o esperado, e, provavelmente, também não será fraca no quarto trimestre", diz Srour.

A partir do ano que vem, porém, deve haver recuperação do **PIB** não cíclico, principalmente porque a safra agrícola será forte. Nesse sentido, diz Leal, o ano de 2025 deve ser mais parecido com 2023 do que com 2024.

"O **PIB** de 2025 não vai ser ruim basicamente por causa da agricultura no início do ano. A partir do segundo trimestre, o desaquecimento da economia vai ficar mais claro, seja porque o juro alto vai começar a bater mais forte, seja porque não vai ter uma enxurrada de estímulo fiscal como vimos em 2024, mesmo que o pacote apresentado pelo governo não seja o dos sonhos", afirma Leal.

Srour também diz que o **PIB** não cíclico será mais forte no primeiro semestre de 2025 do que agora, mas ela afirma ter dúvidas se o **PIB** cíclico vai desacelerar como o esperado. A safra forte gera um transbordamento da renda agrícola como um todo, por exemplo. Além disso, haverá pagamento de precatórios pelo governo, diz.

"Picou para a política monetária o papel de tornar o **PIB** cíclico mais fraco em 2025, mas, talvez, não consiga fazer isso no começo do ano. Vai depender muito da política fiscal, se o impulso vai ser, realmente, menor", diz Srour.

Em teoria, a política monetária do Banco Central tem mais potencial de atuação sobre o **PIB** cíclico. A política fiscal, no entanto, também precisa contribuir, dizem economistas. "O fato de o crescimento ser mais ligado a fatores domésticos não traz tranquilidade para o BC, porque, quando tem uma situação de que o governo se recusa a tirar o pé do acelerador na parte

fiscal, a política monetária tem de compensar", afirma Leal.

Desde o pós-pandemia, a economia brasileira vem se destacando pela recuperação do consumo das famílias e do setor de serviços, observa o economista-chefe do Sicredi, André Nunes.

"A grande melhora do mercado de trabalho, com crescimento da massa de renda real, ajuda nesse sentido. Tem também a força do impulso fiscal: em salários de servidores e transferências de renda, o governo colocou, em média, 0,6 ponto porcentual do **PIB** sobre a economia este ano", afirma. "É um volume grande de dinheiro que vai para o bolso das famílias que têm maior propensão a consumir."

Para Nunes, foi importante o **PIB** do terceiro trimestre não crescer mais de 1%, o que indicou que há uma desaceleração em curso em relação aos trimestres anteriores. "Mas esses setores mais sensíveis à política monetária continuam com crescimento alto", afirma.

Pensando no hiato do produto (medida para ociosidade da economia) calculado pelo BC, Nunes afirma que ele provavelmente não cedeu, pelo contrário, o que corrobora altas maiores da Selic. Em 2025, diz, a expectativa é que a política monetária seja mais eficaz em esfriar o nível de atividade.

A preocupação de Leal, da G5, é que se o ajuste entre oferta e demanda não vier pela acomodação da demanda, virá pelo lado da oferta, ou seja, sobre as empresas. "Se o governo sustenta a renda e, com isso, faz o consumo continuar forte, onde a política monetária vai acabar batendo com mais força é nas empresas. Só que a demanda você recupera rapidamente; uma empresa que quebra não é algo que se recupera rapidamente", diz Leal.

"Ficou para a política monetária tornar **PIB** cíclico fraco em 2025" Solange Srour

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1>

Nas diversas medidas, desigualdade de renda contínua alta

Lucianne Carneiro Do Rio

Principal indicador usado internacionalmente para medir a desigualdade de renda, o índice de Gini mostra que o patamar se manteve sem alterações no Brasil na passagem entre 2022 e 2023, pelos dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice repetiu em 2023 a taxa de 0,518 observada em 2022. A taxa varia entre 0 e 1: quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade.

Embora mais conhecido, o Gini é apenas um dos indicadores para analisar a disparidade monetária em uma sociedade. Outras formas de mensurar as diferenças são a razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres; a relação entre o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres; a parcela da riqueza apropriada por cada grupo de renda; e a fatia da população por faixa de rendimento per capita em salários mínimos, por exemplo.

Algumas dessas medidas registraram redução da desigualdade em 2023, ante 2022, embora continuem em patamar alto. O cenário confirma o desafio em termos de políticas públicas para reduzir a desigualdade de renda no país, que permaneceu a despeito da queda da pobreza, apontam especialistas.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE apontou que a pobreza e a extrema pobreza no Brasil chegaram, em 2023, ao menor nível da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Os dados são calculados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. A parcela da população pobre caiu de 31,6% em 2022 para 27,4% em 2023, enquanto a fatia dos extremamente pobres recuou de 5,9% para 4,4%, em igual base de comparação.

Um dos técnicos do IBGE responsáveis pela pesquisa, André Simões explica que existem diferentes formas de se olhar para a desigualdade. Mais usual, o índice ou coeficiente de Gini considera em seu cálculo todas as estruturas de rendimento.

O indicador foi criado pelo italiano Conrado Gini no início do século XX para mensurar o grau de desigualdade de uma sociedade. O valor zero

identificaria a sociedade com mais igualdade monetária (ou menos desigualdade), enquanto o valor 1 seria a sinalização da maior desigualdade possível.

"O índice de Gini é o mais comum em todo mundo para medir a desigualdade monetária, mas há diferentes índices que podem ser usados. Todos expressam situações de desigualdade eloquentes no Brasil. Alguns podem apresentar situações mais agudas que outros", afirma o assessor de Políticas da ActionAid, Francisco Menezes.

A relação entre o rendimento dos mais pobres e dos mais ricos e a parcela da riqueza concentrada nas mãos daqueles com maiores ganhos são medidas que ajudam a compreender de forma mais clara a desigualdade de renda no Brasil, segundo Menezes.

A razão entre o rendimento per capita médio dos 10% mais ricos (R\$ 7.581) e os 10% mais pobres (R\$210) caiu em 2023, frente a 2022. Mas o grupo dos mais ricos ainda ganhava o corresponde a 36,1 vezes o valor dos mais pobres. Em 2022, era de 39,4 vezes e, em 2012, 44,9 vezes.

A diferença é ainda maior quando se considera a parcela do 1% mais rico, também pela Pnad Contínua, mas no estudo "Rendimentos de todas as fontes". Em 2023, o ganho per capita médio do 1% mais rico (R\$ 20.664) correspondia a 164 vezes aquele dos 5% mais pobres (R\$ 126). Em 2012, essa diferença era de 228 vezes.

Menos conhecido que o Gini, índice de Palma também é referência para cálculo da desigualdade. O economista chileno Gabriel Palma avalia que as mudanças na desigualdade são determinadas, principalmente, pelas mudanças nas parcelas de renda correspondentes aos 10% mais ricos e aos 40% mais pobres, enquanto a população restante detém parcela estável do rendimento nacional.

O índice parte dessa premissa e indica a relação entre a parcela da riqueza do país nas mãos dos 10% mais ricos e aquela dos 40% mais pobres. O número foi de 3,6 vezes em 2022 e em 2023, reforçando a leitura de manutenção da desigualdade vista a partir do Gini.

Pouca mudança também foi observada no indicador que relaciona a riqueza os grupos nas duas

extremidades de renda. Em 2023, os 10% mais pobres detinham 1,1% da riqueza, enquanto os 10% mais ricos controlavam uma fatia de 41% do rendimento total do país. Em 2022, essas taxas eram de 1% e 40,7%, respectivamente.

Uma outra medida, no entanto, aponta para redução da desigualdade em 2023, ante 2022: a proporção da população, por faixa de rendimento per capita em salários mínimos (SM). Em 2023, 9,3% da população tinha renda per capita média inferior a um quarto do salário mínimo, abaixo dos 11,5% de 2022. A fatia com rendimento per capita médio abaixo de meio salário mínimo era de 31,4% em 2022 e caiu para 27,1% em 2023.

Por outro lado, a parcela da população com renda per capita superior a três salários mínimos subiu de 7,6% em 2022 para 9,1% em 2023. "É possível relacionar esse movimento com a retomada da política de reajuste real do salário mínimo a partir do ano passado", diz Menezes.

O assessor de Políticas da ActionAid vê uma concentração de renda no Brasil mais marcada no topo do 1% mais rico que nos 10% com maiores rendimentos. "O problema no país está mais no 1% mais rico. Se queremos construir um projeto de desenvolvimento com maior igualdade monetária na população, essa parcela de 1% deve ser mais tributada", defende.

Ao defender **impostos** mais progressivos para os super-ricos, Menezes destaca que esta realidade não se aplica para classe média alta brasileira. "Há discussão ampla no mundo para a tributação progressiva. Quando ouve falar disso, a classe média alta se vê no grupo, mas não se trata disso. O problema está no pico da pirâmide", diz.

"Todos [os índices] expressam situações de desigualdade eloquentes" Francisco Menezes

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1>

"Envelhecer é cansar-se de si mesmo - DOUTOR JOÃO RESPONDE

Acumulando anos de vida, sinto-me a vontade de falar sobre velhice; tanto diante do espelho quanto dialogando com meus pacientes.

Como se envelhecer fosse um sintoma, alguns idosos, mesmo saudáveis, buscam tratamento para essa contingência da vida.

Embora a senescência necessite de prevenção e a senilidade precise de cuidados médicos, envelhecer é um processo fisiológico.

Morrer jovem o mais velho possível não significa enganar o tempo, mas aceitar sua previsível passagem. A estrada do desenvolvimento humano é pavimentada com renúncias.

A grande surpresa é o fato de esperarmos que não seja assim. Amadurecer significa ganhar para depois abandonar as mais caras aspirações.

Crescer significa adquirir habilidade para conseguir o que se deseja dentro dos limites **impostos** pela realidade; afinal, a vida é, na melhor das hipóteses, um sonho sob controle.

Semana passada, durante a consulta, perguntei para uma tristonha idosa: Em que posso ajudá-la?

"Estou sentindo dor na vida. Minha existência está enferma", lamentou.

"O que estou fazendo neste corpo gasto pelo tempo". "Ontem eu tinha 18 anos". "Mal comecei a dançar, já era hora de acabar o baile". "Enquanto estava resolvendo quem eu ia ser quando crescesse, meu viço desapareceu e aqui estão meus joelhos enrugados". "Enquanto eu pensava que ainda era jovem, meu futuro virou passado". "Tudo isso me amedronta." Em cada dor, em cada mudança, em cada limitação, vemos indicações da nossa mortalidade. A vida é fatal. O tempo mutila aquilo que fomos. Ainda assim, devemos fazer as pazes com ele.

"Quando surge uma nova incapacidade, olho em volta para ver se a morte já chegou, e digo em voz baixa": "Morte, é você que está aí?". "Não seja boba": "Sou eu, o tempo que se alimenta de ti".

Algumas pessoas mergulham na velhice aos sessenta

anos, condenando a si mesmas a uma morte em vida; enquanto outras, aos noventa anos, ou até o último suspiro, vivem o máximo possível.

A vaidade também nos faz envelhecer. Começamos a envelhecer nos olhos das outras pessoas, e então, lentamente, passamos a pensar como elas.

O tédio também é um poderoso fertilizante da velhice. Afastá-lo é nossa responsabilidade. O ser humano nunca é um produto acabado.

A conscientização da mortalidade pode enriquecer nosso amor pela vida. Assim como a morte é inaceitável, qualquer justificativa para negá-la também é inaceitável.

E natural ter medo do "não ser". Separações durante a vida são os primeiros exemplos amargos da morte. Infelizmente, a terra que nos nutre, um dia vai reclamar seu quinhão. Morrer é o preço que pagamos para viver. Envelhecer é viver um tempo, aquele período de cada um para construir sua história pessoal.

Sabendo que eu não pretendo me aposentar tão cedo, um paciente perguntou: "Apesar da idade, o senhor ainda estuda muito, não é, Dr. João?".

"Eu quero entrar no paraíso mais sábio", respondi. Por esse motivo, quanto mais velho eu fico, mais velho eu quero ficar.

JOÃO EVANGELISTA TEIXEIRA UMA é clínico geral e gastroenterologista

Empresários cobram novas regras para o Bolsa Família

Francine Spinasse Gustavo Andrade

A escassez de mão de obra têm levado empresários a pedirem mudanças nas regras para concessão e manutenção de benefícios sociais, como o Bolsa Família. Segundo eles, pessoas deixam de ingressar no mercado formal temendo perder benefícios. Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo (ABIHES) e diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Guarapari, Fernando Otávio Campos destaca que existe "enorme déficit" de mão de obra. "Nas atividades em que a remuneração se aproxima do salário mínima fica difícil contratar se o trabalhador pode receber algo similar em benefícios e trabalho informal".

Ele defende incentivos para o trabalhador se formalizar. "Uma bolsa emprego ou mesmo não perder o Bolsa Família pode ser uma solução. O problema será administrar um funcionário novo recebendo mais que um antigo que nunca recebeu Bolsa Família".

Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-ES), Douglas Vaz destaca que o número de entrantes é pequeno. "Há envelhecimento na idade média de ajudantes, carpinteiros, mestres de obra e engenheiros."

No cenário nacional, construtoras estão formulando uma proposta a ser apresentada ao governo para estimular a população atendida por programas sociais a se apresentar para trabalhar.

Helio Schneider, superintendente da Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), sugeriu que o benefício tem de ser temporário, e que os beneficiários que passarem a trabalhar com carteira assinada tenham o benefício mantido integralmente por um período.

"A situação do nosso setor é crítica com dificuldade para contratar. A Associação Brasileira de Supermercados (Abrás) também prepara algumas propostas. O benefício precisa ser para quem realmente precisa. Muitos não querem trabalhar por medo de perder o Bolsa Família".

Para Valdeir Nunes, presidente da Convenção das Montanhas Capixabas, é necessário repensar a

concessão do Bolsa Família para solteiros, sem filhos, entre 18 e 50 anos. "Essa faixa etária é a principal força de trabalho do País, mas muitos preferem não entrar no mercado".

Segundo José Carlos Bergamin, vice-presidente da Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES), todos ganhariam "desonerando as empresas de **impostos** e contribuições para que possam oferecer salários e benefícios estimulantes para atrair os trabalhadores".

"Precisamos propor incentivos para o trabalhador se formalizar. Uma bolsa emprego ou não perder o Bolsa Família pode ser solução"

Fernando Otávio Campos, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo (ABIH-ES)

O QUE ELES DIZEM

"Quem recebe o Bolsa Família pode trabalhar e seguir recebendo o benefício integral por um período"

Helio Schneider. superint. da Acaps

"É importante repensar a concessão do Bolsa Família na faixa de 18 a 50 anos, a principal força de trabalho do País"

Valdeir Nunes, empresário

SAIBA MAIS

Bolsa Família

É UM PROGRAMA de transferência de renda do Governo Federal, com benefício que considera o tamanho e as características familiares.

PARA TER DIREITO ao Bolsa Família, a principal regra é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês.

POR EXEMPLO, se apenas um integrante da família tem renda e recebe um salário mínimo (R\$ 1.412), c nessa família há sete pessoas, a renda de cada um é de R\$ 201,71. Como está abaixo do limite de R\$ 218 por pessoa, essa família tem o direito de receber o

benefício.

NO PAÍS, MAIS de 20 milhões de famílias recebem o benefício.

Quanto recebe

PELAS REGRAS ATUAIS cada pessoa da família recebe R\$ 142, por meio do Benefício de Renda de Cidadania. A soma do benefício por núcleo, no entanto, deve ser no mínimo de R\$ 600.

OUTROS ADICIONAIS também podem ser agregados ao valor final do benefício. Entre eles:

R\$ 150 para as famílias com criança de 0 a 6 anos:

R\$ 50 PARA famílias que tenham gestantes e/ou crianças, com idade

entre sete e 12 anos incompletos;

R\$ 50 para as famílias que tenham adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos.

0 NORDESTE CONCENTRA a maior parte dos beneficiários, que receberá

0 que querem empresários

EMPRESÁRIOS de alguns setores alegam hoje uma escassez de mão de obra.

NA VISÃO DOS empresários, os programas sociais se tomaram "concorrentes" uma vez que a maior parte das pessoas que recebe auxílio fica de fora do mercado de trabalho formal.

POR ISSO. ALGUNS preparam propostas e sugestões de mudanças nas regras, com o objetivo de estimular que quem receba o benefício possa ingressar no mercado de trabalho formal.

0 que diz o Governo Federal

0 MINISTÉRIO do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) reafirma e esclarece que o Programa Bolsa Família conta com a Regra de Proteção, que garante às pessoas assinarem a carteira de trabalho e continuarem a receber o benefício.

A REGRA DE PROTEÇÃO integra a Lei que instituiu o Programa Bolsa Família, retomado pelo Governo Federal em março de 2023, e se aplica às famílias que tiveram aumento na renda para até meio salário mínimo por integrante, de qualquer idade.

A MEDIDA PERMITE a permanência dessas famílias no Bolsa Família por até dois anos, recebendo 50% do valor do benefício a que teriam direito, incluindo os adicionais para crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes.

CARTÃO do Bolsa Família: benefício

Benefícios extras para tentar atrair profissionais

Empresas de diferentes setores têm buscado alternativas para atrair profissionais para as vagas que estão abertas diante da dificuldade para contratar. Há empresas criando benefícios, outras ampliando os já existentes, além de reajustes de salário.

Um setor com grande número de oportunidades é o de supermercados, que está preocupado com a situação, segundo Helio Schneider, superintendente da Associação Capixaba de Supermercados (Acaps). Uma rede do Estado, para tentar mudar o cenário, oferece benefícios como presença premiada, plano de saúde e odontológico, convênio com farmácia, seguro de vida e convênio com faculdade.

O setor hoteleiro tem ofertado salários maiores com um forma para buscar preencher as chances abertas, contou Valdeir Nunes, presidente da Convenção das Montanhas Capixabas.

José Carlos Bergamin, vice-presidente da Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES) sugeriu a criação de um "banco de emprego virtual", em que as empresas cadastrem as vagas. "Para o profissional decidir trabalhar formal, precisa ser estimulado pelo aumento de renda".

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo (ABIH-ES) e diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Guarapari, Fernando Otávio Campos, ressalta que na construção civil está difícil encontrar mão de obra mesmo com salário acima do piso e um auxílio alimentação acima de R\$ 900. "Um trabalhador pode receber de forma informal até R\$ 400 por dia".

Reforma da tutela penal

Para que o Estado conceda tutela penal a um bem jurídico, torna-se imprescindível avaliar sua relevância nas relações sociais. Em um Estado Democrático de Direito, o Direito Penal deve ser acionado exclusivamente quando houver uma necessidade social concreta, respeitando o princípio da proporcionalidade e atuando como "ultima ratio". A intervenção penal representa a resposta mais severa do sistema jurídico, demandando, portanto, proporcionalidade e justiça. No âmbito das obrigações tributárias, sua proteção encontra sólido fundamento no ordenamento jurídico, uma vez que a arrecadação de **tributos** é essencial para financiar programas sociais que garantem direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança, promovendo a justiça social e a dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 170, estabelece a ordem econômica, com o objetivo de assegurar a todos uma existência digna, em consonância com os princípios de justiça social. Contudo, embora a arrecadação seja de suma importância, a utilização do Direito Penal como meio de cobrança de **tributos** não deve ser legitimada. O processo penal deve ser reservado a condutas dolosas e graves, e não se prestar como ferramenta coercitiva de pagamento. Banalizar o Direito Penal como mecanismo de cobrança compromete

sua legitimidade e fere o princípio da subsidiariedade, o qual exige esgotar alternativas menos gravosas antes de recorrer à sanção penal. No Brasil, o sistema penal-tributário apresenta distorções notáveis, especialmente em relação aos pequenos contribuintes.

A ausência de critérios objetivos para diferenciar fraudes tributárias de dificuldades financeiras legítimas resulta na criminalização de contribuintes vulneráveis, que acabam enfrentando processos penais sem análise criteriosa de sua condição financeira e da real existência de dolo em suas condutas. Isso gera sanções desproporcionais e, muitas vezes, injustas, comprometendo o equilíbrio e a justiça no sistema tributário.

Leia texto completo em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Dólar renova recorde histórico e encerra dia cotado em R\$ 6,082

O dólar fechou em alta nesta segunda-feira (9) e atingiu mais um recorde de valor nominal: R\$ 6,0820. Até então, o maior valor de fechamento havia sido registrado na última sexta-feira (6), quando encerrou a R\$ 6,07.

Investidores aguardam novos dados de **inflação** no Brasil e nos Estados Unidos e seguem na expectativa pela próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BC), prevista para quarta-feira (11).

Em meio aos sinais de uma atividade ainda forte e de uma **inflação** elevada no Brasil, a estimativa dos agentes do mercado financeiro é que o colegiado vote por aumentar a taxa básica de juros (Selic) mais uma vez.

No exterior, novas decisões de política monetária do Banco Central Europeu (BCE) ficam no radar, bem como eventuais sinalizações do presidente eleito dos EUA, Donald Trump, sobre um possível aumento de **impostos** para os parceiros comerciais norte-americanos.

Na Ásia, novos dados de preços ao consumidor e no atacado na China voltaram a sinalizar que a economia do gigante asiático começa a fraquejar, o que fez com que o governo do país anunciasse mais incentivos fiscais e monetários para 2025. As tensões geopolíticas na Síria também ficam sob os holofotes.

O Ibovespa, principal índice acionário da bolsa de valores brasileira, fechou em alta. O dólar avançou 0,18%, cotado a R\$ 6,0820. Na máxima do dia, foi a R\$ 6,0899.

Os investidores deram início a mais uma semana recheada de indicadores. O destaque fica com os novos dados de **inflação** do Brasil e dos Estados Unidos, previstos para os próximos dias.

Por aqui, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, a **inflação** oficial do país) deve ser divulgado na terça-feira e trazer novos indícios sobre quais devem ser os próximos passos do Comitê de Política Monetária (Copom) na condução da Selic.

Segundo o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira, os analistas do mercado financeiro voltaram a

elevar suas estimativas para a **inflação** de 2024, para 4,84%. Com isso, a projeção segue acima do teto da meta de **inflação** para este ano, que é de 4,50%.

Os números voltam a colocar pressão sobre o ciclo de alta de juros do Banco Central, e a estimativa dos analistas é que o Copom vote por mais um aumento da Selic na próxima quarta-feira.

Já no exterior, o foco fica com a **inflação** ao consumidor dos Estados Unidos, também prevista para esta semana e uma das principais variáveis consideradas pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) para a condução de juros do país.

Na última sexta-feira, os novos dados do payroll, relatório de emprego dos EUA, indicaram que a criação de vagas de trabalho na maior economia do mundo acelerou em novembro, depois de ter sido severamente afetada por furacões e greves.

Ainda assim, o cenário não indica uma mudança material nas condições do mercado de trabalho norte-americano, que continuam a enfraquecer de forma constante e devem permitir um novo corte da taxa de juros pelo Fed.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6400>

Apostas em Selic a 12%

» **RAPHAEL PATI**

Na véspera da última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco central, o mercado financeiro revisou novamente as expectativas para a taxa Selic no final de 2024.

Até a semana passada, a previsão era de um aumento de 0,5 ponto percentual, mas a percepção de que o Banco Central deve promover um remédio mais intenso em um período de tempo mais curto ganhou força entre analistas de investimentos. Desta forma, o Boletim Focus revisou para 12% a previsão para a taxa de juros no final do ano, o que indica que a maioria dos agentes de mercado consultados pelo relatório acreditam em uma alta de 0,75 ponto.

No final de 2025, o mercado espera uma Selic de 13,50%, enquanto que para 2026 e 2027, aguardam taxas de juros de 11% e 10%, respectivamente. Isso indica que a maioria dos agentes não esperam uma taxa abaixo de dois dígitos pelo menos nos próximos três anos. Para se ter uma ideia, no primeiro Boletim Focus divulgado em 2024, a projeção para a Selic era de 9%. Na época, a taxa estava em trajetória de queda, após a aprovação do arcabouço fiscal, mas acabou perdendo força ao longo do ano.

Além disso, há uma parcela substancial de agentes que já consideram duas altas de 1% nas próximas duas reuniões.

O estrategista de investimentos e sócio da RGW Investimentos, José Cassiolato, está entre os analistas que acreditam que o Copom deve promover uma alta ainda mais forte na reunião que começa hoje e termina amanhã. Segundo ele, uma política mais dura nesse momento com relação à taxa de juros deve conter a apreciação do dólar em relação ao real, além de oferecer maior estabilidade para todos os outros ativos da economia.

"Vejo com bons olhos, neste momento, uma política mais dura, mostrando essa possibilidade de o Banco Central manter uma independência e que a gente possa, a partir dela, o quanto antes, começar a reverter essa política monetária para praticar uma taxa de juros mais condizente com o que vem acontecendo na dinâmica internacional, de redução da taxa de juros", avalia Cassiolato.

Um dos fatores que mais pesam sobre as projeções do mercado é a reação dos investidores e de outros

agentes ao pacote fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no último dia 28 de novembro. A estimativa de uma economia de R\$ 30 bilhões para o ano que vem e de R\$ 40 bilhões para 2026, apresentadas inicialmente pelo governo, foram desacreditadas pelo mercado, que também não reagiu positivamente à isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas que recebem até R\$ 5 mil por mês.

"Esse foi um recado muito negativo para o mercado, porque trouxe uma queda no nível de confiança", avalia o sócio da WMS Capital Marcos Moreira, que não descarta a possibilidade de um ajuste de 1% na reunião desta semana.

O mercado também aumentou a previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024. De acordo com o Focus, os agentes estimam um aumento de 4,84% na **inflação** oficial, ante 4,71% na mesma projeção publicada na semana anterior. Hoje, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga os resultados de novembro do IPCA.

Em relação ao câmbio, a projeção divulgada no Boletim Focus também registrou um aumento na percepção dos analistas, que passaram a estimar o valor do dólar na casa de R\$ 5,95.

Já o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve vir mais forte, de acordo com os especialistas do Focus.

O mercado passou a considerar um crescimento de 3,39%.

-

Salvo pelo ferro

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) encerrou o dia de ontem em alta de 1%, aos 127.212 pontos. A principal explicação para esse crescimento veio do outro lado do mundo. Logo pela manhã, o mercado acordou com a notícia de que a China deve adotar, no ano que vem, uma política monetária "adequadamente frouxa".

Ontem, a agência de notícias estatal chinesa comunicou que o país deve adotar a primeira mudança na política monetária desde 2010. O anúncio faz parte de um pacote de medidas econômicas apresentado pelo país asiático, que visa um fortalecimento da economia nacional que, desde 2021, acumula resultados abaixo das expectativas para a segunda

maior força econômica global.

Diante disso, o minério de ferro subiu 1,57% no Porto de Dalian, na China, o que impactou diretamente no valor das ações das mineradoras no Brasil.

Pelo lado do câmbio, o dólar acompanhou o movimento internacional e registrou uma leve valorização de 0,18%, encerrando as operações cotado a R\$ 6,08. O resultado pode ser considerado um indicativo da estagnação da moeda, que desde o fim de novembro opera acima de R\$ 6.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/impressa/6727/09-12-2024.html?all=1>

O "x" é arrumar a Previdência do jeito certo - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Vista de hoje, a grande agitação social e política que, tendo se iniciado em meados dos anos 1980, culminou na magna reforma constitucional de 1988, pretendia, entre outras, atacar duas questões básicas que nos afligiam à época: problemas sociais agudos e desequilíbrio fiscal em particular.

De 1987 a 2024 e passados 37 anos, vê-se que, se juntarmos os itens Previdência e BPC, já que este tem todo o cheiro de previdência (embora não tenha qualquer receita de contribuição específica a ele associada), constataremos, primeiro, que o peso desse conjunto no gasto não-financeiro total da União, acabou saltando de 22,3% para não menos que 56,2%, enquanto o item investimento em infraestrutura "pagava" essa apreciável conta com uma queda de mais de 4 vezes em termos de percentual do total, desabando de 16% para 3,7%. Em síntese, o país se viu forçado a abrir mão de investimento em infraestrutura por Previdência em um sentido amplo, resultado esse que se origina, principalmente, do pouco conhecido e rápido processo de envelhecimento, em curso, da nossa população.

Daí se segue algo que deveria ter acendido sinais de alerta à época, que é a desabada progressiva da taxa de crescimento do **PIB** e, portanto, do emprego, que passariam a acontecer em consequência da queda do investimento público em infraestrutura, que é talvez o item menos rígido do Orçamento.

Como é possível verificar, enquanto a razão investimento/ **PIB** desabava de 5,1% do **PIB**, no final dos anos 1980, para 0,6% do **PIB** em 2022, a taxa de crescimento real do **PIB** caía de 8,8% ao ano, em 1980, para 0,9%, em 2023, considerando taxas expressas em termos de médias móveis de 12 anos. Ou seja, era como se tivéssemos escolhido adotar um modelo anti-crescimento-econômico.

Sobre envelhecimento, considerando como idosos quem tem de 65 anos para cima, estima-se que o aumento do número de idosos em relação a 1987 tenha sido de 62% em 2000; deverá ser de 264% em 2024; e de 679% em 2050. Mais ainda: projeções acreditadas indicam uma relação fortemente declinante entre a população em idade ativa e o número de idosos até pelo menos 2050, o que sinaliza

uma muito baixa viabilidade do sistema previdenciário de repartição simples, que é típico de territórios como o nosso, daqui para a frente.

Ou seja, já deveríamos ter, há muito, iniciado a transição para o regime de capitalização, sendo esse o único caminho, em última instância, a trilhar, a exemplo do que têm feito outros países, inclusive na América do Sul, mas principalmente nos países nórdicos - onde o grau de sustentabilidade de seus regimes está entre os mais altos. Enquanto isso, a tendência de o nosso regime se tornar insustentável é muito forte. Ou seja, com a demografia que temos, o regime de repartição é simplesmente inviável. Dessa maneira, a forma mais rápida para chegarmos ao desejável equacionamento previdenciário é via a introdução do modelo de capitalização, algo que já se começou a fazer nos regimes próprios de previdência, especialmente nos municípios, onde mais de mil entes já concluíram seu trajeto, e outro grupo relevante já ultrapassou a etapa preliminar de "segregação de massas".

Outra etapa importante do processo aqui referido tem a ver com o pacote de medidas que vem de ser anunciado preliminarmente, altamente relevante para o caso do BPC, cujo peso no gasto total tenderá a ser significativamente reduzido, onde, por exemplo, se tenta mudar o conceito de "BPC por deficiência" para "BPC como inválido", onde o número de pessoas que aufeririam esse benefício pelo atual regime tenderá a ser consideravelmente reduzido.

(Retornarei ao tema na próxima oportunidade).

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6727/09-12-2024.html?all=1>

Decretos dão fôlego a estatais

FERNANDA STRICKLAND MAYARA SOUTO

O governo apresentou, ontem, um conjunto de medidas para fortalecer a governança e aumentar a eficiência das estatais federais, que este ano acumulam saldo negativo em suas contas. As iniciativas visam alinhar a gestão dessas empresas às demandas estratégicas do país, melhorar sua sustentabilidade financeira e fomentar inovação.

As medidas foram formalizadas por meio de três decretos assinados ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro cria o Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais Federais (Inova), que visa melhorar a gestão e fomentar a inovação nas empresas controladas pela União.

O segundo decreto institui o Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais (Sisest), uma estrutura que reúne 16 ministérios e todas as estatais, permitindo uma visão integrada de suas operações para otimizar processos e identificar oportunidades de melhoria. O terceiro decreto atualiza a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar), adaptando sua atuação à Lei das Estatais, de 2016 e centralizando a organização no Sesest.

As empresas estatais desempenham um papel fundamental na economia brasileira, contribuindo com cerca de 6% do **PIB** nacional e gerando mais de 400 mil empregos diretos. Elas operam em setores estratégicos como energia, petróleo, governo digital e reindustrialização. No entanto, desafios relacionados à governança e à sustentabilidade financeira motivaram a proposta de novas medidas.

"Apesar de conhecermos empresas de grande porte, como Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa, o Brasil possui 44 estatais, além de suas subsidiárias.

Elas são cruciais para o desenvolvimento do país e precisam de uma gestão moderna e eficiente", destacou a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, em coletiva de imprensa.

Em 2023, as 44 estatais sob controle da União foram responsáveis por 5,75% do **PIB**, registrando lucro de R\$ 197,8 bilhões e distribuindo R\$ 128,1 bilhões em dividendos. O governo busca, com as novas medidas,

não apenas maximizar o retorno dessas empresas à sociedade, mas também promover um modelo de governança mais eficiente e sustentável.

Constitucionalidade O coordenador jurídico do escritório Wilton Gomes Advogados, especialista em direito administrativo, Marcos Jorge, observa que os decretos assinados pelo presidente não ferem a Constituição nem a legislação voltada às estatais, em especial o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais. "Em uma análise jurídica mais detida, verificamos que tais decretos, aparentemente, não incorrem em quaisquer inconstitucionalidades, pois não contrariam direitos já existentes, e nem inovam no ordenamento, estabelecendo novo direito ou obrigação", comenta Jorge.

O especialista explicou ainda que outro ponto jurídico fundamental, que chama a atenção, é que tais Decretos vem garantir maior efetividade ao princípio jurídico da eficiência Administrativa.

"O que garante que toda a atividade do Estado deve atingir o interesse público de maneira mais eficiente quanto possível, prezando pela harmonia com os demais valores presentes no ordenamento jurídico", pontuou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6727/09-12-2024.html?all=1>

Futuro da economia nas mãos do BC e do congresso

Ironicamente, a alta dos juros esperada para esta semana é uma das medidas econômicas mais importantes para ajudar o governo Lula neste final de ano. E ela deverá vir sob o comando de Roberto Campos Neto, o ainda presidente do Banco Central, por quem Lula nutre uma antipatia pessoal. A poucas semanas de deixar o cargo para Gabriel Galípolo, pupilo do presidente já aprovado pelo Congresso, Campos Neto conduzirá a última reunião do ano do comitê que define o tamanho da taxa de juros no país, o Co-pom. Ele, Galípolo e os demais diretores do BC que integram o comitê terão o desafio de dar uma resposta à altura para tentar reverter a deterioração das expectativas provocadas justamente por Lula.

A estratégia definida pelo presidente da República de anunciar, no mesmo pacote fiscal, propostas de controle de gastos públicos com a isenção de Imposto de Renda para a classe média e a alta na tributação dos mais ricos fizeram o dólar disparar, minaram a força do ministro Fernando Haddad (Fazenda) como influenciador interno no governo e, de quebra, ainda trouxeram para a posição de fiel da balança um outro mediador que pode sair caro para o presidente: o Congresso Nacional.

Ao lado de Campos Neto, os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, também deixarão seus reinados pouco após a virada de ano (eles saem na primeira semana de fevereiro) em grande estilo. Se o BC terá que mostrar compromisso com o controle da **inflação**, elevando os juros e sinalizando um ciclo mais apertado na política monetária, Lira e Pacheco terão duas semanas para garantir a aprovação das medidas de controle de gastos que ajudarão a equipe econômica a respirar mais aliviada nas festas de réveillon. Mas como tudo na vida tem um preço, já foi aberta nos bastidores do poder, em Brasília, a temporada de barganha. Na mira dessas negociações estão: a liberação de dinheiro do orçamento para emendas parlamentares; a identificação dos autores das emendas de comissão e de bancada, medida que divide o poder de influência no Congresso dos líderes da casa com o Palácio do Planalto; e cargos na Esplanada dos Ministérios, diante de uma provável **reforma ministerial**.

Na semana passada, o governo sinalizou que irá liberar algo próximo de R\$ 10 bilhões em emendas parlamentares na tentativa de contornar o mau humor

dos congressistas. No lado econômico, entre a última reunião do Copom, realizada nos primeiros dias de novembro, e a próxima terça-feira, 10, quando os diretores do BC vão reavaliar o cenário, muita coisa mudou. Entre os analistas financeiros, já há quem projete uma alta de 0,75 ponto percentual na taxa Selic nesta semana, em vez de 0,5. Se isso se confirmar, os juros chegarão a 12% ao ano.

O aperto mais forte na taxa Selic é necessário, de acordo com o mercado financeiro, diante da deterioração das expectativas desde o anúncio do pacote fiscal há cerca de duas semanas. A **inflação** já está rodando acima do teto da meta de 4,5% para o ano e aponta que há altas generalizadas em vários segmentos. As expectativas para 2025 e 2026 também subiram (4,3% e 3,8%, respectivamente). A disparada da cotação do dólar que, agora, ronda os R\$ 6 deve acentuar ainda as pressões inflacionárias porque leva a aumento de produtos negociados no exterior em moeda estrangeira, como o trigo e insu-mos agrícolas. Há cerca de um mês, a equipe econômica acreditava que seria possível fechar 2024 com taxa de câmbio mais próxima de R\$ 5.

Nesse cenário, até dados positivos tornam-se fonte de preocupação para o Banco Central. A economia está mais aquecida e a taxa de desemprego na mínima histórica (6,2%). Na prática, a combinação de mais renda nas mãos das famílias e produção acelerada é um prato cheio para reajustes de preços. Um dos setores que têm puxado o desempenho da economia é justamente o de serviços, onde é mais difícil haver substituição e os repasses para os preços são chancelados pelos consumidores com mais facilidade do que os produtos que têm substitutos diretos.

Por tudo isso, a definição dos diretores do BC neste final de ano será mais desafiadora e analisada com lupa pelo mercado financeiro. A dúvida é se, diante da ausência de um ajuste fiscal mais significativo, o BC usará o instrumento que lhe sobra para sinalizar os rumos do governo Lula nos dois últimos anos de mandato do presidente: os juros. E ainda será Campos Neto, que em junho deste ano Lula classificou como "adversário político e ideológico" do seu modelo de governar, quem estará no comando do gerenciamento dessas expectativas.

Site: <https://digital.em.com.br>

O mercado entendeu o pacote fiscal (Editorial)

Após a péssima recepção do pacote fiscal, o governo passou a investir na construção de uma narrativa muito conveniente para si mesmo. Para a equipe econômica, o mercado não compreendeu o quanto o ajuste é austero, sobretudo para um governo de esquerda cuja maior preocupação é a área social.

Sua apresentação, portanto, seria uma vitória do ministro Fernando Haddad, que conseguiu convencer Lula da Silva a fazer o que era o certo a despeito da resistência da maioria do governo.

Prova do alegado vigor do ajuste fiscal é que a Câmara por pouco não aprovou o regime de urgência para acelerar a tramitação dos projetos do pacote por discordar das mudanças nas regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio pago a idosos vulneráveis e pessoas com deficiência. Além do rechaço da esquerda, lideranças do Centrão também manifestaram receio sobre o impacto econômico da medida vis-à-vis o desgaste político que ela poderia proporcionar.

Essa versão serve aos propósitos do governo, mas não resiste aos fatos. Sob o ponto de vista político, a má vontade da Câmara com o pacote fiscal nada tem a ver com a pretensa dureza das medidas, mas com a decisão do ministro Flávio Dino, referendada pela maioria do Supremo Tribunal Federal (STF), de impor regras que dificultam o pagamento de emendas parlamentares.

Aprovar esses projetos seria um passeio caso Dino tivesse se contentado com a proposta que deputados e senadores aprovaram para manter o esquema das emendas como estava. Mas o jogo ainda não acabou e, até o fim do ano, essas e outras propostas pendentes de votação pelo Congresso poderão ser aprovadas a toque de caixa, a depender de negociações que nada têm a ver com o cerne dos projetos.

Sob o ponto de vista econômico, contestar o teor das propostas é ainda mais fácil. Como destacou o pesquisador associado do Insper Marcos Mendes em entrevista ao Estadão, o Ministério da Fazenda nem sequer apresentou as notas técnicas que deram base à anunciada economia com cada projeto, o que enseja dúvidas sobre as premissas utilizadas nas contas. E, a despeito de o arcabouço fiscal ser incapaz de

estabilizar a dívida pública, o governo tem tido dificuldade em cumpri-lo à risca.

Aliados alegam haver implicância dos investidores com Lula da Silva. Enquanto eles cobravam mais vigor do pacote fiscal, o IBGE divulgou que o **PIB** cresceu 0,9% ante o segundo trimestre e 4% na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, e que a quantidade de brasileiros abaixo da linha da pobreza caiu de 67,7 milhões para 59 milhões, o menor número desde 2012. São, por óbvio, indicadores a serem celebrados, mas que falam do passado, e não do futuro, horizonte que pauta as análises do mercado.

Uma análise mais justa demonstraria que o ano em que a pobreza recuou a níveis historicamente baixos coincidiu com o período em que o mercado apostou todas as suas fichas no País.

Na última sessão de 2023, por exemplo, o Ibovespa fechou o ano em alta de mais de 20%, aos 134 mil pontos, melhor desempenho anual desde 2019; o dólar foi cotado a R\$ 4,8322, queda de 8,08% em relação ao fim do ano anterior, quando estava em R\$ 5,2780. Àquela época, segundo o Boletim Focus, os investidores acreditavam que a Selic estaria em 9%, o dólar em R\$ 5,00 e o IPCA em 3,91% no fim deste ano. Se o mercado errou, não foi por pessimismo. Hoje, a Selic está em 11,25%; a moeda norte-americana, em mais de R\$ 6,00; e a **inflação**, em 4,76% no acumulado em 12 meses até outubro.

Se o governo tem genuíno interesse em melhorar a vida dos mais pobres, deveria fazer sua parte para manter a **inflação** na meta, o que exigiria rigor com o gasto público e programas sociais focalizados naqueles que mais precisam.

Mas, em vez de mostrar comprometimento com a responsabilidade fiscal, o Executivo optou por preservar o arcabouço fiscal com uma pinguela que lhe permita chegar com chances eleitorais até 2026, único panorama a guiar as ações de Lula da Silva.

O mercado, portanto, entendeu muito bem o significado do pacote e se protegerá da instabilidade gerada pelo governo com títulos públicos do próprio governo, que já rendem mais de 14%.

Enquanto isso, os pobres ficarão à mercê da **inflação**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Mercado esperava ajuste e IR gerou sinal invertido"

ALVARO GRIBEL ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

ENTREVISTA: Manoel Pires, Coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público onde administra o Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV

O economista Manoel Pires avalia que o pacote de contenção de gastos apresentado pela equipe econômica no último dia 27 é uma demonstração de que o governo está fazendo um esforço para tentar cumprir as regras fiscais. No entanto, a decisão de incluir no anúncio a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil frustrou as expectativas do mercado financeiro sobretudo pelo "timing" - além de vir na contramão da expectativa de ajuste fiscal, vai gerar estímulo ao consumo no ano eleitoral de 2026, colocando mais pressão sobre a **inflação** e a política de juros do Banco Central.

"O mercado esperava um ajuste para alinhar a política fiscal às regras fiscais e, conseqüentemente, diminuir um pouco de pressão de demanda agregada e gerar um alívio de juros e de câmbio por conta desse canal de transmissão da expectativa de **inflação**. Quando você coloca esse tema novo na mesa (isenção do IR), obviamente que esse sinal fica invertido", afirmou ao Estadão o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público (CPFO) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual a sua avaliação sobre o pacote anunciado pelo governo federal?

Acho que existem três dimensões para avaliarmos. A primeira é até que ponto o pacote seria suficiente para que houvesse uma melhora das condições financeiras - ou seja, apreciação do câmbio, redução das taxas de juros longas e reação do mercado.

Nesse aspecto, a resposta foi ruim. Então, um dos objetivos não parece ter sido alcançado.

Acho que a segunda dimensão é até que ponto ele atenua as pressões sobre o arcabouço. O que o governo apresentou tem um ajuste fiscal relevante e acho que dentro do número que me parecia esperado pelo mercado, de R\$ 70 bilhões em dois anos.

E qual o terceiro ponto?

O governo teve preocupação de apresentar medidas que pudessem passar algum sentido de justiça social para aumentar a probabilidade de aprovação.

Nesse ponto, acho que o pacote tem uma grande chance de ser aprovado na maior parte das medidas. Uma coisa que tem de ser avaliada é que, possivelmente, por conta de questão de calendário, o pacote não vai ser todo aprovado este ano. Então, o impacto que está previsto para 2025 pode ser um pouco menor. No ano que vem, possivelmente vamos ver alguma discussão do arcabouço, de como o governo vai cumprir a meta, de ter de fazer contingenciamento (congelamento preventivo de despesas) novo ou adotar algumas medidas complementares para produzir o efeito desejado.

O pacote é capaz de ajudar a garantir a estabilidade da dívida pública?

O horizonte de estabilização da dívida está indo para além deste governo. O que nós temos é uma perspectiva de estabilização num prazo muito longo, para 2028, 2029, dependendo das premissas com que se trabalha - em alguns outros casos, até 2030. Esse pacote mantém esse cenário. O teto do salário mínimo abre algum espaço fiscal, mas não resolve a questão de maneira permanente.

O que faltou na condução de expectativa em relação ao anúncio do pacote?

O que levou à reação ruim do mercado foi que o pacote veio com um conjunto de medidas que não era só de ajuste fiscal.

Quando você traz a discussão do Imposto de Renda, você tem um elemento de estímulo para a economia. O mercado esperava um ajuste para alinhar a política fiscal às regras fiscais e, conseqüentemente, diminuir um pouco de pressão de demanda agregada e gerar um alívio de juros e de câmbio por conta desse canal de transmissão da expectativa de **inflação**.

Quando você coloca esse tema novo na mesa, obviamente que esse sinal fica invertido.

Em outras palavras, essa medida é inflacionária?

É uma medida que reflete um estímulo relevante para a atividade econômica, principalmente em 2026 e, evidentemente, nesse contexto que nós estamos, isso pode levar a uma perspectiva de um risco inflacionário um pouco mais alto e, conseqüentemente, um aumento de juros maior que o previsto da parte do Banco Central. Acho que esse aspecto do anúncio acabou prevalecendo sobre as expectativas porque era a parte nova, a parte que não estava precificada do pacote fiscal do governo.

Além desse elemento surpresa, tem a tributação das faixas de alta renda. Isso também pesou?

Há um problema de timing, de vir na hora em que se esperava o ajuste, e não medidas de estímulo.

Mas mesmo que viesse depois, haveria alguma reação negativa, porque parte da compensação atinge o mercado financeiro, com progressividade tributária, medidas que atingem as isenções de LCA, LCI, dividendos.

Se tributa o dividendo, cai a rentabilidade, o investidor muda o portfólio. Essa questão aconteceria independentemente do momento do anúncio.

O BC está mais pressionado a subir a Selic?

Os dados de **inflação** de curto prazo não têm sido favoráveis.

Eles têm mostrado pressões inflacionárias, surpresas para cima.

A tendência é o Banco Central reagir a esses dados. |

"O que levou à reação ruim do mercado foi que o pacote veio com um conjunto de medidas que não era só de ajuste fiscal. Quando você traz a discussão do Imposto de Renda, você tem um elemento de estímulo para a economia"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Projeções de alta para a Selic já chegam a até 1 ponto

THAÍS BARCELLOS (Colaborou Paulo Renato Nepomuceno)

A recente escalada do dólar levou o mercado financeiro a revisar para cima suas projeções para o câmbio, a **inflação** e a taxa básica de juros (Selic). A moeda americana renovou ontem seu recorde, fechando a R\$ 6,08, com alta de 0,18%. A maior parte das instituições financeiras avalia que o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, deve elevar a Selic em 0,75 ponto percentual amanhã, na última reunião do ano - mas algumas já esperam alta de 1 ponto.

No relatório Focus, que reúne as estimativas do mercado, a projeção para o dólar no fim do ano passou de R\$ 5,70 para R\$ 5,95. Analistas veem a **inflação** medida pelo IPCA encerrando o ano a 4,84% -acima do teto da meta, de 4,5% -, com a Selic a 12%.

Isso ocorre porque o dólar alto pressiona a **inflação**, pois muitos produtos são cotados em dólar ou dependem de in-sumos importados, e a taxa de juros é a ferramenta do BC para controlar os preços.

Em pesquisa do Valor Pro com 117 instituições financeiras, 89 projetam alta de 0,75 ponto percentual amanhã, o que levaria a Selic a encerrar o ano a 12%, conforme as projeções do Focus. No entanto, 24 esperam um aumento de 1 ponto, para 12,25%. Só quatro casas apostam em outra alta de 0,5 ponto, para 11,75%.

Na última reunião, em novembro, o Copom não deu qualquer direcionamento. Apenas afirmou que futuros ajustes seriam ditados "pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta." Mas o pacote fiscal apresentado pelo governo não agradou ao mercado, principalmente devido ao anúncio conjunto da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Com isso, o dólar superou pela primeira vez a marca dos R\$ 6, registrando recordes sucessivos.

DECEPÇÃO FISCAL

O Copom já havia alertado sobre os impactos da questão fiscal nos ativos financeiros, como o câmbio, e na política monetária. E ressaltou que regras críveis eram importantes para uma trajetória mais favorável da Selic.

Em novembro, as projeções do BC consideravam um dólar de R\$ 5,75 e **inflação** de 4,6% este ano e 3,9% em 2025.

Esses números tendem a piorar. O Itaú Unibanco, por exemplo, estima que a projeção do BC para 2024 alcance 4,8%, ficando em 4,6% para o ano que vem.

O aumento forte nas projeções de **inflação** deve ocorrer não só pelo câmbio, mas pelo desempenho da atividade econômica, com novo crescimento robusto do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre -de 0,9% frente ao período anterior -, do IPCA e das expectativas.

-Tem muita informação nova desde o último Copom, e sua combinação indica aceleração da **inflação**. Houve uma piora substancial do risco inflacionário -resume o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani.

Ele projeta alta de 0,75 ponto na Selic amanhã, com a taxa atingindo 13,5% em maio do ano que vem.

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria, tem a mesma expectativa para o aumento da Selic esta semana, mas vê a taxa em 14% em junho de 2025, quando o ciclo de altas deve chegar ao fim. Segundo ela, o BC precisará ser mais duro devido à piora da percepção de risco do país, evidenciada pelo patamar do câmbio, a economia aquecida e o descolamento das expectativas de **inflação**.

A economista, no entanto, avalia que não será necessário dar um choque de juros, com aumento de 1 ponto: - Há sinalização de um andamento um pouco mais rápido no Congresso. Isso pode gerar uma acomodação no mercado, nada maravilhoso, mas sai do pico de estresse. Veio um encaminhamento fiscal, abaixo do desejado, mas endereçando algumas questões sensíveis, como salário mínimo, BPC e abono salarial.

"TESTE DO PUDIM" EM 2025

Já o Itaú acredita que o BC terá de pisar forte no acelerador esta semana e projeta alta de 1 ponto, para 12,25%. Segundo o banco, os últimos meses foram marcados por "crescente de incerteza e aversão a risco", em parte pelo contexto externo, mas também

pela frustração com o pacote fiscal.

Em relatório, analistas do Itaú citam o recorde do dólar e a "alta acentuada" nas expectativas de **inflação**. "Tal cenário demanda uma ação mais vigorosa por parte do Copom", afirmam. O banco espera que o colegiado indique outra alta de 1 ponto em janeiro.

A XP Investimentos também projeta aumento de 1 ponto amanhã e em janeiro.

Em 2025, quando Gabriel Galípolo assume a presidência do BC no lugar de Roberto Campos Neto, o governo Lula terá maioria no Copom.

- O mercado vai testar o Copom. Será o teste do pudim reunião após reunião. Para ver se o BC está reagindo conforme o cenário econômico - afirma Alessandra.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Cenário favorece consolidação fiscal, dizem economistas

Marta Watanabe e Anais Fernandes De São Paulo

Com a perspectiva de um endividamento que só se estabiliza em 2030 e em meio a uma economia com sinais de superaquecimento, o cenário atual dá ao governo Lula a oportunidade de convergir dois objetivos da política fiscal: atuar de forma anticíclica e buscar a consolidação fiscal. O dinamismo da atividade e as contas públicas demandam, segundo economistas, uma política fiscal contracionista, invertendo o expansionismo que fez disparar o crescimento de gastos nos últimos dois anos.

A dúvida é se o governo adotará medidas nesse sentido na segunda metade do mandato, com esforços direcionados às eleições, em ambiente polarizado e com baixa popularidade do presidente. O pacote divulgado recentemente foi considerado insuficiente e aumentou a descrença. Economistas apontam retrocesso institucional e desancoragem de expectativas.

Os dois primeiros anos do governo Lula 3 foram marcados pela estratégia de produzir expansão fiscal sistemática, diz Gabriel Leal de Baixos, economista-chefe da ARX Capital. "Acho que foi uma estratégia de governo, não acho que foi algo casual", afirma.

Logo com a "PEC da Transição", o então futuro governo viabilizou colocar 2% do **PIB** a mais na economia, "uma expansão fiscal brutal", afirma. "Ninguém discordava da necessidade de recompor programas no orçamento de 2023, que foi enviado pelo [ex-presidente Jair] Bolsonaro com vários problemas. Mas se falava em algo entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões. Vieram praticamente R\$ 100 bilhões a mais. Foi tão grande que eles [governo atual] não conseguiram gastar todo o dinheiro em 2023, uma parte escorregou para 2024", diz.

A "PEC da Transição" estabeleceu as bases do desafio que a política fiscal teria de enfrentar ao aumentar o nível de despesa em cerca de 1,7% do **PIB**", afirma Jeferson Bittencourt, chefe de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional. Depois, para 2024, recorda, o governo apresentou o novo arcabouço fiscal garantindo trajetória de crescimento real para as despesas.

Mesmo antes do governo Lula 3, desde 2020, a

política fiscal brasileira ficou em modo bastante expansionista, diz Bráulio Borges, economista da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). "Mas a economia brasileira vinha, desde meados de 2015, com excesso de desemprego, com hiato do produto negativo. A economia rodava abaixo do potencial até o fim de 2023. Nesse contexto, a política fiscal, foi expansionista e, por isso, anticíclica. Foi a política fiscal adequada, ainda que possamos discutir a dosagem."

Só que isso veio às custas do endividamento público, ressalta Borges. A dívida bruta do governo central cresceu de 71,7% do **PIB** em fim de 2022 para 78,6% em outubro deste ano, segundo dados do Banco Central.

No período que a economia brasileira estava com excesso de desemprego, diz Borges, a política fiscal tinha dois objetivos conflitantes. Porque as medidas expansionistas serviam para tirar a economia da situação do hiato negativo, mas isso ia contra o objetivo de estabilizar a dívida pública, que subiu praticamente de forma ininterrupta desde 2015, lembra. "Agora, ao fim de 2024, a economia brasileira tem sinais de superaquecimento, com o desemprego caminhando para perto de 6%, sendo que a estimativa de desemprego de equilíbrio hoje para o Brasil, calculo, está na faixa acima de 7%, perto dos 7,5%. Hoje os dois objetivos não são mais conflitantes porque a sustentabilidade fiscal e a economia aquecida exigem política fiscal contracionista", diz.

Uma política contracionista a partir de agora daria duplo ganho, avalia Borges. "Ajudaria a esfriar a economia e a trazer a **inflação** para baixo. E tiraria esse sobrepeso do Banco Central, que está sozinho tentando conter o superaquecimento, o que se traduz em um juro mais alto. E o governo enfrentaria a trajetória do endividamento público. O ponto é a vontade política."

Lula venceu a eleição de 2022 com o quadro superpolarizado, com diferença mínima em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro e, por isso, observa Borges, resolveu promover um grande expansão fiscal já no começo do mandato. "E agora, politicamente, ele tem resistência em promover uma contração fiscal na segunda metade do mandato, com eleições daqui dois

anos."

Para Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional, o governo não aproveitou a oportunidade do ajuste anunciado em novembro para fazer calibragem do gasto obrigatório e da alta dos juros. "Vivemos neste momento, de certa forma, a subordinação da política fiscal e da própria institucionalidade ao objetivo de você ter uma vitória eleitoral dentro de um quadro muito polarizado."

O pacote de ajustes anunciado ao fim de novembro, avaliam economistas, foi insuficiente. "A mudança na regra do salário mínimo é importante, tem sua relevância, sabemos que é tema caro ao governo do PT, mas foi muito modesta. De resto, a composição do pacote é basicamente uma reciclagem de coisas que o governo não entregou", afirma Leal de Barros.

A mudança na vinculação do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) é muito bem-vinda, segundo Leal de Barros, mas gera uma economia total pequena. Para ele, vinculações e indexações, como a de gastos com saúde e educação, são a principal disfuncionalidade do quadro fiscal brasileira atual. "É um problema gigante. Pelas minhas contas, de forma conservadora, pelo menos 95% do Orçamento já está dado", diz, em referência à participação dos gastos obrigatórios na despesa primária."

Leal de Barros cita um levantamento da Moody's segundo o qual essa taxa é de, por exemplo, 70% no México e 85% na Argentina (ver quadro nesta página). "Está muito errado o tamanho da indexação do nosso Orçamento. Isso tem de ser revisto, mas passa por alguns debates que o governo não quer enfrentar", afirma.

Borges chama a atenção para o gasto do Fundeb, que, assim como a despesa geral com educação, não considera a mudança demográfica. O gasto com Fundeb, diz, era de até R\$ 20 bilhões anuais até 2020 e

vai chegar em 2024 a quase R\$ 50 bilhões, já descontada a **inflação**. Quando o Fundeb foi prorrogado e ampliado em 2020, lembra, a projeção mais atual de então, do IBGE, é que em 2030 teríamos 42,6 milhões de crianças de até 14 anos. Pela projeção atual, divulgada em agosto, serão 38,5 milhões de crianças nessa faixa.

Sem medidas mais duras contra gastos, a marca principal da política fiscal atual, diz Kawall, é o "retrocesso institucional". "Basicamente, nós abrimos mão do teto de gastos e deixamos de ter uma meta que seja, vamos dizer assim, obrigatória. Você pode não cumpri-la com penalizações pequenas e também

já houve até o precedente da alteração da própria meta", diz Kawall.

Em abril deste ano, o governo reviu as metas de resultado primário. A meta de 2025, de superávit primário de 0,25% do **PIB**, foi reduzida a 0%, com mudança também nas metas dos anos subsequentes e alongamento do processo de consolidação fiscal. A meta de superávit de 1% do **PIB**, inicialmente prevista para 2026, foi adiada para 2028. Foi mantida a banda de 0,5 ponto percentual de tolerância.

Para Borges, o governo precisa voltar atrás nessa decisão de adiar a meta de superávit de 1% para 2028. "Não sei se é politicamente viável, mas enxergo isso como um único sinal que poderia hoje passar um recado para o mercado de que o governo realmente está comprometido, tanto com a sustentabilidade fiscal, como com a estabilização macroeconômica." Para Borges, isso traria um ganho adicional. "A taxa de câmbio poderia ter uma valorização expressiva. E isso geraria ganho enorme de popularidade para o governo", avalia.

As projeções do mercado, do consenso do Prisma Fiscal divulgado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, mostram que a expectativa é de que a dívida pública suba 14 pontos percentuais até 2029 e só se estabilizaria a partir de 2030, destaca Borges. "É preciso reduziu o tamanho do aumento da dívida e antecipar em cerca de cinco anos, pelo menos, a estabilização da dívida", diz o economista.

Borges lembra que de 2015 até 2023 o ambiente internacional de juros relativamente baixos não gerou, de certa maneira, necessidade de um ajuste fiscal rápido. "Mas isso mudou. Desde o fim do ano passado o juro internacional está na faixa de 4%, 4,5%, e pode ficar ainda mais alto com toda a política econômica que [Donald] Trump está ameaçando colocar em prática a partir do começo do ano que vem."

Para Bittencourt, do Asa, está ficando claro que a disposição do atual governo para viver com menos despesa "sempre foi muito baixa", afirma. "Toda essa briga agora é para ter espaço para discricionária em tomo de 1,7% ou 1,8% do **PIB**, sendo que a gente viveu 2020 e 2021 com menos de 1,4%", diz. O economista avalia que o governo conseguiria reverter pelo menos parte do grande desconforto fiscal no mercado se desse a demonstração, que não deu até agora, de que está "disposto a empenhar o seu capital político para viver com menos despesas", afirma Bittencourt.

Para Kawall, há riscos de se entrar em período de desancoragem nominal. "O dólar vai para R\$ 6 e a curva precifica juro a 14%, mas esse nível de juros é

para quanto de **inflação**? A visibilidade com relação às variáveis nominais ficaram prejudicadas nesse contexto. Porque se não se ancora a política fiscal, não se consegue garantir a eficácia na ancoragem nominal que o Banco Central tem que fazer. Há um nevoeiro sobre o cenário de 2025 do ponto de vista das variáveis nominais. Do lado real, tenho um pouco mais de convicção em um **PIB** que pode crescer 2% em 2025, porque tem há patamar elevado do carregamento estatístico, a safra agrícola que deve ser boa, a economia ainda bastante aquecida. Agora, se **inflação** será 4%, 5%, 6%; e se o dólar ficará R\$ 6 R\$, R\$ 6,50, R\$ 7, não sei responder."

"Mudança na regra do salário mínimo é importante, mas foi muito modesta" Carlos Kawall

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1>

Condições financeiras pioram após pacote e trazem risco à atividade

Estevão Taiar De Brasília

Após a apresentação do pacote de ajuste fiscal e da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, as chamadas condições financeiras da economia, que levam em conta variáveis como juros e câmbio, pioraram. O movimento tende a afetar negativamente a atividade econômica. As perspectivas para essas condições e o impacto que elas terão sobre a atividade, segundo economistas ouvidos pelo Valor, dependem principalmente das expectativas fiscais para o governo federal.

Índices de condições financeiras buscam medir o efeito que variáveis como câmbio, juros e indicadores de risco do país e de ações em bolsa têm sobre a atividade, muitas vezes de maneira defasada. Os juros de longo prazo, por exemplo, influenciam a atividade por meio do custo do crédito. Mas também podem atuar como espécie de indicador antecedente de confiança na economia, impactando decisões de investimento. Já o câmbio pode influenciar o endividamento externo de empresas, a exemplo das companhias aéreas.

Novembro, mês de divulgação das medidas de ajuste e isenção do IR, foi marcado pela piora acentuada das condições financeiras. Na comparação com outubro, o Ibovespa encerrou com queda de 3,11%, enquanto o dólar teve alta de 3,79%, superando pela primeira vez a barreira dos R\$ 6. Na semana passada, o dólar voltou a subir, desta vez 1,18%, enquanto o Ibo-vespa teve pequena alta de 0,22%.

Nos cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), as condições financeiras entraram em patamar contracionista em abril, justamente por causa das incertezas a respeito da sustentabilidade das contas do governo federal. Em novembro, voltaram a piorar. O indicador passou 0,11 em março para -0,62 no início de dezembro. Números abaixo de zero indicam patamar contracionista.

"A dinâmica de preços no Brasil está dependendo praticamente apenas da política fiscal, que decepcionou desde o começo do ano", diz Caio Dianin, pesquisador da área de economia aplicada do FGV Ibre. O índice de condições financeiras criado pelo instituto busca replicar o indicador calculado pelo Banco Central.

"Não podemos negligenciar a piora do cenário externo, mas não é o principal determinante", afirma Dianin. O FGV Ibre calcula crescimento de 2% para o **PIB** de 2025, abaixo da alta de 3,1% anualizada até setembro, divulgada na semana passada pelo IBGE.

As medidas de ajuste apresentadas em novembro projetam diminuir em R\$ 70 bilhões pelos próximos dois anos o ritmo de crescimento de gastos primários, que não incluem despesas com a dívida pública federal. Entre as propostas, está a limitação do crescimento real do salário mínimo a 2,5% ao ano. O conjunto frustrou diversos especialistas em contas públicas e agentes do mercado, que afirmam que as medidas pouco fazem para diminuir o ritmo de expansão da dívida pública. O principal indicador do estoque do endividamento da União, a dívida bruta do governo geral (DBGG), ficou em 78,6% do **PIB** em outubro. O número representa alta de aproximadamente sete pontos percentuais em relação a dezembro de 2022, mês imediatamente anterior ao início do atual governo.

Também houve críticas à proposta de isentar da cobrança de IR quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Nesse caso, elas foram direcionadas à possibilidade de a medida ficar sem a compensação fiscal necessária, privilegiar em termos distributivos a classe média em detrimento da população mais pobre e aquecer a atividade em um momento em que a economia já opera além do seu potencial. Tanto o pacote de ajuste quanto as mudanças do IR ainda dependem de aprovação pelo Congresso.

Nos cálculos da MCM Consultores, depois de dois anos em patamar expansionista, as condições entraram em nível neutro em setembro deste ano. Desde então, passaram para o campo contracionista. Entre julho do ano passado e novembro deste ano, passaram de 1,2 para -0,3.

Fábio Ramos, economista do UBS BB, afirma que "sem dúvida as condições financeiras pioraram" desde a apresentação das medidas de ajuste e da isenção do IR. Além disso, "ficarão ainda mais contracionistas" no futuro, dada a tendência de elevação da Selic pelo BC. Conforme divulgado nesta segunda-feira, 9, pelo Banco Central no Boletim Focus, a projeção mediana do mercado para a taxa básica de juros no fim de 2025

subiu de 12,63% para 13,5%, sempre em termos anuais. Atualmente, a Selic está em 11,25%. Hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) dá início à sua última reunião do ano.

Com as perspectivas de taxa básica de juros maior, o UBS BB projeta oficialmente que o **PIB** crescerá 1,25% no ano que vem, podendo chegar a alta de 1,5% - ainda assim, abaixo do patamar de 2024.

Em evento promovido no começo da semana passada pela XP Investimentos, o diretor de Política Monetária e futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, também chamou atenção para o novo patamar das condições financeiras. Galípolo afirmou que os patamares atuais de câmbio, taxa de juros e "especialmente" juros mais longos começam "a dar um pouco de efeito nas condições financeiras". Isso, segundo ele, já estaria gerando "um pouco de discussão sobre como [o movimento] vai impactar investimento e outras decisões" na economia.

Três semanas antes da divulgação das medidas de ajuste, o Copom afirmava na ata da sua reunião mais recente "que a redução de crescimento dos gastos, principalmente de forma mais estrutural, pode inclusive ser indutor de crescimento econômico no médio prazo por meio de seu impacto nas condições financeiras, no prêmio de risco e na melhor alocação de recursos".

"A dinâmica de preços depende praticamente apenas da política fiscal" Caio Dianin

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1)**

Gestão financeira é maior desafio para empreendedor

Alex Jorge Braga De São Paulo

A gestão financeira é o maior desafio do empreendedor brasileiro. Cerca de 45% dos negócios analisados estão com algum nível de inadimplência, revela estudo inédito "Matriz da Maturidade Empreendedora: desafios e oportunidades", que foi produzido pela fundação Dom Cabral (FDC), em parceria com o Estímulo, fundo que apoia pequenos empreendedores com capacitação e crédito orientado.

Apesar do alto percentual de endividamento das instituições, mais da metade (66%) dos participantes da pesquisa respondeu que está "confiante" na condução das finanças das suas empresas. Para a professora do EDC Elisângela Furtado, esse paradoxo revela a necessidade de formação de empreendedores no Brasil.

"Uma educação que não nos prepara para lidar com a dimensão financeira é um limite para os empreendedores, que, sem formação, não são organizados e o pior: não veem isso como um problema", diz. "O endividamento é uma barreira para o crescimento do negócio."

O estudo aponta também que a maioria dos entrevistados não tem interesse em realizar análises de mercado (57,66%) nem possui conhecimentos satisfatórios na área de marketing (57,74%). Para Furtado, esse dado é também consequência da falta de qualificação.

"Olhamos para estas informações e percebemos que existem pessoas que preferem acreditar em milagres. Não valorizar devidamente as pesquisas científicas e de mercado, por exemplo, deixa o empreendedor entregue às aventuras, que são investimentos de alto risco de retorno e que impactam de forma muito dramática os negócios", explica.

Além da pouca formação, a docente salienta que os empreendedores têm outros obstáculos em seu caminho, como: burocracia, dificuldades para atrair e manter sua clientela, pouco acesso a crédito, e incapacidade para lidar com as instabilidades do cenário macroeconômico nacional.

Ao todo, foram coletadas 310 respostas de empreendedores de todo o país entre julho e setembro

de 2024. A maior parte deles (53,87%) gerencia sozinho suas empresas ou (35,48%) supervisiona de perto o que outros colaboradores fazem. Quase todos (94%) estão formalizados, e quase um terço (29%) declarou ter renda mensal entre R\$ 5.648 e R\$ 30 mil.

O levantamento mostra que os segmentos mais representados pelos empreendedores são o comércio varejista (32,58%), serviços de alimentação (10,65%), e marketing e publicidade (5,16%).

Para Furtado, essa divisão dos empreendedores reflete a economia nacional. Segundo ela, o varejo representa uma parcela significativa do **PIB** e é um dos principais indicadores da saúde da economia, pois reflete diretamente o consumo das famílias. Em 2023, de acordo com a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), o varejo movimentou R\$ 2,23 trilhões, representando 20% de todos os bens e serviços finais produzidos no país. E a tendência é de aumento. No primeiro semestre de 2024, o comércio varejista teve crescimento de 5,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Para a professora, o empreendedorismo está diretamente associado à saúde econômica de uma sociedade. No caso do Brasil, ela afirma que a importância da atividade é ainda maior, pois se trata de um país com dimensão continental e rico em diversidade natural e humana.

A especialista cita estudo desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que aponta que o segmento movimentou cerca de R\$ 420 bilhões na economia brasileira em 2022. Além disso, as micro e pequenas empresas respondem por cerca de 27% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Segundo a mesma pesquisa, os pequenos negócios foram responsáveis por mais de 1,1 milhão de empregos, o que representa mais de 80% dos postos formais brasileiros. "Esses dados revelam que empreender é um caminho para pessoas que precisam e querem lutar pela mudança de sua própria realidade", afirma a especialista do FDC.

Já o CEO da Estímulo, Vinícius Poit, ressalta que um dos frutos foi a criação da Matriz da Maturidade Empreendedora, que divide as instituições em três

níveis de acordo com o tamanho. Segundo ele, essa separação contribui para a análise do cenário do setor e para ajudar as organizações.

"Há diferentes empreendedores com diferentes necessidades. Com isso, não podemos tratá-los da mesma forma. Por exemplo, há muitos pequenos negócios não formalizados, que vendem o almoço para comprar o jantar", diz.

Para Poit, empreender no Brasil não é fácil em nenhum momento do negócio. Porém o ex-parlamentar salienta que os dois primeiros anos do empreendimento são os mais difíceis. "Nesse início, o pequeno negócio pode não ter computador nem contador. E lidar com a complexidade fiscal brasileira torna a taxa de mortalidade das empresas altíssima", diz.

Já sobre as tendências, Poit se mostra muito otimista e ressalta o uso intensivo de tecnologias emergentes, principalmente como inteligência artificial. Além disso, segundo ele, há uma crescente preocupação com o meio ambiente e a responsabilidade social, que está impulsionada pela demanda dos consumidores por produtos e serviços que respeitem o planeta.

Ele ressalta o papel do governo na formulação de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, qualificação e acesso a crédito. "A resiliência e a adaptabilidade são, sem dúvidas, a maior qualidade da população brasileira para o empreendedorismo. E isso a gente comprova observando as favelas, que com pequenas iniciativas estão se tornando uma potência nessa área", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1>

Pobreza e corrupção preocupam brasileiro mais que inflação

Artur Scaff * e Michael Esquer* De São Paulo *Trainees
sob supervisão de Eduardo Belo

Comparado a nações desenvolvidas, o Brasil está mais preocupado com questões básicas de sobrevivência, como corrupção, desigualdade e pobreza e crime e segurança pública, do que com o aumento do custo de vida e a **inflação**. É o que revela pesquisa feita no Brasil pela Demanda Pesquisa e Desenvolvimento de Mercado.

O estudo, que trata de pontos de percepção ESG, é promovido globalmente pela Global Market Research (GMR), que agregou os dados brasileiros aos de 14 outros países da América do Norte, da Europa e da Ásia.

Silvio Pires de Paula, presidente da Demanda, explica que o tema de ESG tem emergido como fundamental para a governança de organizações e para a sociedade como um todo. Ele diz que não há dúvida do interesse em ter essa preocupação nas empresas.

"Só que de país para país há uma diferença de percepção muito grande", afirma. "Na Europa, na Ásia, nos Estados Unidos, no Brasil, as pessoas percebem e dão valor a coisas diferentes."

A pesquisa mostra que as três maiores preocupações dos brasileiros são com corrupção (apontada por 45% dos entrevistados), desigualdade e pobreza (43%) e crime e segurança pública (41%), em índices superiores à média global dos países pesquisados. Na América do Norte, Europa e Ásia, por exemplo, com exceção da Tailândia, desigualdade e pobreza nem sequer figuram entre as três maiores inquietações em nenhum país.

Já o aumento do custo de vida e a **inflação**, considerados como uma única categoria, aparecem como uma das três maiores preocupações de 13 dos 15 países pesquisados - casos, por exemplo, do Canadá, dos Estados Unidos, da Alemanha, do Reino Unido e da França.

No Brasil, país que há apenas 30 anos alcançou a estabilidade de preços, somente 37% dos entrevistados mencionaram o custo de vida e a **inflação** como uma preocupação, número abaixo da média global de 49% dos países pesquisados.

Alysson Portella, economista e pesquisador no Núcleo de Estudos Raciais do Insper, aponta que uma das razões para o brasileiro não se preocupar tanto com a **inflação** é a herança histórica do período de hiperinflação, especialmente para as pessoas que viram a implementação do Plano Real.

"Além disso, quando você se preocupa com coisas mais urgentes, como a segurança, educação, corrupção e desigualdade social, a **inflação**, quando baixa, não é o maior dos seus problemas."

Portella diz que o histórico extrativista do Brasil e o uso do aparato estatal pelas elites para benefício próprio intensificaram a percepção de corrupção no país.

"Nós amadurecemos muito como democracia, e com isso amadurecemos alguns debates (como educação, segurança e corrupção). Antes da ditadura militar, por exemplo, os analfabetos não votavam, dificultando cobrar mudanças na educação."

As três menores preocupações dos brasileiros, de acordo com o estudo, são com imigração (apontada por 1% dos entrevistados), emissão de CO2 (2%) e as ações éticas das empresas (2%) - apenas 18% dos entrevistados se preocupam com mudanças climáticas. Os índices acompanham a tendência mundial, com exceção da preocupação com imigração, que é o único que destoa da média global de 18% dos países pesquisados.

O presidente da Demanda comenta que, "a uma certa altura", muitas empresas usam a argumentação de preocupação com a temática ESG como elemento de propaganda de si mesmo.

Entretanto, às vezes, diz ele, isso não corresponde à realidade das atividades que elas desenvolvem - uma forma de "greenwashing". "O consumidor tem que ficar de olho também."

A captação dos dados da pesquisa, feita entre julho e agosto deste ano, reúne globalmente mais de 8 mil respostas de participantes de Canadá, EUA, Alemanha, Bélgica, Croácia, França, Grécia, Hungria, Itália, Reino Unido, Romênia, Suécia, China, Tailândia e Brasil, onde 500 pessoas responderam à pesquisa.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1)**

Audiência pública no STF debate vínculo entre apps e motoristas

Flávia Maia De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou o primeiro dia de audiência pública nesta segunda-feira (9) para debater as relações de trabalho entre motoristas e entregadores e empresas de aplicativos. Há um recurso na corte sobre o assunto e o que for decidido valerá para mais de 10 mil processos sobre o tema que estão no país.

Embora no discurso inicial a fala do relator, ministro Edson Fachin, tenha sido sobre pacificação e segurança jurídica, no decorrer das exposições, observou-se divergências entre associações de trabalhadores, Ministério Público e empresas de aplicativos. Os debates continuam neste terça (10). Ao todo serão ouvidos 58 painelistas.

Durante a fala final, o ministro Fachin pontuou que as exposições só tinham três pontos em comum: a relevância do tema; os pontos de discordância e que a solução deve ocorrer de forma institucional. "Fora da institucionalidade não há pessoas com reconhecimento de legítimos direitos e fora da institucionalidade também não há empresas no ambiente sadio de mercado."

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Veiga, defendeu que a relação de trabalho entre motoristas, entregadores e empresas de tecnologia "mereceria" regulamentação pelo poder competente, no caso o Legislativo. Em sua avaliação, na lacuna, cabe a ação do Judiciário. Ele chamou a atenção para os números da judicialização do tema e falta de jurisprudência consolidada.

O representante da Advocacia-Geral da União (AGU) Lyvan Bispo dos Santos disse que o governo federal apresentou o projeto de lei que propõe a criação da categoria de trabalhadores autônomos de plataformas para, segundo ele "regulamentar de maneira equilibrada-piso remuneratório, proteção previdenciária sem desnaturar as características da flexibilidade e da autonomia desse modelo de trabalho".

Pelas empresas, o diretor-executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), André Porto, calcula que o reconhecimento de vínculo empregatício entre motoristas de aplicativos e as

plataformas significaria uma perda de R\$ 33 bilhões no **PIB** [Produto Interno Bruto] e redução de R\$ 2 bilhões em arrecadação. O CEO do iFood, Diego Barreto, defendeu a regulamentação, porém, em sua avaliação, não pode haver vínculo empregatício. Segundo ele, as empresas podem contribuir para a Previdência.

Em outra direção, o representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) Renan Bernardi Kalil defendeu a relação de emprego. Em sua avaliação, o sistema de algoritmos gerencia a relação entre os motoristas e a plataforma, gerando subordinação.

O presidente da Aliança Nacional de Entregadores por Aplicativos (Ane), Nicolas Souza, criticou dados trazidos pelas empresas, como quantidade de horas trabalhadas e valores. Segundo ele, existe má-fé na abordagem das pesquisas de opinião. O representante dos trabalhadores também destacou os riscos da atividade, como a rapidez nas entregas, o que leva a muitos acidentes laborais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1>

Erros nas projeções do mercado e do PIB potencial (Artigo)

Por Raquel Nadai e Lorena Brandão

O ritmo de crescimento da economia vem surpreendendo positivamente nos últimos anos. No início de 2023, o mercado esperava alta de 0,8% para o **PIB**, mas a expansão foi de 3,2%. Em 2024, o crescimento mediano projetado no Focus mais que dobrou, evoluindo de 1,5% em janeiro para 3,2% no início de dezembro. Essa estimativa deverá subir ainda mais nas próximas semanas, repercutindo a expansão do **PIB** no terceiro trimestre, também acima da esperada.

As frequentes revisões para cima nas estimativas de mercado para o **PIB** brasileiro sugerem que o potencial de crescimento da economia, explicado principalmente pelo estoque de capital humano e físico, vem sendo subestimado. A expansão recente na produção e importação de bens de capital e indícios de maior dinamismo no mercado de trabalho corroboram essa hipótese.

A relação entre aumento da produção e importação de bens de capital com o potencial produtivo do país é direta. Nesse sentido, vale destacar o crescimento de 8,3% na produção de bens de capital até outubro de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023, repercutindo, principalmente, a expansão na produção de veículos, equipamentos de informática e aparelhos elétricos. No caso das importações de bens de capital, o crescimento foi ainda mais expressivo, de 27% no acumulado de janeiro a outubro de 2024 em comparação com mesmo período de 2023. Destaca-se, sobretudo, o avanço nas importações de máquinas destinadas à produção industrial e à geração de energia.

O aumento da produção e importação de bens de capital tem sido o vetor propulsor da indústria de transformação e dos investimentos. Esse aumento vem em reação ao crescimento no consumo doméstico e às políticas de estímulo à transição para uma economia de baixa emissão de carbono, sendo possibilitado por melhores condições para tomada de crédito bancário e no mercado de capitais em 2024.

O potencial produtivo do país também pode estar reagindo ao aumento do dinamismo no mercado de trabalho em decorrência de algumas mudanças estruturais na economia brasileira.

Uma primeira mudança está relacionada à digitalização de diversas atividades em decorrência do isolamento imposto pela pandemia. A maior digitalização facilitou o trabalho remoto e ampliou o acesso de empresas à mão de obra, aumentando arranjos possíveis de emprego antes improváveis. Também reduziu custos de deslocamento e aluguel.

Outra mudança tem a ver com o aumento da ocupação entre os mais escolarizados desde a pandemia. De 2019 até o segundo trimestre de 2024, o avanço de 6,8% na população ocupada refletiu uma expansão de 19,5% da mão de obra ocupada com ensino superior e um crescimento de 13,4% na população com ensino médio. O aumento da ocupação entre os mais escolarizados, no entanto, não se traduziu em maiores ganhos salariais reais para essa classe, possivelmente em função do maior retorno desse público à força de trabalho. Pressões salariais também podem ter sido amenizadas pela oferta de benefícios como a possibilidade do trabalho remoto.

Já a ocupação da população com escolaridade até ensino fundamental caiu cerca de 12% desde a pandemia, fato que pode ser parcialmente atribuído ao menor retorno desse público à força de trabalho. Dentre os menos escolarizados, destaca-se, sobretudo, a menor oferta de trabalho de negros e pardos na faixa etária entre 14 e 17 anos, que têm preferido completar o ensino médio, estimulados pela imposição de condicionalidades como matrícula e frequência escolar para acesso a benefícios sociais.

Por fim, outra mudança tem a ver com o aumento da rigidez da oferta de mão de obra às vagas de emprego disponíveis. O poder de barganha dos trabalhadores cresceu com o aquecimento do mercado de trabalho, elevando as chances de melhores alocações de emprego, em geral associadas a maior produtividade. Sinais de que o Brasil

passa por uma fase de realocação mais eficiente das vagas de trabalho surgem quando observado que, à taxa de demissão voluntária atual, seria esperada taxa de desemprego significativamente menor do que a atualmente verificada, considerando a relação histórica entre essas variáveis.

Aumentos na capacidade produtiva derivados do crescimento no estoque de capital físico e do maior dinamismo no mercado de trabalho, em função das novas e mais eficientes alocações de emprego e da maior escolaridade entre os ocupados, podem ainda não estar sendo capturados por modelos de crescimento, justificando parcela do erro nas projeções de mercado. A maior capacidade produtiva também ajuda a explicar bom comportamento das métricas subjacentes de **inflação**, que desaceleraram em 2023 e 2024 mesmo com o mercado de trabalho aquecido, com aumento nos rendimentos e com alto nível de utilização da capacidade instalada. Em outros períodos, com essa baixa ociosidade dos fatores de produção, a **inflação** de serviços e dos núcleos estaria muito superior à atualmente observada.

Para os próximos trimestres, a expectativa é de moderação no mercado de trabalho, auxiliando a **inflação** a retornar para patamar mais próximo do centro da meta. A política monetária mais contracionista e os menores estímulos fiscais esperados para 2025 devem levar à desaceleração de atividades cíclicas e da demanda por trabalho. No entanto, ganhos na capacidade produtiva do país derivados do aumento da capacidade instalada, da maior qualificação da população ocupada e da melhor alocação da mão de obra deverão permanecer. Para o potencial futuro de crescimento, a boa notícia é o aumento da escolaridade, possibilitado por políticas de transferência de renda, dentre outras.

Raquel Nadai é subsecretária de Política Macroeconômica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Lorena Brandão é assessora de Política Macroeconômica do SPE/MF.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188064?page=1§ion=1>

Ritmo de expansão supera o do PIB global

Cynthia Malta De São Paulo

O mercado global de publicidade neste ano está mostrando forte crescimento, acima da expansão da economia global.

Estudo do GroupM, empresa da britânica WPP, projeta aumento de 9,5% para os gastos em publicidade, em relação a 2023, chegando a US\$ 1,04 trilhão.

Nos cálculos da japonesa Dentsu, o mercado deve fechar o ano com crescimento de 6,8%, movimentando US\$ 772,4 bilhões. A expansão é puxada por um aumento de mais de 10% nos gastos em anúncios digitais, por eventos políticos e esportivos, e pelos mercados de Estados Unidos, Reino Unido, França e Brasil.

A Dentsu também projeta um crescimento do mercado global um pouco menor para 2025, de 5,9%. Para o GroupM, o aumento deve ser de 7,7%. Ainda assim, continua acima do que vem crescendo a economia no mundo neste ano e no próximo. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global está rodando a uma taxa de 3,2% neste ano e em 2025 também.

As projeções para o Brasil são positivas. Os gastos com publicidade, que neste ano devem chegar a US\$ 15,6 bilhões, sobem a US\$ 16,4 bilhões em 2025; US\$ 17,6 bilhões em 2026 e US\$ 18,5 bilhões em 2027, segundo a Dentsu. Seu estudo mostra que o Brasil teve a maior taxa de expansão de investimentos em anúncios neste ano, de 12,3%, dentre os 12 maiores mercados rastreados.

Em 2027, segundo a agência japonesa, os investimentos em publicidade elevem chegar a US\$ 916 bilhões. Os Estados Unidos, que são o maior mercado de publicidade do mundo, têm um cenário de expansão continuada nos próximos anos - US\$ 319,2 bilhões neste ano, chegando a US\$ 370,7 bilhões em 2027.

O estudo de Dentsu também traz uma pesquisa com executivos de marketing-foam 1.900 profissionais entrevistados em 13 países, em agosto deste ano. E 87% deles projetam que nos próximos seis a 12 meses seus orçamentos devem ser maiores. Uma fatia de 59% acredita que nos próximos cinco anos pelo menos metade da receita das empresas nas quais trabalham virá de produtos ou negócios que não existem ainda. Nos setores de telecomunicações,

medicamentos e varejo as projeções de novos negócios é ainda maior.

Em 2025, os setores que devem ter as maiores taxas de aumento de gastos de publicidade e marketing são financeiro (6,4%), farmacêutico (5,8%), e viagens e transporte (5,5%). O estudo observa que gastos na seara política devem ter um recuo importante, depois de um ano excepcional em 2024.

A pesquisa da Dentsu aponta ainda que os anúncios em mobiliário urbano (out-of-home, OOH) vêm se mostrando os mais resilientes, com expansão projetada de 3,2% em 2025.

US\$ 1 tri é a soma dos gastos em publicidade

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188064>

Estresse no mercado leva juro futuro a 15%

Gabriel Caldeira e Arthur Cagliari De São Paulo

O ambiente de deterioração das expectativas do mercado se intensificou na sessão de ontem e abriu espaço para uma nova rodada de piora dos preços dos ativos. O real até tentou se segurar no campo positivo, mas voltou a sofrer, em um dia marcado por uma forte alta dos juros futuros. As taxas intermediárias, inclusive, chegaram à marca de 15%, no momento em que a pressão sobre o Banco Central via preços dos ativos só aumenta diante da exigência de prêmios de risco cada vez mais elevados.

O dólar encerrou em nova máxima histórica, a R\$ 6,0820, alta de 0,18%, e, assim, o câmbio deixou em segundo plano os estímulos econômicos prometidos pela China.

O movimento maior de estresse aconteceu no mercado de juros, em que as taxas futuras voltaram a saltar. O juro do DI para janeiro de 2027 se destacou ao subir de 14,69% para 15,02%, nos maiores níveis para uma taxa de dois anos brasileira em mais de oito anos.

Os temores de que o real impacto do ajuste fiscal pretendido pelo governo fique abaixo da soma de pouco mais de R\$ 70 bilhões ao longo de 2025 e 2026 foram renovados diante da resistência de alas do Congresso às mudanças das regras para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, com cerca de duas semanas até o início do recesso parlamentar, é possível que o pacote sequer seja votado neste ano, diante do imbróglie com as regras para o pagamento de emendas aos congressistas.

Os temores em relação à condução da política fiscal se somaram, ainda, à nova rodada de piora das expectativas de **inflação** no relatório Focus. O ponto-médio das projeções de economistas de mercado para o IPCA de 2025 subiu de 4,50% a 4,59%, enquanto a mediana das projeções para a **inflação** de 2026 saiu de 3,81% para 4,00%. A deterioração ocorreu mesmo ao se considerar uma taxa de juros mais alta, já que a mediana das estimativas para a Selic passou de 12,63% para 13,50% no fim do próximo ano.

"Todos os sinais são de uma economia excessivamente aquecida, e o governo ainda com dificuldade enorme de ajustar o fiscal para uma economia em que a trajetória de dívida é insustentável e, então, a reação do mercado é essa: dólar para cima e abertura [alta] da curva de juros", diz o economista-

chefe da Vinland Capital, Aurelio Bicalho.

Durante "call" mensal da gestora, ele aponta que o mercado foi "desistindo da aposta de alguma rota melhor no curto prazo", o que deverá ter consequências para a condução da política monetária.

No mercado de opções digitais, no fechamento, a probabilidade de uma elevação de 0,75 ponto percentual na Selic pelo BC na reunião de amanhã estava em 20,5%, enquanto a chance de um aumento de 1 ponto passou a ser de 70%. Há ainda alguma possibilidade precificada de altas ainda mais agressivas: de 1,25 ponto (4,5% de chance) ou de 1,5 ponto (4,9% de chance).

Na avaliação de Bicalho, o BC terá de elevar os juros acima de 14% no fim do ciclo de aperto. "O equilíbrio que vamos encontrar na economia é um juro mais alto e um aperto monetário que não será suficiente para levar a **inflação** para a meta de 3%. Vai ser suficiente, somente, para estabilizar a **inflação** ao redor de 5% e irá produzir efeitos negativos sobre o crescimento", afirma o economista.

O descompasso entre as políticas fiscal e monetária tem alimentado o temor de que o Brasil passe por um quadro de dominância fiscal, situação em que a alta de juros perde eficácia contra a **inflação**. Para a estrategista-chefe para América Latina do Morgan Stanley, Ioana Zamfir, tais riscos têm se materializado caso a dominância fiscal seja entendida pela ótica de Olivier Blanchard, economista francês que a define como o momento em que "as expectativas de **inflação** começam a responder mais à política fiscal que à monetária".

"Na ausência de algumas mudanças nas medidas fiscais propostas que apontem para alguma vontade de abordar as preocupações do mercado com relação à trajetória da dívida, acreditamos que há mais prêmios a serem precificados no câmbio e nos juros", diz.

Para Zamfir, a menos que um novo choque fiscal negativo ocorra, a tendência é que os juros mais curtos fiquem estáveis daqui em diante, enquanto as taxas longas têm espaço para subir à medida que o mercado embute nos preços a incerteza fiscal de médio prazo. O Morgan Stanley, assim, abriu posição "aplicada" (que aposta na queda das taxas) no DI para janeiro de 2027 contra uma posição "tomada" (que aposta no aumento das taxas) no DI para janeiro de

2031.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188064>

Mercado eleva previsão do PIB para 3,39% em 2024

O mercado financeiro trabalha com expectativas de alta em todos os índices que compõem o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (9) pelo Banco Central. No caso do Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no Brasil), a previsão é de que a economia do país crescerá 3,39% em 2024.

Para os anos subsequentes (2025 e 2026), a expectativa é de crescimento de 2%. No boletim da semana passada, o mercado previa que o **PIB** brasileiro fecharia o ano corrente com um crescimento de 3,22%. Há quatro semanas, a previsão era de que o país cresceria 3,1%.

No segundo trimestre do ano, o **PIB** surpreendeu, subindo 1,4% em comparação com o primeiro trimestre. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na comparação com o segundo trimestre de 2023, a alta ficou em 3,3%.

IPCA, DÓLAR E SELIC Expectativas de alta também para a **inflação**, para a Selic e para a cotação do dólar. Para o mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, considerado a **inflação** oficial do país) deve fechar 2024 em 4,84%, percentual acima da previsão divulgada na semana passada (4,71%) e há quatro semanas (4,62%). Para 2025 e 2026, a expectativa é de que a **inflação** do país fique em 4,59% e 4%, respectivamente.

Já a taxa básica de juros apresentou alta de 0,25 ponto percentual nas expectativas do mercado, passando de 11,75% para 12%.

Quando o Copom aumenta a taxa Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

No entanto, os bancos consideram outros fatores, além da Selic, na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e

ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Com relação à moeda norteamericana, as projeções do mercado financeiro para a cotação ao final do ano passaram de R\$ 5,70, na semana passada, para R\$ 5,95. Há quatro semanas, o mercado trabalhava com a expectativa de o dólar fechar o ano a R\$ 5,55. Para 2025, o mercado projeta que a moeda feche o ano valendo R\$ 5,77; e para 2026, as projeções são de que o dólar fique cotado a R\$ 5,73.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6400>